

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MAYA NEVES DE MOURA ARAÚJO



RECRIANDO CAMINHOS

Concepção de soluções de desenho urbano para o caminho casa-escola a partir de
proposição metodológica para a participação infantil

Maceió,
Janeiro de 2019

MAYA NEVES DE MOURA ARAÚJO

RECRIANDO CAMINHOS

Concepção de soluções de desenho urbano para o caminho casa-escola a partir de
proposição metodológica para a participação infantil

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Verônica Robalinho Cavalcanti

Maceió,
Janeiro de 2019

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

A663r Araújo, Maya Neves de Moura.
Recriando caminhos : proposição metodológica para a participação infantil na concepção de soluções de desenho urbano a partir do caminho casa-escola / Maya Neves de Moura Araújo. - 2019.
116 f. : il. color.

Orientadora: Verônica Robalinho Cavalcanti.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 98-101.
Apêndices: f. 102-116.

1. Planejamento urbano. 2. Arquitetura e infância. I. Título

CDU: 711.4

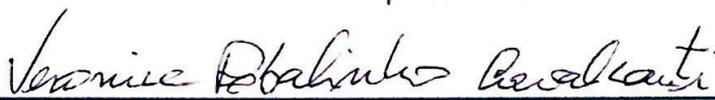
Folha de aprovação

MAYA NEVES DE MOURA ARAÚJO

RECRIANDO CAMINHOS

Concepção de soluções de desenho urbano para o caminho casa-escola a partir de
proposição metodológica para a participação infantil

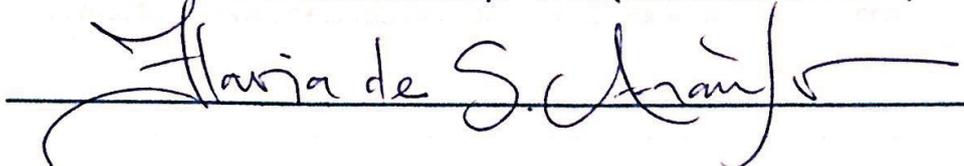
Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado
à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Uni-
versidade Federal de Alagoas, como parte dos re-
quisitos para obtenção do título de bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.



Profa. Verônica Robalinho Cavalcanti (Orientadora)

Banca Examinadora

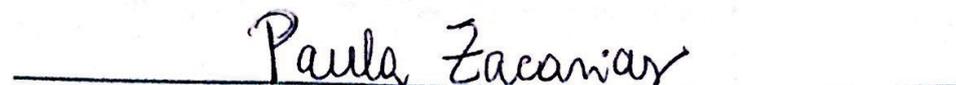
Profa. Dra. Flávia de Sousa Araújo - UFAL (Examinadora interna)



Profa. Dra. Lúcia Tone Ferreira Hidaka - UFAL (Examinadora interna)



Paula Regina Vieira Zacarias (Examinadora externa)



Dedico este trabalho a Del, Any, Bel, Zas, Ito, Ane, Isa, Ila, Yan, Ara, e a todas as crianças que caminham pelas ruas e acreditam num futuro melhor, independente da idade.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus por todas as oportunidades de aprendizado e esforço positivo que me foram ofertadas, como esta que me trouxe até aqui.

À Yvette e à Jade por assumirem os papéis de mãe, irmã e amigas com doçura e confiança; por serem meu lar, acolhendo-me como sou e me ajudando a ser sempre mais. Ao meu pai, Francisco, por investir e acreditar em mim, e por conseguir estar sempre juntinho, independente das horas e dos quilômetros que nos separam, e a toda a minha família. Se alguma coisa nessa vida eu já consegui conquistar, o fiz porque tenho vocês comigo.

Ao Alvinho, amigo e companheiro com quem compartilhei praticamente toda esta jornada, por caminharmos sempre juntos e não cansarmos de ensinar e aprender um com o outro.

Aos amigos Jess, Wemerson e Alex, pelos cafés, confidências, reflexões e boas risadas, por terem me proporcionado leveza e alegria à rotina puxada que a graduação nos impôs.

A toda a equipe do Planurb e do Geoprocessamento, da SEDET, pelas oportunidades de aprendizado profissional e pelo apoio constante, especialmente à Gil, Adriana, Lari e Tutu.

Porque desde meados de 2014 não sei mais voar, se não for em bando, sou grata ao PET Arquitetura, por me ensinar a ser “nós” mesmo que a competitividade pareça necessária. Transcendendo o tempo e o espaço, ali, naquela “salinha” aprendi, trabalhei, sorri, chorei, presenteei e fui presenteadada... construí laços para toda a vida! Hedhy, Paulinha, Ale, Vini, Gabi, Malu, May, Chico e Daday, levo vocês comigo! Dandara, Val, Diguinho, Mari, Leo, Amanda, Laís, Adryelle, Euclides, Rudá, Vanessa, João e Ítalo, não lhes falte coragem para alçar vôos altos!

Agradeço à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU/ UFAL, por todo o serviço prestado à sociedade. Em especial, à Rose, Gianna (professoras e tutoras) e Geraldo Majella (professor que me ampliou os horizontes do planejamento urbano), em nome de todos os meus outros professores, por lutarem diariamente para manter viva a universidade pública federal.

À Nete, Dilma e Seu Antônio, por cuidarem com tanto carinho dos espaços da FAU, mas também pelos cafezinhos, as conversas de corredor, os sorrisos e a cantoria.

À direção e coordenação pedagógica da Escola Pedro Suruagy, pelo apoio, confiança e autonomia para realizar as oficinas Recriando Caminhos.

Enfim, agradeço à minha banca, Flávia Araújo, Lúcia Hidaka e Paula Zacarias, por aceitarem o desafio de Recriar Caminhos junto comigo. À Verônica, agradeço também pela paciência e dedicação ao longo de todo o processo.

RESUMO

Diante dos desafios observados na atualidade, sobretudo com relação ao caos na mobilidade e segurança pública, a inclusão das crianças nos processos de gestão e produção do espaço urbano tem despontado como um caminho novo. Áreas diversas do conhecimento, bem como discussões suscitadas por entidades como a ONU e a Unicef, têm indicado a criança como grupo da sociedade com elevado potencial para integrar, cada vez mais, tais espaços de decisão. Nesse sentido, Recriando Caminhos tem como objetivo propor uma contribuição metodológica e projetual capaz de promover a produção do espaço urbano a partir do olhar infantil. Para tanto, neste trabalho será apresentado o processo de construção e as possibilidades de aplicação de uma metodologia de oficina desenvolvida e aplicada com crianças de uma escola municipal de Maceió, balizada por estudos acerca da infância e valendo-se de atividade lúdicas, cujos resultados permitiram esboçar diretrizes de ordenamento e soluções de desenho urbano para as proximidades da centralidade Feira do Tabuleiro, em Maceió - Alagoas, evidenciando o quanto as crianças têm a contribuir com a construção de soluções aos desafios da cidade contemporânea.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Metodologia Colaborativa; Infância.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E MAPAS

Figura 01. Jogo de Tabuleiro Humano.	13
Figura 02. Localização da área de estudo na cidade.	16
Figura 03. Entrada da Escola Pedro Suruagy.	16
Figura 04. Jogo de Liga Pontos Humano.	23
Figura 05. Jogo Conte Aqui.	36
Figura 08. Mobiliário urbano produzido no Glicério.	42
Figura 10. Oficina módulo ‘Cidade’.	42
Figura 11. Oficina módulo ‘Meio Ambiente’.	42
Figura 09. Diálogo com as crianças nas ruas do Glicério.	42
Figura 12. Atividade para recontar a história do Tabuleiro com um mural coletivo.	52
Figura 13. Área de estudo, destacando setores censitários.	58
Figura 14. Desenho do Caminho casa-escola elaborado por Any.	59
Figura 15. Trânsito na avenida Maceió.	60
Figura 16. Trânsito na avenida Maceió.	60
Gráfico 02. População economicamente ativa com ocupação da área de estudo.	64
Figura 17. Avenida Maceió em dia de feira livre.	68
Figura 18. Atividade Vamos Plantar Sonhos?.	70
Figura 19. Desenho do “bairro” por Yan.	73
Figura 20. Jogo de Liga Pontos humano.	74
Figura 21. Jogo de Tabuleiro humano.	75
Figura 22. Desenho do caminho casa-escola por Zas.	75
Figura 25. Botton de Cuidador da Cidade.	78
Figura 24. Atividade Vamos Plantar Sonhos.	78
Figura 23. Mapa do Jogo Conte Aqui. Fonte: a autora, 2018	78
Figura 26. Esquema cartográfico indicando os corredores de transporte coletivo e pontos de embarque e desembarque propostos.	84
Figura 27. Estudo de composição da paisagem da Rua Affonso Mello Neto.	85
Figura 28. Corte esquemático da rua Affonso Mello Neto.	85
Figura 29. Esquema cartográfico indicando o Passeio Público livre de veículos.	86
Figura 30. Estudo de composição da paisagem no Passeio Público com interseção elevada no cruzamento.	87

Figura 31. Estudo de composição da paisagem no Passeio Público com possibilidade de uso na faixa dinâmica.	87
Figura 32. Esquema cartográfico indicando as ciclovias, ciclorrotas e ciclopontos propostos.	88
Figura 34. Corte esquemático da Rua Santa Luzia, com infraestrutura para ciclistas.	89
Figura 33. Estudo de composição da paisagem da Rua Santa Luzia.	89
Figura 35. Esquema cartográfico indicando as aberturas de vias propostas.	90
Figura 36. Estudo de composição da paisagem em Via Compartilhada da Rua da Paz.	91
Figura 37. Corte esquemático de uma via compartilhada na Rua da Paz.	91
Figura 38. Jogo de Tabuleiro Humano.	92
Gráfico 01. Esgotamento Sanitário dos Domicílios da área de estudo.	61
Gráfico 03. Distribuição etária da população por sexo da área de estudo.	67
Gráfico 04. Domicílios permanentes particulares da área de estudo.	67
Gráfico 05. Escolaridade da população de 25 anos ou mais da área de estudo.	68
Mapa 01. Percursos casa-escola.	46
Mapa 02. Parcelamentos aprovados na prefeitura.	55
Mapa 03. Sistema de áreas livres públicas.	57
Mapa 04. Itinerários do transporte coletivo.	63
Mapa 05. Densidade populacional.	65
Mapa 06. Uso e ocupação do solo.	66
Mapa 07. Registro sensitivo colaborativo.	80

SUMÁRIO

1. ESBOÇANDO O ROTEIRO	13
1.1 Recriando Caminhos em Maceió	15
1.2. Novos Horizontes	18
1.3. Objetivos	19
1.4. Roteiro para Recriar Caminhos	19
2. SEGUINDO RASTROS	23
2.1. Sobre os caminhos e o caminhar	24
2.2. Reinvenção da ordem urbana	26
2.3. Conheceréis a cidade... Complete a frase	28
2.4. Caminhar é preciso	30
2.4.1. Reflexões ao caminhar	31
2.4.2. Primeiros passos	33
3. APROXIMANDO O OLHAR	37
3.1. Diálogo sobre a infância	39
3.2. Observatório de Oficinas	41
3.2.1. Criança Pequena em Foco	41
3.2.2. Criança Fala na Comunidade - Escuta Glicério	42
3.2.3. Oficina Arquitetura e Cidade para Crianças	43
3.3. Bê-a-bá da Cidade	44
3.4. Recriar Caminhos	44
3.5. Passo a Passo	46
4. CONSTRUINDO RETRATOS	53
4.1. Conformação e Formas Urbanas	55
4.2. Espaços livres público	58
4.3. A Feirinha do Tabuleiro	60
4.4. Saneamento Básico	63
4.4. Atividade e Produção Socioeconômica	64
4.5. Retratos da População	70
5. AMPLIANDO HORIZONTES	73
5.1. Diário de bordo	75
5.1.1. Tabuleiro Meu	75
5.1.2. Na Rua!	76
5.1.3. A Cidade dos Meus Pés	78
5.1.4. Vamos Plantar Sonhos?	79
5.2. Resultados e Contribuições	82
5.2.1. Ímã	84

5.2.2. Perigo	84
5.2.3. Obstáculo	84
5.3. Diretrizes de ordenamento e ações urbanísticas	85
5.4. Ações	87
5.4.1. Detalhe 01	87
5.4.2. Detalhe 02	89
5.4.3. Detalhe 03	91
5.4.4. Detalhe 04	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE	102

1. ESBOÇANDO O ROTEIRO



“Caminhante, são tuas pegadas o caminho e nada mais; caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar” (MACHADO, A. s.d.)

O presente trabalho é verbo no gerúndio, pois assume como aspecto primordial a qualidade do inacabamento¹. Logo, indispensável é o esclarecimento de que os retratos aqui apresentados, bem como as intervenções propostas representam ações em curso, podendo ser associados a outras iniciativas consonantes. E, portanto, não devem ser lidos como uma resposta ao problema que é deslocar-se na cidade contemporânea, mas senão como um recorte espaço-temporal da longa jornada que é a luta por cidades mais justas, seguras e saudáveis.

Como um eterno vir a ser “o mundo não é. O mundo está sendo” (FREIRE, 2011, p. 74), e também nós estamos sendo ao escolher trabalhar com o desafio de conceber caminhos novos - em meio aos complexos centros urbanos, com problemas consolidados - a partir de um dos grupos mais frágeis da sociedade, a criança.

Tecer caminhos novos, seja no campo subjetivo (em referência à ousadia de rever modos de pensar e agir na cidade), como no campo objetivo (em referência às propostas de intervenção na mobilidade urbana para o transporte ativo), é sempre um risco. Há que descer do trono do conhecimento inacessível e despir-se das velhas práticas, operadas no campo do projeto urbanístico por gestores públicos e empreendedores, para vencer desafios incontestavelmente novos.

Aqui o termo caminho assumirá dois significados, um deles se refere à escolha de pautar o exercício projetual na participação de crianças, caracterizado como algo novo devido aos desafios e às surpresas peculiares a cada experiência embasada nesse método projetual, tendo em vista a espontaneidade que permeia os gestos e ideias infantis. O segundo faz referência às ruas, que são os espaços livres públicos por onde se dá os principais deslocamentos dentro da cidade, além de serem os elementos estruturantes da malha urbana onde serão propostas as intervenções.

O conteúdo produzido fundamenta-se no entendimento de que a cidade é um processo dinâmico, por meio do qual diversos atores interagem e se desenvolvem, desenvolvendo-na. Logo, quanto maior a pluralidade de atores críticos empenhando-se em prol do coletivo, melhor pode ser o funcionamento da estrutura urbana. Assumidamente um trabalho cujos desdobramentos se prolongam no tempo, os gerúndios cabem bem para dar o tom do processo de Recriar Caminhos.

1.1 Recriando Caminhos em Maceió

A cidade não é apenas um conceito geográfico, mas, sim, um símbolo complexo e inesgotável da aventura humana [...] sua natureza, referências físicas e racionalidade geométrica nada seriam sem a trajetória histórica, o emaranhado das pessoas que a construíram e deram significado à sua existência. (OAM, 2016, p. 91)

O processo de conformação do tecido urbano da cidade de Maceió, sobretudo nas últimas décadas, tem configurado um sistema de espaços livres públicos² incapaz de oferecer condições para que a população opte por utilizá-los para caminhar, descansar, brincar e socializar. Para além dos avanços tecnológicos, que têm conferido virtualidade às relações socioespaciais, a questão levantada também se relaciona com a baixa qualidade dos espaços públicos ofertados à população, que, por sua vez, responde depreciando e evitando-os.

O tecido consolidado hoje revela-se como fruto de parcelamentos do solo nos quais foram menosprezadas as condicionantes ambientais e paisagísticas, bem como da ocupação desordenada, principalmente em regiões periféricas e nas grotas³, ambos decorrentes da explosão populacional sofrida na segunda metade do século 20. Com uma população de 242.000 em 1960, o número de habitantes da cidade de Maceió chegou a 1.021.709, no ano de 2016, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2010).

Como consequências físicas, é possível observar um sistema viário urbano cujos traçados são descontínuos, os fluxos são confusos e mal canalizados, e, a largura de muitas das vias é insuficiente, não apresentando calçadas adequadas ou ainda com problemas de acessibilidade. Nesse contexto, a população que opta ou necessita deslocar-se por modais de transporte ativo [pedestres e ciclistas] encontra muita dificuldade. (CAVALCANTI, et al, 2015, p. 17).

Além disso há uma discrepância quanto à espacialização dos investimentos realizados pelo poder público que, concentrados nos bairros de alta renda, agravam a ineficiência do sistema de espaços livres nos bairros periféricos. Em bairros como Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca há ciclovia em quase toda a extensão da orla, alguns canteiros centrais recebem manutenção periódica e, devido aos investimentos do mercado imobiliário, os passeios apresentam melhor qualidade. A realidade observada nos bairros mais periféricos de Maceió é de escassez e ineficiência de espaços livres, problema que se agrava pela negligência para com a esfera pública, tanto da gestão municipal quanto da população. (FARIA, 2009)

2 Conceito abordado pelo urbanista Silvio de Macedo (1995) para designar a relação entre espaços livres de edificação abertos à esfera pública, dentro do tecido urbano

3 Formações geológicas que atuam como calhas naturais de drenagem, marcantes na paisagem da cidade de Maceió (FARIA; CAVALCANTI, 2009)

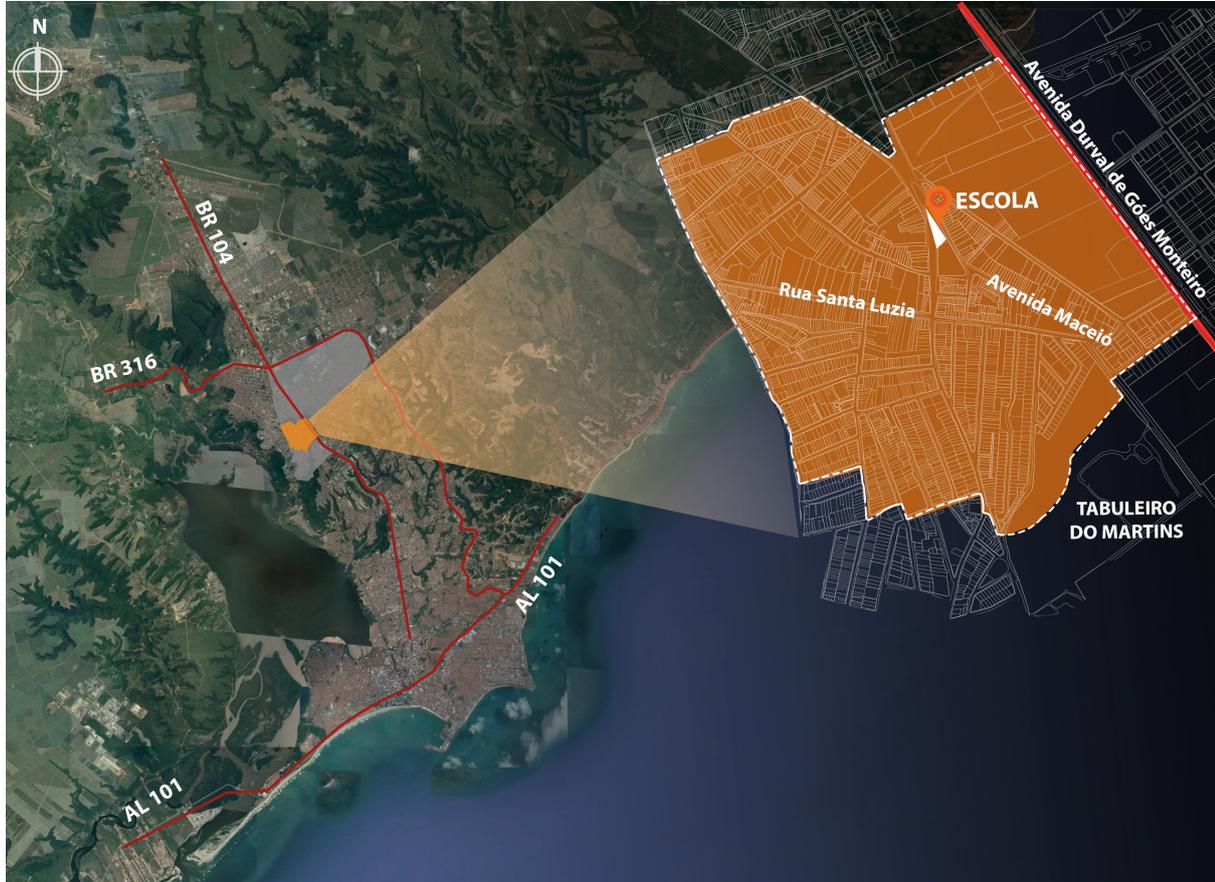


Figura 02. Localização da área de estudo na cidade. Fonte: elaborada pela autora, 2018

Devido à localização estratégica e às atividades socioeconômicas desenvolvidas no Tabuleiro do Martins, o bairro desempenha um papel fundamental do ponto de vista da mobilidade, por ser entrecortado pelos principais eixos de deslocamento norte-sul da cidade (avenidas Durval de Góes Monteiro/BR 104 e Menino Marcelo/BR 316), conforme demarcação em cinza na figura 02.

Além disso, no bairro identifica-se duas centralidades com elevado potencial para a dinâmica metropolitana, quais são: a Feirinha do Tabuleiro e o Distrito Industrial. A primeira atende diretamente à população dos bairros Tabuleiro dos Martins, Clima Bom, Santa Lúcia, Cidade Universitária, além da região metropolitana, por ofertar uma grande variedade de produtos e serviços.

Contudo, a qualidade das ruas e das praças que compõem essa centralidade é muito baixa, pelo excesso de lixo, esgoto a céu aberto, intensidade do fluxo de automóveis, quantidade de caminhões de carga e descarga obstruindo os passeios, e ausência de sinali-



Figura 03. Entrada da Escola Pedro Suruagy. Fonte: Google Earth, 2018

zação. Constituindo, como isso, obstáculos ao percurso casa-escola das crianças que vão à pé à Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Suruagy (figura 03).

Diante desse contexto, bem como pelo interesse em ampliar o estudo dessa área, iniciado nas disciplinas de Projeto de Urbanismo, a área de estudo escolhido para desenvolver este trabalho foi o entorno da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Suruagy, localizada entre a Feirinha e o Mercado do Tabuleiro, no bairro do Tabuleiro do Martins.

O processo de urbanização do bairro se deu a partir do eixo BR 104/ Durval de Góes Monteiro, ao qual conectam-se loteamentos e assentamentos espontâneos desconexos entre si. Logo, o tecido urbano resultante destes, somado aos reflexos de um sistema político sob forte influência neoliberal e propenso à privatização dos produtos, espaços e modos de vida, conformou no Tabuleiro do Martins um sistema viário subjugado ao eixo, priorizando a implantação de edifícios isolados autossuficientes, em detrimento dos percursos não-motorizados e dos espaços públicos de convívio.

Sobre esse processo Mayumi Lima (1989, p. 91) afirma “a rua adquiria cada vez mais a função única de circulação. Para criança é o seu afastamento da rua”. Fragilizado o papel dos espaços livres públicos na dinâmica cotidiana da população urbana, eis que empreendimentos como shoppings centers e condomínios fechados passaram a ser comercializados à população como espaços seguros, acolhedores e bem equipados.

Entretanto, para além das questões sociais e econômicas que os envolvem, destaca-se as complicações provocadas pela inserção destas estruturas no espaço e na paisagem das cidades, como elementos isolados e adversos à morfologia urbana e à escala humana, extremamente protegidos do resto da cidade e pouco permeáveis.

Temeroso pela insegurança e hostilidade que permeia a esfera pública, o cidadão rejeita as oportunidades de vivenciar o espaço urbano. Sem a vivência, dificilmente são construídos vínculos entre o indivíduo e o espaço. Em um processo histórico e contínuo de dominação, o espaço urbano é zoneado e planejado em macro escala, enquanto em micro-escala os deslocamentos são limitados, e os estímulos visuais e auditivos anunciam o que desejar, questionar e temer.

O processo de regeneração urbana por que passam cidades de todo o mundo permeia a introdução de novas práticas culturais, ambientais, econômicas e estruturais. Uma delas, ainda pouco discutida no campo da Arquitetura e do Urbanismo, é a inserção da fase infantil no processo de planejamento e construção da cidade. Apesar de pouco valorizado, o olhar sensível e a predisposição à curiosidade, próprios do estágio de desenvolvimento no qual está a criança, permitem uma experiência espacial mais rica do que, de modo geral, se tem na fase adulta.

1.2. Novos Horizontes

De acordo com o relatório “Perspectivas Globais de Urbanização” divulgado pela ONU em 2014, para o ano de 2050, estima-se que 70% da população mundial viverá em cidades. O que significa que a maior parte das crianças e jovens das próximas décadas crescerá em áreas urbanas, declara a UNICEF (2015). Segundo dados do último Censo Demográfico, 76% da população brasileira já residia em áreas urbanas (IBGE, 2010).

Contudo, já em 1996, sob o pretexto de que “o bem-estar das crianças é o indicador por excelência de um habitat saudável, de uma sociedade democrática e de boa governação”, nas resoluções da II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), foi lançada a iniciativa Cidades Amigas das Crianças, que estimulou e tem estimulado ações no sentido de melhorar a qualidade de vida das crianças na cidade.

Passados vinte anos, na pauta proposta pela Nova Agenda Urbana, elaborada na III Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), em 2016, o direito à cidade pelas crianças figura entre algumas das principais frentes de ação nas esferas de planejamento urbano nos próximos vinte anos.

Dentre tais ações destaca-se: a garantia de percursos casa-escola seguros e saudáveis, para todas as crianças, como uma prioridade, e a participação efetiva da população na tomada de decisões acerca do desenvolvimento urbano, envolvendo parcelas da população afetadas com maior frequência em situações de vulnerabilidade, como crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência e povos autóctones, além da sociedade civil em geral, da academia e de instituições de pesquisa.

Apesar do caminhar rumo à melhoria da qualidade de vida urbana para a infância, que já provoca movimentações positivas a nível global a pouco mais de 20 anos, inquietação há que não me deixa calar: que espaços ocupam as crianças em Maceió? A que ‘cidade’ têm acesso as crianças da periferia? O que estas conhecem de sua cidade? Onde e como se deslocam? Elas se identificam como cidadãs? Qual é o tipo de relação que nutrem com o espaço urbano, e como será daqui a dez, vinte anos?

Seguramente as teorias que embasam o planejamento e a construção do espaço poderiam respondê-las com precisão, mas ousou afirmar que o olhar atento e a escuta sensível, à criança, reservam respostas novas a velhas questões. Nesse sentido, essas e outras indagações me impulsionaram a seguir por caminhos desconhecidos, caminhos capazes de revelar cidades invisíveis e possibilidades inimagináveis.

Portanto, a inquietação para estudar e desenvolver esse tema emerge de um interesse em aproximar a criança — até então compreendida apenas como sujeito passivo — da construção do espaço. Aproximação essa identificada como possível solução ao problema crônico de apatia do cidadão para com o espaço urbano, o que leva ao esvaziamento das ruas e acaba por fragilizar a esfera pública da cidade. Pelo desejo de tornar lúdico, e, com isso, mais acessível e inclusivo, o processo de planejamento urbano, partiremos do pres-

suposto de que a criança, por muitos compreendida como ser em estágio de desenvolvimento apenas, pode ser catalisadora no processo de análise e transformação do espaço urbano, devido à ludicidade presente no olhar infantil ao observar o mundo à sua volta (ALVES, 2004, p. 10).

1.3. Objetivos

Nesse sentido, o trabalho final de graduação Recriando Caminhos tem como objetivo geral formatar uma metodologia de oficina capaz de resultar em diretrizes de ordenamento e soluções de desenho urbano urbano, valendo-se da perspectiva infantil, para a centralidade Feirinha do Tabuleiro, tendo em vista proporcionar melhores condições para os percursos casa-escola e fortalecer a relação entre a criança e os espaços públicos na cidade de Maceió.

São objetivos específicos:

Analisar a importância dos caminhos adequados ao caminhar na cidade contemporânea;

Identificar problemas e potencialidades nos percursos casa-escola dos estudantes da escola municipal Pedro Suruagy;

Esboçar diretrizes de ordenamento e soluções de desenho urbano a partir do método de participação infantil.

1.4. Roteiro para Recriar Caminhos

A construção metodológica deste trabalho teve como ponto de partida uma revisão bibliográfica, na qual foram analisadas as contribuições teóricas com relação à esfera pública no contexto urbano, ao uso da rua, ao caminhar, à experiência do lugar e ao espaço da criança na cidade. Cujo conteúdo essencial inclui:

A visão de Jacobs (1961) com relação ao planejamento e a configuração das ruas como meios capazes de recuperar os espaços públicos, cujo abandono é nocivo à vitalidade urbana; e as contribuições de Lefebvre (1970), que atribui as causas desse efeito à organização neoliberal e às ideologias modernas de planejamento, defendendo, ambos os autores, a rua, como palco da vida urbana, e sua apropriação como fator fundamental para a garantia da segurança nos espaços públicos.

A sensibilidade de Gehl (2013), pela proposta de trabalhar um resgate da dimensão humana no planejamento urbano, valorizando os espaços que permitam caminhar, pedalar, permanecer e conviver na cidade, sendo o caminhar, dentre tais gestos, como aquele que mais possibilita ao indivíduo estabelecer uma experiência rica com o espaço. É o que releva os ensaios de Careri (2002), ao explorar as diversas facetas que a caminhada assume, tanto para o sujeito do verbo como para o espaço onde o ato se dá.

A teoria de Hall (1966) que analisa os aspectos biológicos das relações humanas e sua influência nas dinâmicas espaciais, a partir dos quais compõem-se uma dimensão oculta do ponto de vista prático, mas perfeitamente decifrável se observada a partir do conjunto de símbolos culturais. E, em abordando a cidade como uma totalidade de símbolos inteligíveis, as experimentações de Lynch (1960), que abrem espaço para grupos distintos compreenderem os códigos que a compõe.

Dentre estes grupos, a experiência de Mayumi (1989) analisa quais as circunstâncias oferecidas às crianças na cidade, e as pesquisas de Oliveira (2004) investigam os aspectos do desenvolvimento infantil afetados por tais circunstâncias urbanas. Somando-se a estas, relacionou-se avanços em nível mundial que têm contribuído para ampliar o entendimento e a valorização da infância no espaço urbano.

Foram consultadas também produções acadêmicas relativas ao compartilhamento de olhares sobre o lugar como fator contributivo para a participação social, e à conformação do tecido urbano na cidade de Maceió, observando-se seus desdobramentos na configuração dos espaços livres públicos e na promoção, ou não, da sociabilidade. E, além desses, normativas locais, nacionais e mundiais, desde o Plano Diretor Municipal, até documentos oficiais da ONU e Unicef. Esse conteúdo está descrito no capítulo 2, AJUSTANDO O NORTE.

Traçados os conceitos norteadores, foi realizada uma pesquisa acerca das principais contribuições teóricas, no campo da psicologia da infância e do processo educativo, atendendo-se a quatro estudiosos cujas teorias alinhavam-se à proposta deste trabalho. Paralelamente, pesquisou-se iniciativas correlatas às da oficina Recriando Caminhos.

Vale destacar que foram filtradas iniciativas com as seguintes características: terem sido realizadas no Brasil, envolverem arquitetos e urbanistas, incluírem crianças entre 8 e 10 anos (faixa etária escolhida para este trabalho) e possuírem um formato de oficina, cuja metodologia incluiu jogos, brincadeiras e discussão.

Segundo Piaget, o processo de aprendizagem da criança acontece a partir de processos como a adaptação, assimilação e acomodação, a princípio realizados de modo automático e, aperfeiçoadas, aos poucos vão sujeitando-se ao controle voluntário do indivíduo. Dentre os estágios do desenvolvimento, optou-se por trabalhar com crianças entre o primeiro (7 e 8) e o segundo (9 e 10) estágios das operações concretas porque a partir desta as crianças já conseguem desenvolver operações mentais concretas, logo é possível trabalhar conteúdos práticos, como a observação e análise do espaço urbano vivenciado por elas, bem como elaborar uma linguagem socializada, o que permite a realização de um diálogo em grupo, e ainda porque esta é a fase na qual evidencia-se um sentimento social de cooperação e compreensão de outros pontos de vista, o que propicia a realização de atividades em equipe.

Para a construção deste trabalho, de modo especial na etapa de formatação das oficinas, foi fundamental a pesquisa acerca das contribuições de quatro estudiosos da educação. Foram eles: o suíço Jean Piaget, o russo Lev Vygotski, e os brasileiros Paulo Freire e Rubem Alves. Dado o foco e a abrangência deste trabalho, cabe destacar, acerca dessas contribuições, que, não foi realizada uma leitura crítica dos referidos ensaios teóricos, mas senão, foram aproveitados os principais aspectos destes para a fundamentação das oficinas formatadas.

A partir do aporte teórico e com base nas experiências estudadas, foi formatado um modelo de oficina para realizar em Maceió, com as crianças da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Suruagy, nas proximidades da Feirinha do Tabuleiro. A realização de oficinas teve como objetivo incluir um grupo focal de crianças que andam à pé de casa para a escola no processo de caracterização da região e da construção de diretrizes de ordenamento e soluções de desenho urbano.

Com a autorização e o acompanhamento da direção escolar foram realizadas quatro oficinas com dez crianças do 3º ano A, nos dias 11, 18, 25 de julho e 08 de agosto, das 8h às 9h (antes do intervalo para o lanche). O processo de elaboração das oficinas, bem como a descrição de cada uma delas, compõem o conteúdo do capítulo 3, APROXIMANDO O OLHAR.

O ideal, de acordo com o relato de experiências já realizadas, é que as oficinas fossem conduzidas por, pelo menos, duas pessoas. Contudo, na experiência deste trabalho não foi possível contar com um segundo condutor, o que impossibilitou o registro integral das oficinas. Logo, o material coletado para aproveitamento na etapa posterior é composto por: registro textual dos diálogos que mais chamaram atenção e fotografias das atividades desenvolvidas. Ainda nesse capítulo, estão descritas os itens analisados em casa oficina, tendo em vista corresponder aos anseios e necessidades das crianças, como também apresentar melhorias significativas para toda a região.

No capítulo 4 CONSTRUINDO RETRATOS, está apresentada a caracterização socioespacial e físico territorial elaborada, cujo foco é o espaço e o papel da criança dentro da área de estudo. Nesta etapa foram observados o processo de conformação urbana do recorte estudado, o papel e as funções da região para a cidade e a composição populacional.

Além destas, também foram analisadas a existência e a qualidade de infraestrutura urbana e dos equipamentos comunitários públicos da região, observando ainda a inserção e a importância da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Suruagy para o entorno urbano.

Os dados que compõem este retrato foram retirados de dados do Censo Demográfico (2010) e da PNAD Contínua, ambos do IBGE, do Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), das obras Alagoas 200 anos (2017) e Enciclopédia dos Municípios de Alagoas (2012), e de matérias da plataforma História de Alagoas.

A coleta destas informações se deu pela consulta ao material produzido da disciplina de Projeto de Urbanismo 2 (2017.2) e por meio de visitas (cinco) realizadas no local para conhecer os ambientes internos e externos da escola, conversar com a gestão escolar e com as crianças. Nestas visitas foi possível observar públicos e seus fluxos, atividades existentes no local e problemas em evidência.

As informações coletadas foram reunidas aos resultados das oficinas Recriando Caminho, de modo a construir uma caracterização que retrate aspectos da experiência cotidiana. De modo a sintetizar as questões centrais às quais atenderá a proposta a ser elaborada, sintetizou-se tais informações em um quadro de problemas, carências, potencialidades e tendências.

Por fim, os resultados alcançados a partir das oficinas, bem como as propostas de intervenção urbanística, elaboradas para a área de estudo, encontram-se descritas no capítulo 5, AMPLIANDO HORIZONTES.



2. SEGUINDO RASTROS

Sei que as coisas podem até piorar, mas sei também que é possível intervir para melhorá-las. (FREIRE, 1996, P. 30)

Sob o entendimento de que somos seres marcados pela qualidade do inacabamento, como também o são: o mundo e nossas práticas sobre ele, a construção de um olhar crítico reflexivo sobre as temáticas em questão perpassa pela necessidade de buscar rastros. Rastros que indiquem as movimentações e os caminhos trilhados até o ponto de partida deste trabalho.

Freire (1996) declara ser a consciência do inacabamento impulso que nos move à curiosidade e à investigação, como também à esperança e a empregar esforços produtivos em prol da transformação de nossas realidades. Analisando, experimentando e dando continuidade às contribuições legadas pelos teóricos que nos antecederam a caminhada é que aqui estamos a seguir e deixar rastros.

Sendo assim, o excerto contido neste capítulo traduz o processo de revisão bibliográfica acerca das temáticas significativas e pertinentes para nortear a proposta de Recriar Caminhos, tais como os espaços livres públicos, a rua, o desenho urbano, o caminhar e a infância urbana.

2.1. Sobre os caminhos e o caminhar

o caminho organiza o território desde tempos imemoriais - desde os tempos dos pastores e dos nômades, dos primeiros agricultores e dos primeiros conquistadores [...] O cruzamento, o vau, a parada obrigatória, engendram o comércio. Segue-se o sedentarismo. Nasce a cidade (PANERAI, 2006, p. 18)

A conexão entre os espaços destinados às atividades humanas, os caminhos primeiros, possibilitou em seu decurso a formação de assentamentos, nestes inseriu-se a produção agrícola, e mais tarde o comércio, viabilizado pelo excedente da produção. Agregando as funções de permanecer e conviver, os caminhos ganharam vida, que possibilitaram uma série de novas funções e combinações.

Quando buscamos uma tradução para tais caminhos na cidade contemporânea rapidamente os equiparamos às ruas - espaços livres públicos estruturadores da cidade (OLIVEIRA, 2004; LYNCH, 1960). “A favor da rua” Lefebvre (1970, p. 29) afirma ser esta o espaço onde “efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada”.

O caráter de uma cidade é definido por suas ruas e espaços públicos. Desde praças e avenidas até jardins de bairro e parques infantis, o espaço público molda a imagem da cidade. A matriz que conecta as ruas e os espaços públicos forma o esqueleto da cidade sobre o qual tudo mais repousa. (ONU, 2016)

Um olhar mais acurado para a cidade de Maceió permite a constatação da carência de espaços livres públicos vivos e bem infraestruturados, para além da orla marítima. Essa é a realidade em praticamente todos os cinquenta bairros que compõem a capital alagoana. Mais além, o problema da segurança pública e os estímulos ao uso do transporte automotivo individual, têm conferido às ruas certa hostilidade, ou seja, não há atrativos nem acolhimento suficientes para que a população ocupe-as. Tais espaços, que outrora conformaram o palco da vida urbana, hoje representam locais cuja função única é a de passagem - apressada, desconfortável e insegura. (FARIA, CAVALCANTI, 2009)

O hábito interiorano de demorar-se na calçada enquanto as crianças brincam na rua hoje se restringe aos bairros periféricos, em zonas predominantemente residenciais, apenas durante curtos períodos de tempo (após a diminuição do fluxo de veículos e antes do esvaziamento noturno das ruas). Aqui, como em milhares de outras cidades brasileiras, cada vez mais o indivíduo distancia-se e é distanciado da esfera pública, em um processo sutil. As funções culturais e sociais da cidade se enfraquecem, contribuindo para a conformação de um tecido urbano segregado, no qual as particularidades e os elementos urbanos encontram-se dispersos e pouco legíveis.

De acordo com Lynch (1960, p. 5) “potencialmente, a cidade é em si o símbolo poderoso de uma sociedade complexa” e ressalta que o cidadão deve ter um papel ativo na percepção do mundo por ele vivenciado, além de uma participação criativa do desenvolvimento das imagens que esse mundo assume. Quanto às imagens, Lynch afirma que cada uma delas é pessoal e singular, envolvendo conteúdos raramente refletidos e comunicados, apesar de impregnarem nossos atos, o modo como utilizamos o espaço e intervimos nele.

Segundo Hall (2003) os indivíduos, seus lares e os contextos nos quais estão inseridos compõem um sistema interrelacionado. Portanto, quaisquer obstáculos que se interponham entre tais elementos podem desencadear problemas de ordem socioespacial.

Ainda que de modo inconsciente, a paisagem e o desenho urbano refletem a cultura, o modo de ser, pensar e agir de uma sociedade. Haja sido conformada, a paisagem de uma localidade, pelo processo de urbanização, seja ela ou não fruto da produção de habitação em massa, marcada pelas ideologias urbanísticas difundidas mundialmente, a vida dos cidadãos está de tal modo interligada ao seu habitat que, não só os atos, mas o pensamento humano influencia o ideário urbano, e vice e versa.

Contudo, na atualidade nossas cidades vivem um momento difícil, no qual as forças econômicas e policiais travam uma batalha de interesses questionáveis, que repercute na ocorrência de atos de violência urbana. Sob o estabelecimento de um estado de violência, cada vez mais potencializado pela comunicação de massa, em meio a essa batalha, fica a população comprometida. Um dos primeiros lugares atingidos por esse estado é o espaço livre público: as praças, os parques e, principalmente, as ruas.

Os ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento se tornam muito mais difíceis de sustentar. A redistribuição privatizada por meio de atividades criminosas ameaça a segurança individual a cada passo, provocando a demanda popular pela repressão policial. Até mesmo a ideia de que a cidade pode funcionar como um corpo político coletivo, lugar dentro do qual e a partir do qual possam emanar movimentos sociais progressistas, parece implausível (HARVEY, 2013, p.6)

Temeroso pela insegurança e hostilidade que permeia a esfera pública, o cidadão comum rejeita as oportunidades de vivenciar o espaço urbano. Sem a vivência, dificilmente são construídos vínculos entre o indivíduo e o espaço. Em um processo histórico e contínuo de dominação, o espaço urbano é zoneado e planejado em macro escala, enquanto em microescala os deslocamentos são limitados, os espaços de convivência e lazer restringidos e os estímulos visuais e auditivos anunciam o que desprezar e o que desejar.

2.2. Reinvenção da ordem urbana

Era muito ordenada, muito clara, muito fácil de entender. Transmitia tudo num lampejo, como um bom anúncio publicitário. Essa visão e seu ousado simbolismo eram absolutamente irresistíveis para urbanistas, construtores, projetistas e também para empreiteiros, financiadores e prefeitos. Ela deu enorme impulso aos ‘progressistas’ do zoneamento, que redigiram normas elaboradas para encorajar os construtores a reproduzir ainda que parcialmente o sonho (JACOBS, 1961, p. 23)

Concebido em um contexto de avanços tecnológicos, pós revolução industrial e entre grandes guerras mundiais, o urbanismo modernista propunha uma idealização da sociedade e da vida urbana, definindo como funções da cidade: habitar, trabalhar, circular, cultivar o corpo e o espírito. A partir destas, desdobraram-se os planos propostos, valendo-se do zoneamento, das setorizações e da distribuição de fluxos, de modo a racionalizar as dinâmicas urbanas.

Os espaços livres foram propostos em áreas verdes extensas, destinadas ao descanso e à contemplação. Já as ruas, segundo a Carta de Atenas (1933) deveriam ser separadas de acordo com seu uso: as ruas de residência restringia acessos, possuindo um caráter mais particular, as ruas de passeio conectavam-se às zonas residenciais, as ruas de trânsito, isoladas das residenciais, funcionavam como coletoras, e por fim, as vias principais, isoladas por áreas verdes, foram destinadas apenas aos veículos motores, livres de interferências e permitindo maior velocidade.

Lefebvre (1970) atribui à supressão da rua, sob a perspectiva de habitação de Le Corbusier, nos “novos conjuntos”, a causa para consequências como a perda de vitalidade urbana e a “aberrante funcionalização da existência” (1999, p. 30)

Muitas das cidades brasileiras construídas ou reconstruídas em meados do século 20 atendem, ainda que parcialmente aos preceitos modernistas de desenho e planejamento urbano. Além do mais, ideologias urbanísticas variantes desta, como a cidade jardim e a

cidade linear, também influenciaram gestores públicos e empresários do mercado imobiliário.

Ao trabalhar a escala urbana sob uma perspectiva estética e funcional, tais ideologias se distanciaram da escala humana, adotando um padrão ideal de sociedade, cidadão, habitação, modo de locomoção e até de opções de lazer. Contudo, o zoneamento das áreas urbanas com base na setorização das atividades, acabou levando-as à criação, ou ampliação, de caótica segregação socioespacial.

A criação de subsistemas urbanos representa um fator desfavorável à solução dos problemas de integração de pessoas e do território, por coibir a livre experiência do indivíduo, com o espaço e com outrem.

Uma das principais falhas nestes planos e programas estava justamente na desconsideração às complexidades e particularidades no que tange à dimensão humana. Tratava-se de planos poucos flexíveis, direcionados a uma sociedade bem resolvida com relação às diversidades econômicas e sociais.

A popularização destas conformou em nossas cidades verdadeiras colchas de retalhos, profundamente marcadas pela presença de assentamentos precários à margem da sociedade e pela inserção de conjuntos habitacionais periféricos, para a população oriunda da imigração rural.

Esse espraiamento do tecido urbano e as disparidades observadas entre a infraestrutura ofertada nas áreas consolidadas e em novas ocupações foram decisivas para um processo crescente do estado de violência. Esse processo foi responsável pela explosão de enclaves fortificados, ou espaços avessos à cidade, financiados pela iniciativa privada como solução aos problemas públicos urbanos, sobre os quais Caldeira (2000, p. 295) esclarece,

Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição.

Empreendimentos como shoppings centers e condomínios fechados, os enclaves fortificados, passaram a ser comercializados à população como espaços seguros, acolhedores e bem equipados. Entretanto, para além das questões sociais e econômicas que os envolvem, destaca-se as complicações provocadas pela inserção destas estruturas no espaço e na paisagem das cidades, como elementos isolados e adversos à morfologia urbana e à escala humana, extremamente protegidos do resto da cidade e pouco permeáveis.

O rumo dos acontecimentos não só reduziu as oportunidades para o pedestrianismo como forma de locomoção, mas também deixou sitiadas as funções cultural e social do espaço da cidade. A tradicional função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social para os moradores foi reduzida, ameaçada ou progressivamente descartada. (GEHL, 2013, p. 3)

Em decorrência quase que direta da setorização e dos enclaves fortificados, observa-se a priorização pelo uso dos automóveis individuais, impondo uma nova escala às nossas cidades. Esta escala possui características de espaço e tempo para locomoção distintas daquelas que utilizamos para caminhar.

Hall (2005) afirma ser o automóvel o maior consumidor de espaço público jamais criado pelo homem, e aponta o entrosamento entre essas duas escalas [do automóvel e do pedestre] como um desafio para o planejamento atual. E insere ainda, nesse embate, a dimensão cultural, que congrega fatores biológicos e socio-históricos de cada sociedade. Apesar de oculta, a dimensão cultural permeia toda a trama da existência humana, conferindo a cada indivíduo peculiaridades ímpares.

As cidades não apenas têm espaço para essas diferenças e outras mais em relação a gosto, propósitos e ocupações. Também precisam de pessoas com todas essas diferenças de gostos e propensões. As preferências dos utopistas — e de outros gestores compulsivos do lazer de terceiros — por um tipo de empreendimento justo em detrimento de outros são mais que absurdas. São daninhas. Quanto maior e mais diversificado leque de interesses legítimos (no estreito sentido legal) que a cidade e as empresas possam satisfazer, melhor para as ruas, para segurança e para a civilidade das cidades (JACOBS, 1961, p. 42)

Entretanto, o interesse do indivíduo e das instituições pela esfera pública está abalado. Jaime Lerner (2010, p. 53) questiona “quantas pessoas, na verdade, conhecem a sua própria cidade?” e continua “dificilmente alguém respeita o que não conhece” (2010, p. 53). Conhecer, na provocação lançada por Lerner perpassa pela premissa de que a cidade precisa ser apropriada pelas pessoas para que se mantenha ‘viva’.

O resultado da não apropriação é um cenário em que o espaço público encontra-se esvaziado e cada vez mais ‘desconhecido’ pela população. Portanto, interessar-se pela cidade e conhecê-la é essencial para que a sociedade tenha uma participação ativa e empregue esforços em apropriar-se de seus espaços, apesar das adversidades sobre as quais não tem se empenhado o poder público, como manutenção adequada dos espaços livres, boa arborização e iluminação dos passeios, saneamento básico, entre outros.

2.3. Conheceréis a cidade... Complete a frase

Em nos reportando ao caráter primordial da cidade dois aspectos são pertinentes para análise. Um deles é a capacidade magnética de atrair e agrupar pessoas em torno de uma ou mais atividades em um mesmo espaço, o outro é a relação imbricada do surgimento da cidade com o desenvolvimento da escrita, tendo ambos passado a converter os fatos da vida cotidiana em um conjunto de códigos, passíveis de serem lidos à medida em que se tornaram possíveis de serem registrados.

O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isto que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto habitat permanentes, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto (ROLNIK, 1994, p. 17)

As ruas, como “órgãos vitais de uma cidade” (JACOBS, 1961) conformam um “universo de múltiplos eventos e relações” (SANTOS, VOGEL, 1985) e podem ser utilizados como parâmetros para apreciação da qualidade de um espaço. Santos e Vogel (1985) afirmam que um sistema de espaços prescinde de um sistema de valores, a partir dos quais, procede, invariavelmente, um sistema de atividades. O entrelaçar desses sistemas expressa os caracteres de um lugar, que se opõe ao espaço, à medida em que assume significado para o habitar.

Ao buscar um entendimento sobre o habitar na cidade contemporânea, observamos que “os aspectos simbólicos de uma casa e de sua localização do espaço urbano - o endereço - não se encontram isolados” (MELLO, SIMÕES, 2013 p. 78) e perpassam por uma série de aspectos de cunho econômico, jurídico, social, político e até moral.

Movido por um desejo de permanência, ou pelo *animus domini*, é que um cidadão estabelece meios de criar vínculos com o espaço onde mora. Biase (2013) declara que a construção de uma intimidade com o lugar também acontece na valorização e no compartilhamento de seus detalhes, mas que estes apenas são lidos a partir da experiência do lugar.

Nesta perspectiva, a experiência do lugar não se restringe ao habitar enquanto significado de moradia, mas senão como vivência cotidiana do espaço. Compreendendo que para as crianças que andam a pé essa vivência principia no percurso casa-escola, o espaço casa, o espaço escola, e o espaço urbano compreendido por esses dois pontos se inserem como espaço significativo no processo de desenvolvimento humano das crianças.

Na teoria sociocultural de Vygotsky observa-se que o desenvolvimento da criança, seja ele psicológico, histórico ou biológico, desdobra-se, invariavelmente, a partir de uma série de relações sociais entre os indivíduos e o espaço. A ausência destas pode desencadear distúrbios, cujos efeitos influenciam pensamentos e atos. (IVIC, COELHO, 2010) A vida em cidades predispõe a construção de uma vida social.

Portanto, cabe destacar que urge a realização de uma transformação no campo da educação, paralelamente, mas associada, ao pensamento crítico aqui construído, implicando em projetos pedagógicos abertos à cidade e à experiência sociocultural cotidiana das crianças, para que o espaço vivenciado por elas contribua, de fato, com o aprendizado significativo e com a construção de uma ideia de lugar.

Logo, é necessário que a cidade ofereça condições para ser percorrida com segurança pelas crianças, mas deve também promover o espaço urbano como espaço de aprendizado. Proporcionalmente, é importante que a escola passe a apropriar-se desse espaço para festividades, campanhas de conscientização, além de cada vez mais aulas convencionais.

2.4. Caminhar é preciso

Caminhar é o início. O ponto de partida. O homem foi criado para caminhar e todos os eventos da vida - grandes e pequenos - ocorrem quando caminhamos entre outras pessoas. (GEHL, 2015, p. 19)

Ato de “atravessar o espaço” que nasce de uma necessidade natural de movimentar-se, consiste, o caminhar, em uma das habilidades adquiridas pelo ser humano nos primeiros meses de vida, sobre a qual Careri (2002, p. 27) afirma haver possibilitado que o homem “habite o mundo”.

Até meados do século 20, quando a população rural brasileira passou a migrar em massa para os centros urbanos e os produtos ofertados pela indústria automobilística apresentou-se vantajosa demais para o novo estilo de vida, deslocavam-se, os cidadãos, principalmente, a pé. Além destas causas, Gehl (2013, p. 9) aponta o planejamento urbano voltado ao tráfego de veículos individuais como uma das maiores ameaças ao caminhar.

O volume do tráfego, em quase todo lugar, é mais ou menos arbitrário, dependendo da infraestrutura de transporte disponível, porque sempre encontraremos novas formas de aumentar o uso do carro; construir vias adicionais é um convite direto à aquisição e ao uso de mais automóveis (GEHL, 2013, p. 9)

Dados do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, em 2014, revelam que a proporção da frota de automóveis no Brasil é de um para cada quatro habitantes, valor que tem crescido acentuadamente. Segundo Relatório Anual do Banco Mundial (2015) observa-se que entre 1990 e 2009 aproximadamente 60% dos brasileiros aumentaram seu nível de renda, e cerca de 25 milhões de pessoas deixaram de viver em pobreza extrema ou moderada.

Sobrepondo ambas as informações, é possível sugerir que muitos dos brasileiros que tiveram sua renda aumentada, investiram na compra de veículos individuais. Consequentemente, as crianças nascidas nos últimos dez anos no Brasil, muito frequentemente, andam mais de carro do que seus pais e avós.

As crianças da cidade precisam de uma boa quantidade de locais onde possam brincar e aprender [...] ao mesmo tempo, no entanto, precisamos de um local perto de casa, ao ar livre, sem um fim específico, onde possam brincar, movimentar-se e adquirir noções de mundo (JACOBS, 1961, p. 88)

Oliveira (2004) elucida que o incremento da urbanização e do trabalho feminino, bem como a ampliação do acesso a instituições de ensino e educação por mais crianças, e cada vez mais cedo, modificaram profundamente a relação da infância com o espaço urbano.

O intervalo entre o verde-amarelo-vermelho do semáforo é o tempo que as crianças têm para ver e sentir a cidade até que tudo volte a se movimentar, e elas voltem a ver uma “cidade passante”. Mesmo não sendo convidadas a pensar e a criar a cidade, as crianças tentam (re)criá-la à sua maneira, por meio do brincar. No brincar com a cidade, convidam a si mesmas a participar, atribuindo outras formas e funções aos espaços, objetos e equipamentos da cidade. (MOURA, et al, 2015, p. 6)

Durante o processo de desenvolvimento da criança, à medida em que ela experiencia e reconhece mais espaços, mais ampliada e bem articulada se estabelece a relação desta com o ambiente. Tuan (1983) esclarece que ao adquirir definição e significado, o espaço se transforma em lugar.

Nesse sentido, Oliveira (2004) propõe que o espaço urbano seja planejado e projetado tendo em vista proporcionar significância para o desenvolvimento e o processo de educação das crianças, já que este contribui para a experiência de vida da criança, e, portanto, de todos os cidadãos.

Buscar uma reaproximação entre cidadão e ambiente urbano, conformando experiências significativas, perpassa, invariavelmente, por uma aproximação entre a criança e o caminhar. Para tanto, Gehl (2013) propõe que sejam lançados convites capazes de atrair a população a caminhar pelas ruas, o que leva à circunstância de outras atividades, como permanecer e encontrar pessoas.

Nesse espaço de encontro, o caminhar revela-se útil à arquitetura como instrumento cognitivo e projetual, como meio para se reconhecer dentro do caos das periferias uma geografia e como meio através do qual inventar novas modalidades de invenção nos espaços públicos metropolitanos, para pesquisá-los, para torná-los visíveis [...] Assim, o caminhar revela-se um instrumento que, precisamente pela sua intrínseca característica de simultânea leitura e escrita do espaço, se presta a escutar e interagir na variabilidade desses espaços, a intervir no seu contínuo devir (CARERI, 2002, p. 32)

2.4.1. Reflexões ao caminhar

Para tratar sobre a relação entre a criança e a cidade, antes mesmo de seguir acompanhando o norte estabelecido para este percurso, identifico a necessidade de realizar uma transcrição autoetnográfica. Como me ocorreu esta reflexão, compartilho com o leitor, ressaltando que não foram teorias, dados ou estimativas que suscitaram essa interrupção (pelo menos não de forma direta), mas sim uma experiência cotidiana vivenciada, que não me permitiu prosseguir sem registrá-la.

Ao caminhar de casa para o ponto de ônibus, como de costume, recordei de tempos passados, tempos infantis, que foram cruciais para que esteja eu aqui neste momento. Minha infância foi dividida entre os períodos escolares, na capital alagoana e as férias de janeiro e junho, no interior pernambucano.

Desse período, uma das memórias mais marcante é o caminho percorrido diariamente até a escola, distante quatro quadras de minha casa, com Cláudia e Jade. Lembro com carinho da aventura que era passar pela casa com um cão bravo, sempre um susto! Da alegria que era encontrar a sombra do flamboyant no meio do caminho, e das sementes de piriquireti e flores de hibiscus colhidas durante o percurso, para brincar depois do almoço. Não esqueço os dias chuvosos, coloridos apenas pela capa de chuva amarela, e também da primeira vez que vi um assalto, no mercadinho uma quadra depois da escola, de onde

Patrícia e eu corremos instintivamente.

Talvez nunca tenha comentado, mas minha maior tristeza ao mudar de escola, alguns anos depois, foi trocar as caminhadas sob o sol pela van escolar, ao som de xuxa, e o carro de mainha ao som de jazz.

Sem contar as tardes na pracinha, os passeios de bicicleta até a orla e os picolés na banca de revista. Esses vínculos construídos ao longo do tempo com o lugar no qual moro até hoje só são especiais porque tive e ainda tenho a oportunidade de vivenciá-los, caminhando. Ainda que possa enumerar diversas demandas para melhoria, as condições favoráveis ao caminhar foram fundamentais para que hoje, com o olhar menos sensível, mas com uma visão mais ampliada das coisas, possa reconhecer um pedaço da cidade que é meu, e que está diretamente relacionado com situações de minha vida.

A esse tempo não tinha noção da conjuntura política e econômica senão pelos fragmentos que absorvia ao ouvir os comentários adultos, ou as matérias de rádio e tv, mas lembro da época em que precisei redobrar a atenção ao atravessar as ruas porque o número de carros aumentava, também lembro das grades que viraram muros e das guaritas que foram elevadas, como a do meu prédio, por questões de segurança, lá pelo início dos anos 2000.

Ah, lembro também quando passei a ter medo de andar na rua durante a noite por conta da onda de assaltos. Contudo, um dos espaços que mantiveram e mantêm vivo o lugar onde moro, evitando a concretude de sua morte foi e é, sem dúvida alguma, a pracinha, como é chamada por nós moradores.

Não há trabalho paisagístico além das podas. Mas por algum motivo existe uma corrente invisível para que essa vontade de ocupar a praça não se perca, e a população, sem perceber, se reveza para que a corrente não cesse. É um que monta barraca de frutas e verduras durante o dia, é outro que vende tapioca e distribui simpatia, é outro que organiza uma festa junina, e por aí vai. Seria isso comandado pelo interesse consciente de manter o bairro vivo? Ou seria, na verdade, apenas uma resposta, um interesse íntimo e natural de apropriar-se do espaço público na mesma medida em que o espaço público sofre cuidados básicos que propiciem o uso pelas pessoas? Fico com a segunda alternativa.

Por acreditar que é o trançar dessas histórias que compõem o tecido e a memória urbana e por crer que a transformação urbana é impossível sem um resgate e uma valorização dessas histórias que me proponho ao desafio de Recriar Caminhos, no Tabuleiro do Martins, junto às crianças da Pedro Suruagy. Mas como recriar caminhos?

2.4.2. Primeiros passos

Segundo Oliveira (2015, p. 92) foi apenas no início do século XIX que a infância passou a ser valorizada popularmente, sendo considerada como um estágio que demanda necessidades específicas. Até então, em um processo muito precoce, passavam rapidamente da primeira infância para a vida adulta. Pouco antes disso, pela incapacidade produtiva, por vezes, a criança era considerada um fardo para a família.

O jogo e a brincadeira eram atos comuns em festividades e na prática de folguedos, sobretudo na cultura africana, e nos rituais da vivência em comunidade, especialmente entre os indígenas. Ainda assim, muitas dessas práticas eram realizadas pelos adultos, com a participação das crianças. Ademais, de algum modo, o período higienista (meados do século XIX) contribuiu para o estímulo à prática de atividades físicas em ambientes abertos e em contato com a natureza, entre as crianças. Observa-se a existência de uma “cultura das ruas” (OLIVEIRA, 2004)

Cada vez mais escassa, essa cultura foi substituída pelos espaços destinados exclusivamente à prática de jogos e brincadeiras, tais como parques infantis, sujeitos à institucionalização e especialização, sob influência dos ideais de planejamento modernista.

São equívocos do autoritarismo não só de natureza corporativa e uma produção especializada, desligada da vida das pessoas, mas é também, e sobretudo, resultado da transformação da criança na categoria social determinada, para qual a creche, escola, os parques e locais de jogos são fornecidos sob a forma de sistemas fechados, mercadorias a serem consumidas passivamente, que não comporta integrar neles o maravilhoso, imaginário e o espontâneo (LIMA, 1989, p. 54)

Destaca-se, pois, a importância de propiciar à criança a experiência de observar o espaço urbano e a esfera pública com um olhar crítico e ativo, como parte de dois processos correlatos: o desenvolvimento humano e o urbano. Entretanto, é possível constatar que aquelas que habitam a cidade, desde muito cedo, por meio da experiência pessoal (ou a ausência dela) e do que lhes é comunicado, entendem que o espaço público se assemelha muito mais a um interstício do que a um sistema, cujas formas e funções interligam-se para atender às necessidades coletivas.

Tal afirmativa sustenta-se no modo como a sociedade pensa e utiliza a cidade na atualidade, sob um pensamento coletivo construído geração a geração, em reforço à indústria automobilística e à gestão do capital. Em ambas, a criança ocupa papel social secundário, por não se enquadrar enquanto operário e consumidor direto.

À mesma são oferecidas estruturas de entretenimento, como playgrounds, para direcionar sua movimentação sobre o espaço enquanto se distrai, até que possa enquadrar-se no sistema regido pelo capital e cumprir os papéis sociais que interessam aos gestores maiores do espaço público.

No quadro dessas preocupações, isto é, do espaço adequado para o desenvolvimento das crianças e os limites que os projetos podem alcançar, a construção da criança, isto é, os espaços organizados e realizados pe-

las próprias crianças podem indicar algumas trilhas para o trabalho dos adultos [...] pouco conhecimento temos tido em relação a construção do espaço pelas crianças (LIMA, 1989, p. 73-4)

É, pois, nesse sentido, que nas últimas décadas organizações mundiais têm debatido e implementado iniciativas de inclusão do estágio infantil nos processos de discussão e construção do espaço urbano, a exemplo do Desafio Urban95, da Fundação Bernard Van Leer, e do Cidade Amiga das Crianças, da Organização das Nações Unidas – ONU. Sob uma perspectiva de transformação socioespacial a médio prazo, a essência dessas iniciativas é a melhoria da relação entre a criança e o espaço, envolvendo aspectos emocionais, políticos, ambientais e territoriais.

O Desafio Urban95 consiste em uma iniciativa de 30 milhões de euros da Fundação Bernard van Leer que visa promover bairros e cidades melhores para gestantes, jovens e crianças em seus primeiros (e cruciais) cinco anos de vida, afirmando que tais transformações espaciais a longo prazo podem contribuir com o fortalecimento de comunidades e o desenvolvimento econômico.

Com a provocação “Se você pudesse vivenciar uma cidade a uma altura de 95 cm – a altura média de uma criança saudável de 3 anos – o que você faria de diferente?”, o Desafio Urban95 lançou em 2016 uma chamada global, selecionando 26 projetos que têm contribuído para a transformação de comunidades e cidades em todo o mundo.

Já o programa Cidades Amigas das Crianças foi lançado em uma das resoluções da II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), em 1996, sob a declaração de que “o bem-estar das crianças é o indicador por excelência de um habitat saudável, de uma sociedade democrática e de boa governação” (UNICEF, 2015, p. 9).

Cabe destacar que o segundo pilar do programa é a participação das crianças nos processos de decisão, seja em tratando-se de áreas urbanas, como de áreas rurais. Nesse sentido, dentre os objetivos almejados para as Cidades Amigas das Crianças, a partir de sua implementação, constam: a consideração da opinião das crianças sobre a cidade que desejam na tomada de decisões, e a garantia de passearem nas ruas em segurança e de usufruírem de espaços verdes e de lazer.

De acordo com a UNICEF (2015), ainda que a Convenção sobre os Direitos da Criança atribua ao poder público a responsabilidade de garantir sua aplicação, a construção de Cidades Amigas das Crianças pode acontecer: do topo para a base – mediante uma decisão dos órgãos máximos do município, apoiada de forma consistente e coordenada para abranger todos os níveis de administração ou da base para o topo – a partir de uma ou várias iniciativas existentes, nomeadamente ao nível das escolas, de projectos ambientais ou de organizações locais, incluindo aquelas que, tendo sido iniciadas pelas próprias crianças e jovens, demonstrem potencial para se expandir a toda a cidade (UNICEF, 2015, p. 10)

Em nos reportarmos à Nova Agenda Urbana - documento lançado a partir da Tercei-

ra Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), em 2016, para orientar o desenvolvimento urbano para os próximos anos - quanto ao planejamento e gestão do desenvolvimento urbano espacial, assegura-se “promoveremos o itinerário seguro e saudável à escola para todas as crianças como uma prioridade” (item 113).

O caminho casa-escola retrata o primeiro espaço urbano percebido pela criança, principalmente para aquelas que fazem esse percurso a pé. Primeiro pela velocidade do caminhar que, por ser menor que a dos demais meios de transporte permite ao indivíduo captar um número maior de detalhes das ruas, como a qualidade das calçadas, a arborização, a relação da edificação com seu entorno e até as modificações na paisagem urbana. Ainda que não estimuladas a refletir sobre esses detalhes, a criança os apreende, interpretando-os como: caminho quente, perigoso, com muitos obstáculos, entre outras qualificações.

Com relação aos “mecanismos de implantação”, o documento assevera:

Promoveremos o fortalecimento da capacidade de governos nacionais, subnacionais e locais, inclusive associações de governos locais, quando cabível, para trabalhar com mulheres e meninas, crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência, povos autóctones e comunidades locais, e aqueles em situações vulneráveis, assim como com a sociedade civil, a academia e instituições de pesquisa [...] permitindo aos mesmos a participação efetiva na tomada de decisões acerca do desenvolvimento urbano e territorial (ONU, 2016, item 148)

O trabalho Recriando Caminhos, realizado no bairro Tabuleiro do Martins, simboliza, portanto, um meio de integrar esse contexto de movimentações cada vez mais constantes e consistentes rumo à conquista de cidades para todos, a partir dos mais novos, como propõe Francesco Tonucci (2009).



3. APROXIMANDO

O OLHAR

Figura 05. Jogo Conte Aqui. Fonte: a autora, 2018

Segundo Rubem Alves a criança a todo instante vivencia processos de aprendizagem, porque tudo o que vê lhe desperta a curiosidade, para elas “o mundo é um vasto parque de diversões” (ALVES, 2004, p. 23). Tendo em vista o estágio de desenvolvimento biológico e psicológico em que a criança se encontra, e a conseqüente riqueza que adquirem as experiências vivenciadas por ela, potencialmente seu olhar identifica detalhes muitas vezes negligenciados pelos “mais velhos”, alcançando um número maior de possibilidades de uso e transformação dos espaços que percorre (TUAN, 1983).

De acordo com Oliveira (2004), a ação transformadora do meio físico se dá a partir do potencial criador, ou seja, a partir da intervenção positiva que os indivíduos exercem sobre o espaço. A autora afirma que todas as pessoas detêm da criatividade em potencial, entretanto, ressalta que a criança, devido ao estágio de desenvolvimento em que se encontra, mais constantemente explora e experimenta os estímulos ambientais que lhes são oferecidos. Segundo Lima (1989), a função educativa é inerente ao espaço.

Contudo, por serem, cada vez mais, oferecidos às crianças espaços ensimesmados, ou sistemas fechados, para consumo passivo, tais como parques, playgrounds, e até as escolas e creches, menospreza-se o espontâneo e o imaginário da criança. Oliveira (2004) reitera que a partir dos estímulos ambientais e das influências culturais, por meio da criatividade, a criança é capaz de combinar e transformar imagens para superar e solucionar desafios.

Por reconhecer esse potencial como útil ao processo de transformação urbana, identificou-se a necessidade de elaborar um método capaz de sensibilizar a visão e aguçar a escuta do profissional cujo campo de atuação é o espaço urbano, de modo a captar as demandas e os anseios infantis, além de estimular à prática cidadã e ao pensamento crítico com relação à cidade, para enriquecer a concepção de soluções urbanas.

Portanto, neste capítulo será apresentada a construção deste método, cujo desenvolvimento se deu na seguinte ordem:

- 3.1. Diálogo sobre a infância: estudo de contribuições teóricas acerca da criança e do desenvolvimento infantil;
- 3.2. Observatório de oficinas: análise e síntese de metodologias afins;
- 3.3. Bê-a-bá da cidade: Seleção de temáticas a serem trabalhadas com as crianças;
- 3.4. Recriar caminhos: Formatação da estrutura das oficinas;
- 3.5. Passo a passo: Detalhamento das atividades propostas para cada oficina.

3.1. Diálogo sobre a infância

Como ponto de partida para a formatação das oficinas Recriando Caminhos, cabe relacionar alguns teóricos cujas contribuições suscitaram avanços com relação ao entendimento sobre a criança, especialmente do ponto de vista da educação e da psicologia. Foram eles: o suíço Jean Piaget, o russo Lev Vygotski, e os brasileiros Paulo Freire e Rubem Alves. A escolha pelos dois primeiros autores deve-se ao fato de que ambos, dentro de seus contextos espaço-temporal, deslocaram o papel da criança das margens para o centro, buscando entender a construção do conhecimento infantil sobre o mundo.

Já os dois últimos apresentaram importantes contribuições críticas com relação à educação no Brasil. Dado o foco e a abrangência deste trabalho, cabe destacar que não foi realizado uma leitura crítica dos referidos ensaios teóricos de cada um deles, mas senão, foram observados dois aspectos: seu entendimento sobre a infância e sua proposição para o processo de ensino-aprendizagem.

Em oposição à psicologia clássica que, tradicionalmente, apenas se detinha na identificação das limitações, Piaget buscou revelar os aspectos positivos do pensamento infantil (VYGOTSKI apud IVIC, 2010). Para o estudioso suíço, a criança constitui-se como sujeito epistêmico, cujas ações expressam um potencial intelectual a partir da construção de esquemas sensório-motores. Tuan (1983) assevera que Piaget demonstrou que as capacidades sensório-motoras antecedem a apreensão conceitual e, conseqüentemente, a compreensão intelectual.

De acordo com seus ensaios, a criança precisa ser estimulada em suas habilidades cognitivas, a depender do estágio em que se encontra (são seis segundo Piaget). Propõe, portanto, que a apreensão de realidade subjetivas e a construção do conhecimento são produzidos a partir da interação entre o indivíduo e os objetos, podendo ser esse objeto o espaço físico. As solicitações que o objeto provoca sobre a criança gera inquietação e requer alguma atuação do indivíduo que toma decisões para reestabelecer o desequilíbrio provocado. Desse modo, que envolve processos de assimilação, acomodação e equilíbrio, ela constrói conhecimento sobre o objeto. (MUNARI, 2010)

Vygotski, por sua vez, compreende a criança como sujeito essencialmente social, representando, suas ações, meios de transformar e ser transformada por valores culturais, gerando e sendo influenciada pelo contexto cultural em que vive. Para o russo, o desenvolvimento infantil é compreendido sob uma perspectiva sociocultural, ao afirmar que o comportamento infantil está inteiramente vinculado às relações sociais e ao contexto cultural na qual a criança está inserida. (VYGOTSKI apud IVIC, 2010).

Nesse sentido, o autor propõe que o desenvolvimento intelectual da criança sucede uma interação social com outros indivíduos. Em sua perspectiva, no processo de aprendizado deve haver estímulo para interações entre a criança e o meio externo, para que esta adquira intelectualidade e conhecimento, e posteriormente, possa intervir sobre o meio.

O processo de aprendizagem proposto por ele deve utilizar da zona de desenvolvimento proximal, que representa a distância entre aquilo que a criança consegue fazer sozinha e aquilo que requer a mediação de um adulto. (IVIC, 2010)

As contribuições de ambos direcionam para a importância da experiência como premissa para o desenvolvimento, seja a experiência da criança com o espaço, como da criança com outros indivíduos e com o meio externo. Sendo estas premissas para um desenvolvimento intelectual adequado, entende-se que promover vivências da criança no espaço urbano (como objeto e como meio externo de cunho social) deve contribuir para que sejam criados vínculos e adquiridos conhecimentos concretos acerca desta esfera, a esfera urbana.

Quanto a Paulo Freire e Rubem Alves, foram consideradas suas contribuições com relação à educação no cenário brasileiro e as propostas para a melhoria do processo ensino-aprendizagem das crianças. Visto que, para além do caráter prático das oficinas, estas acabam por estabelecer um processo de ensino-aprendizagem (no qual a cidade é o objeto de estudo), é importante lançar um olhar para o panorama da educação no país.

Paulo Freire destacou-se pelo estímulo ao senso crítico como aspecto fundamental, defensor da educação para a autonomia, para a liberdade e a democracia. (BEISIEGEL, 2010) O processo pedagógico, segundo Freire, deve respeitar os conhecimentos prévios dos educandos, mesmo que estes resultem de métodos empíricos. Além disso, deve ainda promover a transformação do meio sociocultural em que se vive a partir da multiplicação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade enquanto agentes ativos da mudança (FREIRE, 2011).

Já Rubem Alves defendeu uma educação mais flexível e contextualizada às demandas e anseios das crianças, estabelecendo uma relação de horizontalidade no processo de ensino-aprendizagem, bem como o estímulo à curiosidade (gesto próprio do estágio infantil) e à ludicidade (ALVES, 2004). Nesse processo o educador caracteriza-se como um mediador do conhecimento, sendo, esse conhecimento, compatível com os questionamentos expressados pelas crianças. No processo pedagógico esboçado por ele, os jogos, brincadeiras e desafios figuram como instrumentos importantes de construção do conhecimento.

Assim como propuseram Paulo Freire e Rubem Alves, a educação precisa enxergar a criança, seu contexto, seus anseios, além de estimular o senso crítico, o interesse pela cidade como espaço de aprendizagem e a prática cidadã. Por esse motivo o espaço escolhido para a realização da oficina foi o ambiente escolar, e também por esse motivo compreende-se que nos projetos pedagógicos do ensino básico brasileiro a temática “cidade” poderia ser implementada como objeto de estudo relacionada a diversas áreas do conhecimento, como história, geografia, matemática, ciências da natureza, linguagens e educação física.

3.2. Observatório de Oficinas

Nesse item serão observadas três oficinas realizadas no Brasil tendo em vista construir um repertório de atividades com crianças com o objetivo de intervir no espaço urbano. A realização dessas oficinas envolveu arquitetos urbanistas e crianças. Sobre cada uma delas serão identificadas: atores envolvidos, objetivos, local, atividades propostas e desdobramentos.

3.2.1. Criança Pequena em Foco

O Projeto Criança Pequena Em Foco foi criado em 2011 pelo Centro de Criação de Imagem Popular - CECIP, com apoio da Fundação Bernard van Leer e do Instituto C&A, e desde 2013 colaboram Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Alinhados com os princípios do Child Friendly Cities, seus objetivos consistem em promover observatórios e escutas da infância no planejamento urbano e na articulação de políticas públicas. Dentre as atividades desenvolvidas no projeto, “Manguinhos e seus caminhos” (2014) foi a primeira delas.

Consistiu, esta, em uma ação-piloto, no bairro de Manguinhos, zona norte do Rio de Janeiro, contando com a realização de cinco oficinas, uma por semana no período de dois meses, com crianças de 4 a 11 anos, de participação espontânea, na Biblioteca Parque de Manguinhos. Ao final desta ação foi elaborado o documento “Manguinhos pelo olhar das crianças: diagnóstico inicial sobre uma favela do Rio de Janeiro”, no qual estão registradas as atividades desenvolvidas e as impressões das crianças sobre o bairro.



Figura 06. Mapa Afetivo desenvolvido na Oficina. Fonte: CECIP, 2013

Figura 07. Jogo O Caminho das Crianças. Fonte: CECIP, 2013

Nas oficinas foram utilizados recursos como: brincadeira de roda, telefone sem fio, observação de mapas e fotografias, produção de desenhos e construção de maquete, por meio dos quais as crianças foram apresentadas ao significado de participação, foram convidadas a refletir sobre os caminhos que percorrem no cotidiano e a compreender sobre o ofício do arquiteto e urbanista. Desde 2016, o projeto tem atuado na construção de um Plano de Ação para o território, ainda contando com a participação de crianças. Em seguida, o CEPIP pretende avaliar o projeto, sistematizá-lo e contribuir com a difusão dessa temática junto a instituições públicas da área.

Todas as atividades que o grupo utilizou foram organizadas e registradas em um Caderno de Metodologias, denominado de “Vamos ouvir as crianças?”, cujo objetivo é justamente socializar as metodologias utilizadas nas oficinas para contribuir com a promoção de mais ações de mesma natureza.

3.2.2. Criança Fala na Comunidade - Escuta Glicério

O programa São Paulo Carinhosa e a Subprefeitura da Sé (SP), em parceria com o projeto CriaCidade – Ocupação Cartográfica, idealizado pela socióloga Nayana Brettas, desenvolveram a iniciativa Criança Fala na Comunidade, com o objetivo de transpor a fala das crianças para as políticas públicas, a construção e gestão do espaço, a longo prazo. Entre 2015 e 2016 o CriaCidade trabalhou no Projeto Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério.

Por meio de parcerias com secretarias municipais voltadas à educação e cultura, empresas privadas e cursos de Arquitetura e Urbanismo, o projeto envolveu crianças de 3 a 11 anos e suas famílias. No Glicério, região central da cidade de São Paulo, arquitetos e urbanistas, psicólogos e pedagogos somaram forças para ouvir o que as crianças vêem, pensam e querem para o lugar onde vivem, por meio de oficinas semanais no bairro, nas quais os facilitadores se aproximavam das crianças que brincavam nas ruas e as convidavam a percorrer, observar e propor sobre o lugar onde vivem, por meio de brincadeiras e desenhos.

Foram realizadas brincadeiras, contação de história, desenhos e atividades culturais, culminando com o Cidade de Brincar - ação que criou um circuito lúdico, no qual três ruas do bairro sofreram intervenções, com a inserção de mobiliários urbanos versáteis, como escorregadores que também podem ser bancos, e pinturas nas fachadas de casas abandonadas.

Finalizado em 2016, o CriaCidade observou que o bairro, antes marcado pela violência e o abandono do espaço público, tem se transformado. Atualmente, por exemplo, no bairro há cortejos mensais de maracatu, envolvendo toda a comunidade. A referida iniciativa corresponde a um dos objetivos do grupo, que é o de fortalecer vínculos afetivos entre o indivíduo e sua comunidade.



Figura 08. Mobiliário urbano produzido no Glicério.
Fonte: CARPEGIANI, 2015

Figura 09. Diálogo com as crianças nas ruas do Glicério. Fonte: CARPEGIANI, 2015

3.2.3. Oficina Arquitetura e Cidade para Crianças

Estimulado pelas frentes de ação propostas no Habitat III, as arquitetas Amanda Tiedt e Fabíola Cordeiro, de Blumenau - SC, em 2017 criaram o Projeto Cultural Arquitetura e Cidade para Crianças, com o objetivo de sensibilizar a criança a perceber o espaço edificado, o espaço urbano, o patrimônio cultural e o meio ambiente. Com isso, foram realizadas diversas oficinas abertas ao público, com crianças de 06 a 10 anos, em grupos máximos de 25 participantes, em parques da cidade, subdivididas em três módulos: “Minha Casa”, “A Cidade” e “Meio Ambiente”. Foram utilizados recursos como teatro, desenhos, pinturas, leituras e jogos.

Ainda em busca de parcerias e patrocinadores, o Projeto já contou com o auxílio do Fundo Municipal de apoio à Cultura, de Blumenau, em maio de 2018 as arquitetas já conseguiram lançar a Cartilha de Arquitetura e Cidade para Crianças, desenvolvida para socializar com professores as atividades realizadas nas oficinas.



Figura 10. Oficina módulo ‘Cidade’. Fonte: Archdaily, 2017

Figura 11. Oficina módulo ‘Meio Ambiente’. Fonte: Archdaily, 2017

3.3. Bê-a-bá da Cidade

De modo a estruturar o número de oficinas necessário, bem como embasá-las, foram selecionados dois conceitos - o bairro (Oficina 1) e a rua (Oficina 2) - elencados a partir da revisão bibliográfica, tendo em vista introduzir um entendimento sobre a cidade junto às crianças, a começar pelas estruturas urbanas mais evidentes em seu cotidiano.

Partir do bairro justifica-se no entendimento de que esta demarcação territorial confere às crianças a primeira sensação de pertencimento a um lugar na cidade (SIMÕES; MELO, 2013). Sobre o qual Lynch (1960) afirma conter características comuns, que permitem conformar uma grande área penetrável mentalmente e distinguível de outros bairros.

Jacobs, por sua vez, (1961) contesta a concepção de bairro como estrutura ensimesmada e autossuficiente, defendendo a importância de um planejamento urbano que tenha por meta inicial o espaço da rua, tendo em vista que a partir deste, melhora-se a malha urbana, e conseqüentemente conquista-se bairros saudáveis e seguros. Acerca das ruas, Lynch (1960) alega ser o elemento estruturante do espaço urbano que predomina na construção da imagem da cidade. Além disso, destaca duas situações em que a rua adquire importância ao observador, uma delas é quando há concentração de atividades em determinado ponto e outra é quando esta integra o percurso habitual do indivíduo.

Partindo de um entendimento teórico e mais abrangente para uma aproximação aos caminhos das crianças, os outros dois conceitos elencados foram: o caminho casa-escola (Oficina 3) e a cidadania (Oficina 4), tendo em vista possibilitar que as crianças compartilhem e construam conhecimentos com base em suas experiências cotidianas. Além disso, tais oficinas exigem das crianças um olhar mais crítico e uma visão mais criativa para com o espaço urbano, ambos estimulados desde a primeira oficina, por meio do jogo ou brincadeira e da atividade de expressão gráfica.

3.4. Recriar Caminhos

Cada oficina compreende temáticas específicas, conforme descreveu-se no item anterior, mas compartilham de um formato comum, cuja concepção corresponde à fundamentação adquirida dos processos anteriores, desdobrando-se em algumas premissas que devem nortear a metodologia de oficina formatada, são elas:

Utilizar jogos, desafios e brincadeiras como meio para aproximar as crianças das temáticas trabalhadas, conforme proposto por Alves (2004).

Realizar atividades em equipe para estimular a colaboração e a competência social, de acordo com a proposta de Vygotski (IVIC, 2010).

Estimular a autonomia e a curiosidade nas crianças, como propõe Alves (2004).

Estabelecer uma relação horizontal de modo que as crianças se sentiam à vontade para expressar sua opinião, seus anseios e demandas, conforme propõe Freire (2011).

Utilizar músicas relacionadas à temática da cidade (anexo I) para estabelecer um am-

biente propício à criatividade, além de promover momentos de expressão gráfica para estimular a busca por soluções a partir da arte, como propõe Oliveira (2004).

Trabalhar com mapas e figuras, dado a importância da visão para as crianças, segundo informações de Tuan (1983).

Diversificar as atividades e os modos de “escutar” as crianças, como momentos de discussão, expressão gráfica, entre outros.

Com isso, o formato comum concebido para as quatro oficinas Recriando Caminhos no Tabuleiro do Martins propõe três momentos, sendo deles:

Uma dinâmica inicial, cujo objetivo é estabelecer um espaço em que as crianças se sintam à vontade para opinar de forma espontânea. Neste, propõe-se a formação de um círculo, onde cada um se apresentará aos demais, compartilhando desde características individuais, como idade e brincadeira favorita, até percepções pessoais do espaço urbano, como nome da rua onde mora e o que gostaria que tivesse em sua cidade, a partir do que propõe Vygotski.

2. Um jogo ou brincadeira, por meio do qual os conceitos norteadores serão abordados. Tendo em vista possibilitar uma assimilação das realidades intelectuais, consolidando como conhecimento, como estimula Alves (2004) e Piaget (MUNARI, 2010)

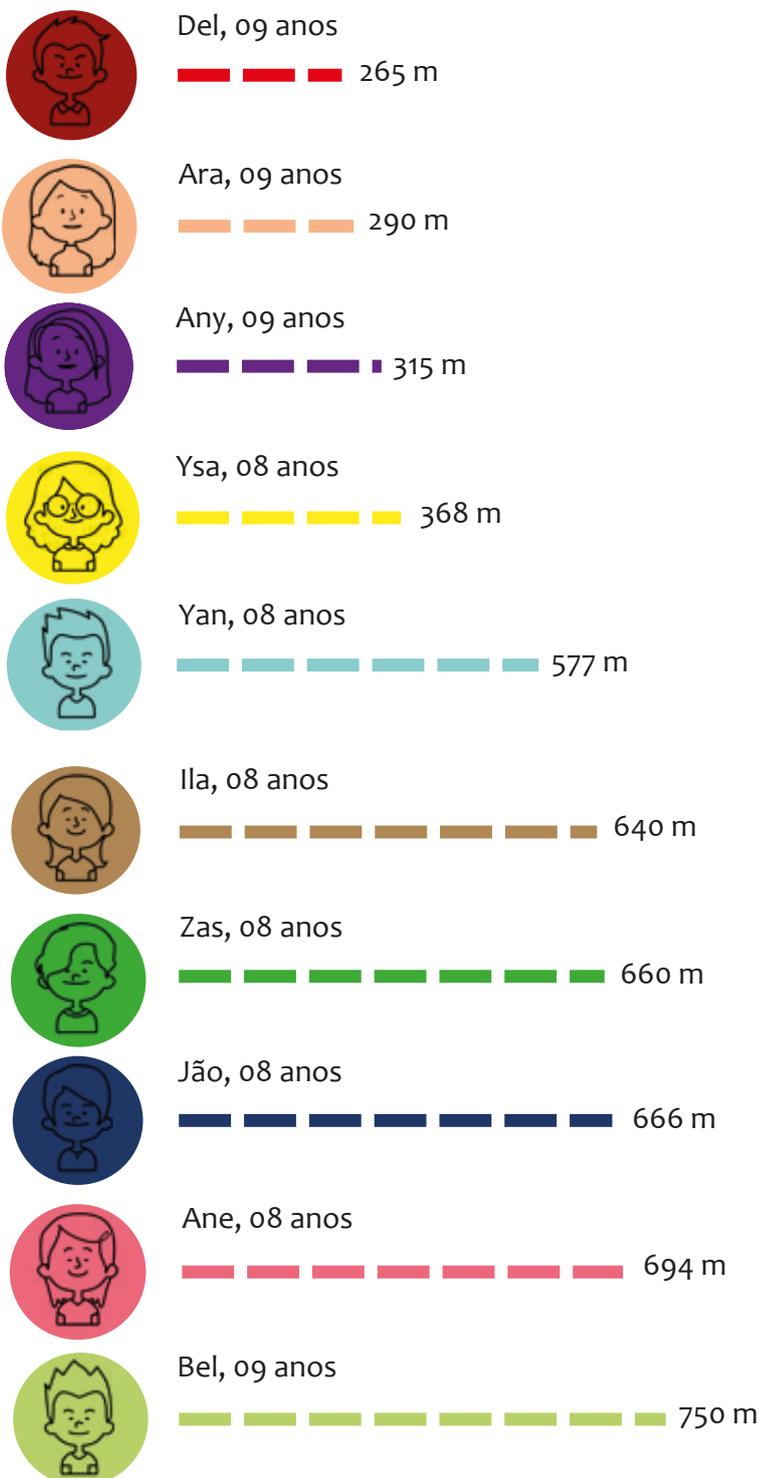
3. Uma atividade de expressão gráfica, de modo a estimular que as crianças expressem suas influências culturais, bem como o que foi apreendido dos estímulos intelectuais oferecidos. Para propiciar diferentes formas de expressão, foram estabelecidas técnicas variadas de expressão artística, como pintura, recorte e colagem e desenho, seguindo aquilo que propõe Oliveira (2004).

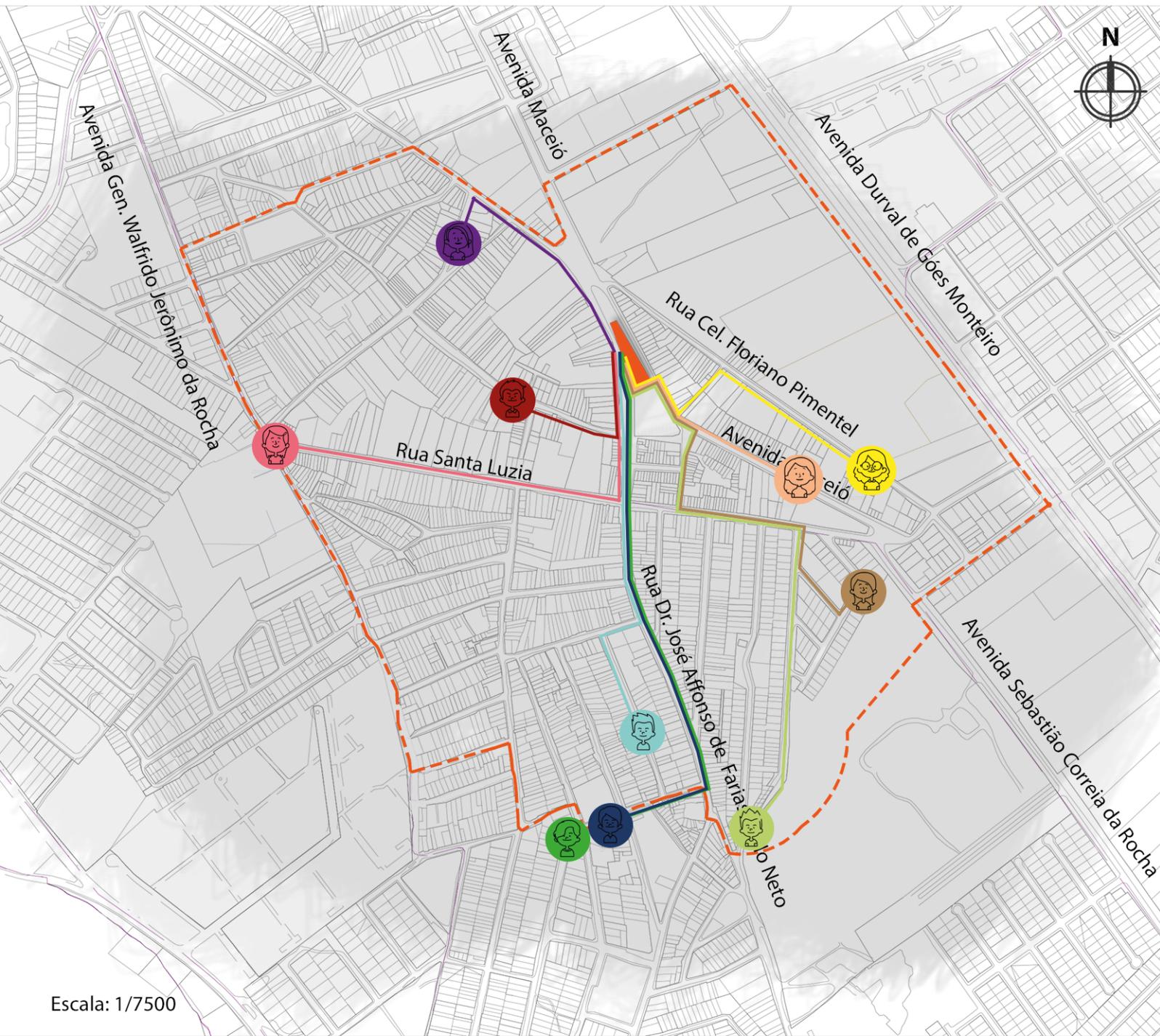
Além desses momentos, foram elaborados dois Materiais Complementares, para que perdure o estímulo intelectual dos momentos experimentados nas quatro oficinas e para estimular a curiosidade. O primeiro deles foi um diário de bordo, entregue às crianças na primeira oficina. O último, entregue na última oficina, é um bottom com os dizeres de “cuidador da cidade” para fortalecer o senso crítico e a postura cidadã, além de materializar a recordação da experiência vivenciada. Esta atividade foi pensada a partir das experiências do projeto “Criança Fala na Comunidade” e do projeto “Arquitetura e Cidade para crianças”. Os jogos, as atividades de expressão gráfica e os materiais complementares desenvolvidos neste trabalho serão apresentados adiante.

3.5. Passo a Passo

A partir desta etapa a elaboração do trabalho converte-se em construção coletiva, cujos esforços individuais somam-se às experiências, percepções e anseios das dez crianças (estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental) que participaram das oficinas Recriando Caminhos.

Portanto, antes de detalhar as fichas de atividades das quatro oficinas, serão apresentadas as crianças (por nomes fictícios), suas idades, a distância que percorrem de casa até a escola (em metros), além de um mapa síntese com os percursos de cada uma delas.





Escala: 1/7500

LEGENDA



Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Suruagy

Crianças colaboradoras



Del



Ara



Bel



Ila



Any



Isa



Zas



João



Ane



Bel



Percursos casa-escola

Oficina 1. Tabuleiro Meu

✓ — OBJETIVOS

- ✓ — Construir uma noção sócio histórico cultural do Tabuleiro do Martins a partir do conhecimento do seu processo de conformação. Compreender, do ponto de vista da criança, a imagem do espaço urbano, a partir do elementos estruturantes abordados por Kevin Lynch (1960).



ATIVIDADES

Apresentação (nome e lugar favorito da cidade)	_____	10 min
Imagem e Ação da Cidade	_____	10 min
Contaçãõ de história sobre o Tabuleiro do Martins	_____	10 min
Elaboração de mural coletivo recontando a história	_____	20 min



MATERIAIS NECESSÁRIOS

Balões de soprar; Livro com imagens, fotografias e texto; Cartolina branca; Tintas e pincéis; Lápis de cor; Giz de cera; Caixa de som.



MATERIAL COMPLEMENTAR

Entregar cadernos “Aqui Acolá” para que as crianças levem para casa para personalizar.



COMO FAZER

No jogo Imagem e Ação da Cidade são distribuídos balões de soprar, um para cada participante; dos dez balões distribuídos, cinco contém uma palavra, sendo as palavras: rua, centro, marco, limite e bairro. Depois de enchê-los os balões serão jogados para o alto sem deixar cair, enquanto a música toca. Quando parar, cada um deve pegar um balão. Quem pegar os balões que contenham uma palavra deve interpretá-la para os colegas, por meio de mímica ou desenho.

Para a Contaçãõ de história sobre o Tabuleiro do Martins elaborou-se um livro ilustrado, com onze páginas em tamanho A3 (Anexo 01). Sua leitura deve explorar ao máximo às imagens, permitindo que as crianças interajam durante a contaçãõ. Ao final, é importante instigar questionamentos acerca da história lida. No último momento, é solicitado que as crianças recontem a história do bairro, representando o trecho favorito da história, coletivamente.

O conhecimento do contexto histórico do bairro pode ser uma importante maneira de estimular à sua valorizaçãõ, além disso, o jogo e a elaboraçãõ do mural devem revelar os elementos e espaços urbanos conhecidos pelas crianças, tanto por meio dos desenhos como por meio da expressãõ oral.

Oficina 2. Na Rua!

✓ — OBJETIVOS

- ✓ — Refletir sobre a importância, o papel e as funções do espaço público, a partir da identificação dos aspectos positivos e negativos das ruas onde residem as crianças.



ATIVIDADES

- Apresentação (idade e nome da rua) _____ 5 min
- Jogo de Liga Pontos Humano _____ 15 min
- Diálogo sobre o jogo _____ 5 min
- Recorte e colagem para representar a rua deles, destacando aspectos positivos e negativos _____ 25 min



MATERIAIS NECESSÁRIOS

Bambolês; Barbante; Revistas; Papéis sulfite; Tesouras; Cola.



COMO FAZER

O jogo de Liga Pontos Humano acontece da seguinte forma: no chão são dispostos doze bambolês, em quatro fileiras de três. Cada criança deve permanecer no espaço dentro do bambolê para decidir quem começará o jogo. A criança que começar deve escolher outro bambolê, que esteja em volta do seu, para trocar de lugar. Para fazer o deslocamento, ela deve jogar um barbante até o lugar onde deseja ir. A criança que estiver nesse espaço é a próxima a jogar e deve escolher outro bambolê para ir, e assim sucessivamente. O jogo encerra quando todos os espaços estiverem interligados por barbante.

Oficina 3. A Cidade dos Meus Pés

✓ — OBJETIVOS

- ✓ — Identificar problemas e potencialidades nos percursos casa-escola dos estudantes da escola municipal Pedro Suruagy.



ATIVIDADES

Jogo de Tabuleiro Humano _____ 20 min

Conversar sobre os percursos de cada um até a escola _____ 5 min

Dividir em dois grupos, para a confecção de um cartaz. Um representará aspectos positivos e o outro aspectos negativos do seu percurso até a escola a partir do mapa _____ 20 min



MATERIAIS NECESSÁRIOS

Quadros (casas) para o jogo de tabuleiro; Dado; Cartolina; Hidrocor; Lápis de cor.



COMO FAZER

O Jogo de Tabuleiro Humano deve apresentar as esferas que compõem a vida urbana, relacionando-as com o papel cidadão e simular os percursos casa-escola. Cada criança, a sua vez, jogará o dado e seguirá, até vencer as 18 casas, que contém os seguintes dizeres:

1. A cidade é a casa de todos nós, conheça e cuide da sua! APROVEITE O PASSEIO!
2. VOCÊ SABIA? bairros são pequenas regiões dentro de uma cidade. Que bairros você conhece?
3. Você precisa atravessar uma rua por onde passam muitos carros, mas não tem faixa de pedestres, VOLTE UMA CASA e guarde uma companhia;
4. Por essa rua não passa carro, dá pra brincar à vontade APROVEITE!
5. CUIDADO! Essa rua está sem calçada, procure ruas mais seguras para caminhar!
6. Seu melhor amigo se mudou para outro bairro, cite dois meios de transporte que você pode utilizar para visitá-lo e AVANCE DUAS CASAS;
7. Xiiii! Você se distraiu no caminho e chegou atrasado para a aula da tia Arthemis. FIQUE UMA RODADA SEM JOGAR.
8. VOCÊ SABIA? as ruas são os espaços públicos que conectam toda a cidade. Usamos elas para brincar, conversar com os amigos, ir à escola... o que mais você imagina que pode de fazer na rua?
9. Começou a chover e a rua ficou muito alagada, VOLTE UMA CASA e siga por outro caminho;
10. PRENDA! dê dez pulos enquanto diz, em voz alta, duas coisas que não gosta no caminho de casa para a escola;
11. VOCÊ SABIA? Os espaços públicos são coletivos, todos nós somos responsáveis por eles.

Os espaços privados têm donos, nem todo

mundo pode entrar neles. Você conhece algum espaço público? E privado?

12. Esse espaço é público! aqui tem bastante espaço para brincar e descansar, o acesso é livre, JOGUE NOVAMENTE;

13. CUIDADO! Anoiteceu e o poste da sua rua queimou, está muito escuro pra brincar;

14. VOCÊ SABIA? pontos de referência são os lugares que utilizamos para nos localizar na cidade;

15. Depois da escola você foi brincar na casa de um amigo e se perdeu, VOLTE UMA CASA e procure um ponto de referência;

16. Ir para a escola é sempre uma aventura, OBSERVE O QUE HÁ DE LEGAL NO CAMINHO!

17. Esse espaço é público! aqui tem bastante espaço para brincar e descansar, o acesso é livre, CONVIDE UM AMIGO PARA SE JUNTAR A VOCÊ;

18. Você chegou! Agora que já sabe tanta coisa, QUE TAL SER UM CUIDADOR DA CIDADE?

Oficina 4. Vamos Plantar Sonhos?

✓ — OBJETIVOS

- ✓ — Trabalhar a cartografia para identificar aspectos positivos e negativos no entorno da escola; Refletir sobre o entorno imediato do ambiente escolar, por meio da cartografia, para estimular a construção de sonhos, ou propostas de melhoria para a rua da escola, tendo em vista melhorar o caminho casa-escola e fomentar a consciência cidadã.



ATIVIDADES

- Relaxamento e Apresentação (um sonho e algo que gostaria que tivesse no bairro) _ 5 min
- Jogo Conte Aqui _____ 15 min
- Conversar sobre o jogo _____ 5 min
- Recordar os problemas elencados no encontro anterior para responder às seguintes questões: quem sofre com esse problema? por que ele acontece? Em seguida, será desenhado como gostariam que fosse o caminho de casa até a escola _____ 25 min



MATERIAIS NECESSÁRIOS

Quadros (casas) para o jogo de tabuleiro; Dado; Cartolina; Hidrocor; Lápis de cor.



MATERIAL COMPLEMENTAR

Botton de cuidador da cidade para estimular as crianças a seguirem observando a cidade e pensando em como podem melhorar o bairro, para brincar, conversar com os amigos, ir à escola...



COMO FAZER

No Jogo Conte Aqui serão sorteadas palavras referentes a lugares no entorno da escola: praça, porta da escola, fundos da escola, calçada da escola, mercado do tabuleiro, cesta de alimentos, feirinha do tabuleiro, semáforo, avenida maceió, avenida durval de góes monteiro. Na sorte, cada criança pegará um desses lugares para procurar no mapa. Ao localizá-lo, deve compartilhar uma história que lembra de ter visto ou vivido nesse lugar.

Conversar sobre o jogo levantando os seguintes questionamentos: Vocês passam por e ses lugares para chegar à escola? Vocês perceberam que todos esses lugares estão no entorno da escola? Vocês gostam de vir à escola? A escola é um lugar importante para você? Por quê? Para compreender a relação que as crianças nutrem com os ambientes do entorno escolar. Caso sejam relatados problemas, questionar: por que ele acontece? como podemos transformá-lo? Após a conversa propor que sonhemos juntos como esse espaço poderia ser, a partir da seguinte provocação: o que você gostaria que tivesse além dos muros da escola? Vamos sonhar? Espalhar duas cartolinas em formato de nuvem e pedir que as crianças sonhem juntas.



4. CONSTRUINDO RETRATOS

Figura 12. Atividade para recontar a História do Tabuleiro com um mural coletivo.
Fonte: a autora, 2018.

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. [...] toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. (SANTOS, 1988, p.62)

Neste capítulo serão observados e registrados os aspectos principais da área de estudo, tal como são captados os espaços e os momentos por meio da fotografia. Sendo assim, admite-se a limitação dos dados, sejam eles quantitativos ou qualitativos, para apreender os fatos cotidianos de um lugar, como limitada é a memória contida em álbuns de fotografia quando “lidas” com a frieza do observador que não dispõe de experiências no espaço ou no tempo perpetuados pelo registro.

Com relação ao diagnóstico, etapa fundamental para a elaboração de qualquer projeto de natureza urbanística, na maior parte das vezes adota-se apenas a versão da realidade interpretada pelos dados. Enquanto isso, os saberes e competências de moradores, sobretudo quando nos reportamos a minorias da sociedade, são inibidos, o que reforça o estado de vulnerabilidade social e econômica em que se encontram.

À vulnerabilidade socioeconômica se agregam a desvalorização das culturas minoritárias, a negação da competência em exprimir-se, do *savoir-faire* e da eficácia da transmissão oral da informação, somando-se a isso ainda a negação das sociabilidades de contato, cuja ausência na vida urbana, em geral, é muito deplorada. Aquele que nomeia, que faz o diagnóstico é sabedor e instaura, de pronto, uma relação assimétrica. (VILLANOVA, R. 2013, p. 210)

“A propósito do termo diagnóstico” (2013, p. 208) Villanova recorda a conotação higienista assumida pelo urbanismo no final do século 19, que ainda hoje permeia os termos e a postura de nossa atuação profissional, ao identificar doenças e prescrever medicamentos genéricos para “curar” as cidades. Em contrapartida a autora propõe “um olhar compartilhado” sobre a área de estudo, a partir do qual saberes e experiências são partilhados para a construção dos retratos espaço-temporais. Esse será o método adotado no processo de caracterização socioespacial.

Nesse sentido, o presente capítulo, composto pela caracterização socioespacial e físico territorial da Feirinha do Tabuleiro, contém informações extraídas da Legislação Municipal, como o Plano Diretor (2005) e o Documento de Informações Básicas (2005), do Censo Demográfico (IBGE, 2010), do Enciclopédia dos Municípios Alagoanos (OAM, 2012), do Documento Maceió 200 Anos (OAM, 2016), do Atlas do Desenvolvimento Humano, (PNUD, IPEA, FJP, 2013) e do material produzido nas disciplinas de Projeto de Urbanismo 1 e 2.

Contudo, para além das informações de caráter técnico, que reforçam a viabilidade da proposta projetual, serão abordadas as informações apreendidas no contato com crianças moradoras do local, durante as oficinas Recriando Caminhos no Tabuleiro, tendo em vista apreender aspectos mais próximos da realidade cotidiana. Tais informações serão sobrepostas aos dados e estatísticas. Ao final deste capítulo será apresentado um quadro síntese contendo as carências, os problemas, as potencialidades e tendências identificados.

4.1. Conformação e Formas Urbanas

Do interior do estado ao Bebedouro, do Bebedouro ao Centro, do Centro ao Jaraguá. Estes são alguns dos primeiros caminhos que deram origem à cidade de Maceió. No decurso destes alojaram-se pequenos comércios e serviços, alicerçados por práticas culturais e religiosas. A década de 1960 marca o início de uma série de processos de ocupação responsáveis pelo tecido urbano observado atualmente. Devido à política desenvolvimentista e ao incentivo à industrialização, a partir de 1970, Maceió sofreu um acentuado crescimento populacional, fruto, principalmente, da imigração rural.

Na explosão populacional, associada à ausência do poder público municipal, as classes média e alta alojaram-se nas áreas centrais, no tabuleiro baixo e na orla marítima, enquanto a população de classe média a baixa foi alocada em conjuntos habitacionais inseridos nas periferias. À margem desse processo estiveram as áreas precárias ou inadequadas à ocupação, como as encostas e grotas, e os assentamentos precários já consolidados no território maceioense, como a área urbana conhecida popularmente por Feirinha do Tabuleiro, onde teve início a ocupação da região geográfica compreendida como tabuleiro alto.

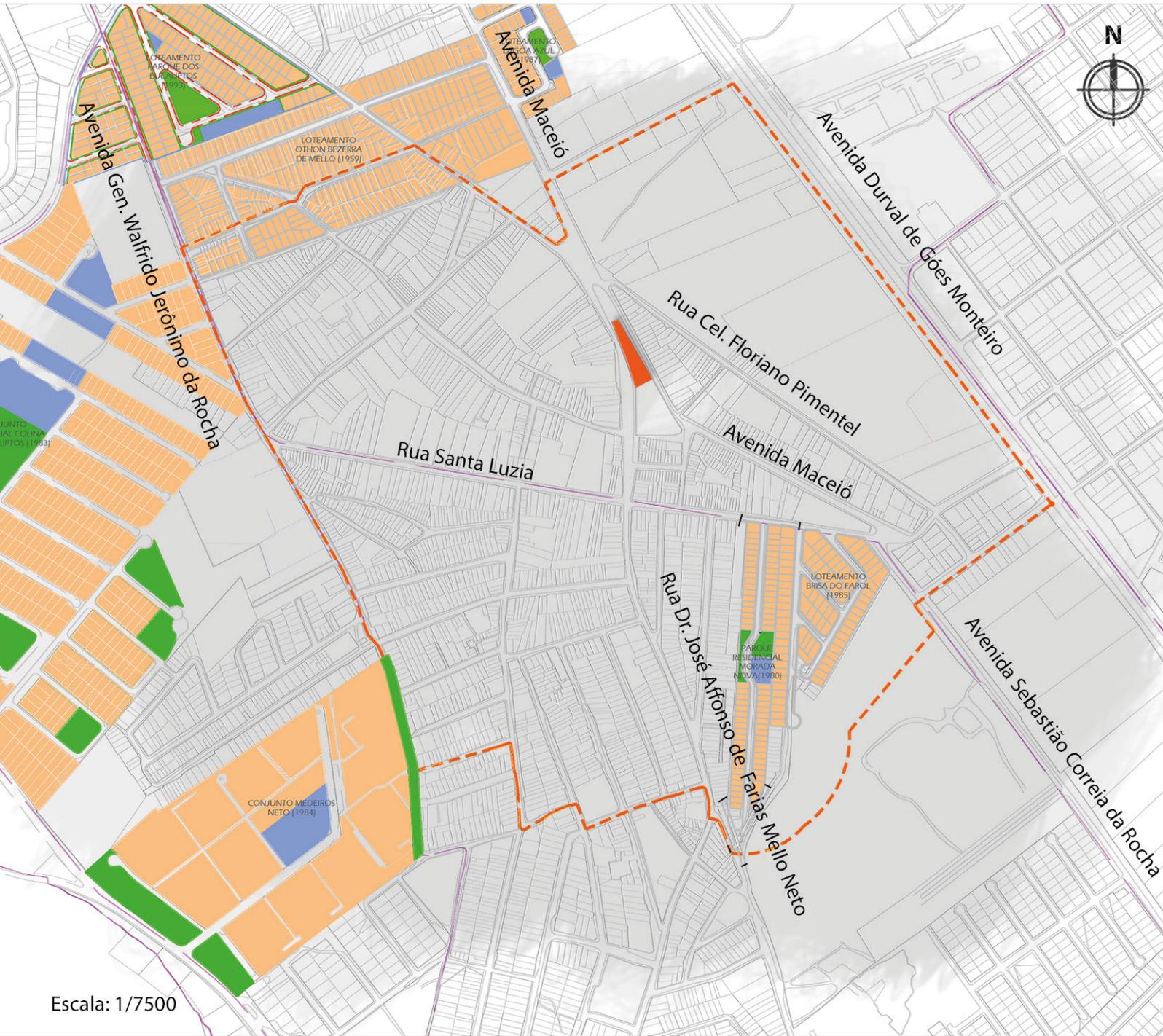
O início da ocupação da região do tabuleiro alto remonta ao processo de urbanização do distrito de Fernão Velho, que à época prosperava por conta do setor têxtil industrial. Ali uma figura impõe sua importância para a construção da memória urbana, o nome dele é João Martins. Segundo Ticianeli (2017) seu sítio foi um dos primeiros a ocupar a região, por volta de 1920, como alternativa de baixo custo ao distrito de Fernão Velho. Além deste, outros sítios ocupavam a área que possuía caráter rural.

É possível constatar que o processo de urbanização nesta área urbana acentuou-se entre 1960 e 1980, período marcado por grandes obras de investimentos urbanos, sobretudo no setor habitacional. Conjuntos extensos como o Salvador Lyra, no Tabuleiro do Martins, estimularam um adensamento populacional desconectado de investimentos em infraestrutura básica, como obras de saneamento e mobilidade voltada à escala local.

Além do conjunto citado, outros como o Osman Loureiro, no Clima Bom, o Santa Lúcia, que deu origem ao bairro Santa Lúcia, o Colina dos Eucaliptos e o Medeiros Neto, ambos na Santa Amélia, foram inseridos no entorno da área urbana já consolidada conhecida por Feirinha do Tabuleiro, esta, marcada por um tecido orgânico e claramente conformado em um período em que o automóvel ainda representava uma realidade distante.

Atendendo à demanda por novas moradias no Tabuleiro do Martins, sítios e chácaras que ocupavam a área foram loteados e desmembrados, muitos deles ilegalmente. Esse fator, associado à histórica ausência de planejamento pela gestão pública contribuem para a dificuldade em encontrar informações territoriais precisas acerca do processo de urbanização da área (ver mapa 02).

Mapa 02. Parcelamentos aprovados na prefeitura. Fonte: elaborado pela autora, 2018.



Escala: 1/7500



Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Suruagy



Lotes ou edifícios



Equipamentos urbanos ou comunitários



Áreas verdes

4.2. Espaços livres público

Um dos primeiros caminhos para se chegar ao tabuleiro foi a Ladeira de Fernão Velho. Contudo, a obra viária que marca a urbanização da região é a implantação da avenida Durval de Góes Monteiro – BR 104, ligando o bairro do Farol ao interior do estado. Esta, reforçada por obras de grande porte, como o Distrito Industrial Governador Luís Cavalcante, a Universidade Federal de Alagoas, ambos em meados dos anos 1960, e a abertura da avenida Menino Marcelo, no final da década de 1970, conferiram ao bairro Tabuleiro do Martins a importância da função estrutural do ponto de vista da malha viária. (LOPES, JUNQUEIRA, 2005)

Com relação aos fluxos locais, a lógica é diferente. Segundo Faria (2014) a maior parte dos 96 conjuntos habitacionais inseridos na área urbana de Maceió, entre 1945 e 1960, utilizaram a criação de centralidades comunitárias e a diferenciação viária como partidos projetuais, em prol de um fortalecimento do senso comunitário.

Contudo, o número elevado de loteamentos clandestinos (MACEIÓ, 2005), a inserção dos conjuntos e parcelamentos de modo isolado e fragmentado (ignorando principalmente a malha urbana existente), a carência de manutenção dos espaços livres públicos, e sua consequente invasão, contribuiu para a conformação de um tecido urbano disperso, segregador e repleto de interstícios. A falta de continuidade do traçado viário, a ausência de áreas verdes, bem como a existência de extensos glebas desocupadas, constituem entraves à paisagem e à circulação segura dos moradores.

Na área de estudo, que compreende o raio de abrangência mais direto da subcentralidade criada a partir da Feirinha e do Mercado do Tabuleiro, o traçado viário é bastante irregular, há quadras muito extensas e vias muito estreitas, nas quais competem os carros, motos, bicicleta e os pedestres, nessa ordem. A conformação desse tecido, constatado que não sofreu parcelamentos, adveio de um processo de urbanização “espontâneo”, atendendo às demandas locais.

Além disso, na identificação dos espaços limítrofes para delinear a territorialidade do bairro pelas crianças foram citados o conjunto Medeiros Neto e o conjunto Colina dos Eucaliptos (utilizando-se o advérbio de lugar lá, o que demonstra um distanciamento, em contraposição à Feirinha, à escola, aos mercados Cesta de Alimentos e Padre Cícero, e às ruas onde residem, acompanhadas do advérbio de lugar aqui, o que demonstra proximidade).

Mapa 03. Sistema de áreas livres públicas. Fonte: elaborado pela autora, 2018.



Escala: 1/7500



Escola Municipal
de Ensino Fundamental
Pedro Suruagy



Áreas Verdes e Praças



Ruas

Portanto, o recorte urbano (figura 13) escolhido para um estudo mais aproximado, como também para espacializar as ações propostas mais adiante, abrange o espaço delimitado pelos percursos casa-escola das crianças envolvidas na construção deste trabalho, sobreposto à Unidade do Desenvolvimento Humano Feirinha do Tabuleiro, proposta pelo Atlas Brasil (PNUD, FJP, IPEA, 2013). Este recorte compreende oito setores censitários do Censo Demográfico de 2010, do IBGE.

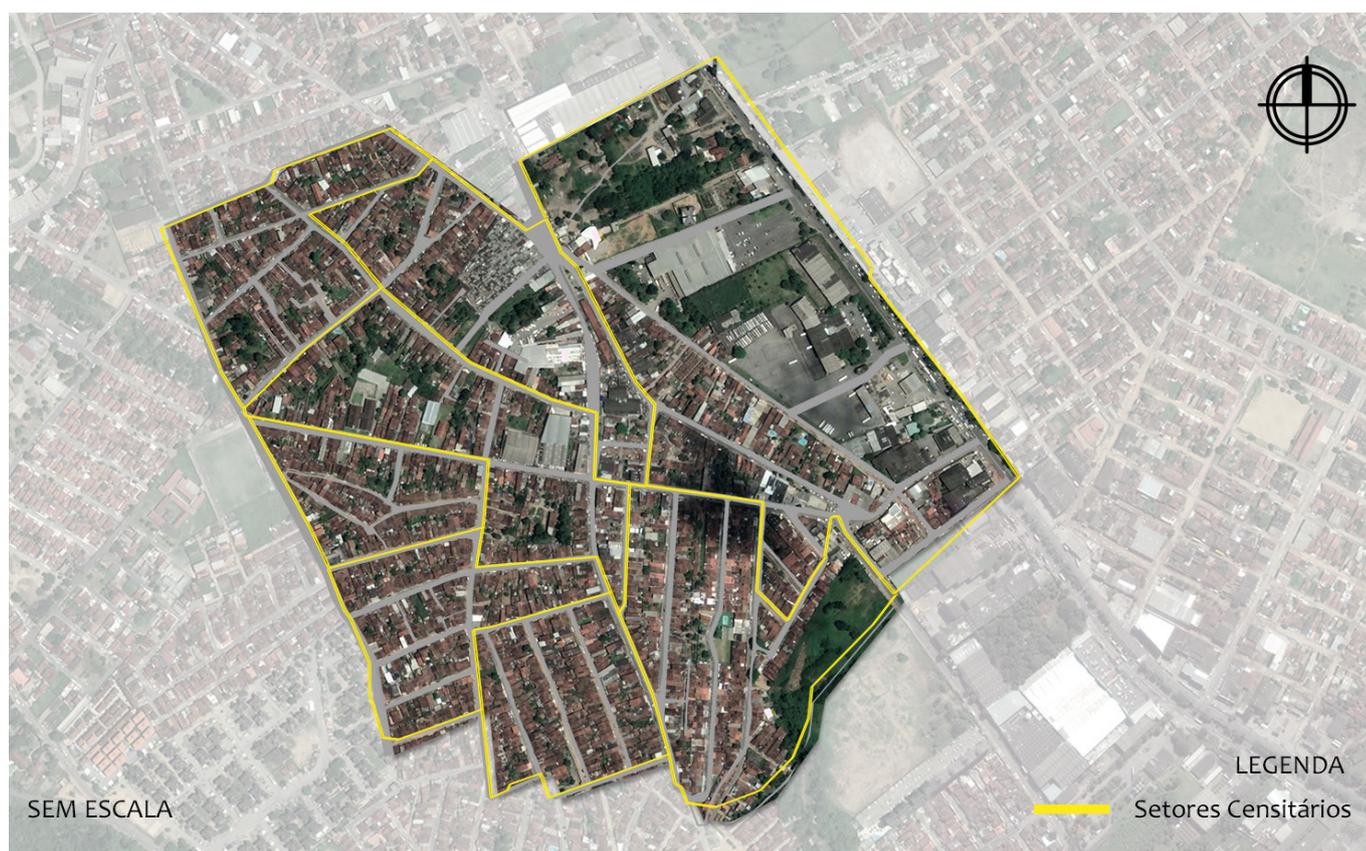


Figura 13. Área de estudo, destacando setores censitários. Fonte: elaborado pela autora, 2018.

4.3. A Feirinha do Tabuleiro

Apesar da carência de informações concretas acerca do processo de configuração da Feirinha do Tabuleiro como centralidade econômica, é possível indicar a implantação do Mercado Público do Tabuleiro, em princípios dos anos 1960, como um marco nesse sentido. Em torno deste, diversas ruas do bairro eram ocupadas por comerciantes da feira livre, que acontecia aos finais de semana. Para mitigar os problemas de mobilidade provocados por essa ocupação, há aproximadamente 15 anos, a Prefeitura Municipal de Maceió viabilizou a transferência das barracas para o terreno onde hoje são comercializados, principalmente, hortifrutigranjeiros, de domingo a domingo, das 7h às 17h.



Figura 14. Desenho do Caminho casa-escola elaborado por Any. Fonte: a autora, 2018.

Além deste espaço, do Mercado Público, e de todo um leque de comércios e serviços desenvolvidos na área, ainda acontece a feira livre aos finais de semana. Atualmente, os comerciantes dispõem seus produtos sobre a calçada, ocupando parte das avenidas Maceió e Firmo Correia da Rocha. A praça em frente à Escola Pedro Suruagy, bem como a própria calçada e os muros da escola são utilizados para venda e publicidade pelos comerciantes locais. Na representação gráfica do caminho casa-escola de Any (figura 14), observa-se a expressividade comercial da centralidade, além da variedade de atividades ofertadas.

Toda essa efervescência comercial cotidiana seria extremamente positiva, não fosse, entre outros problemas, o fluxo conflituoso provocado pelos caminhões, carros e motos que competem, injustamente, com os pedestres e ciclistas (figura 15). Além disso, ambulantes, carros e carroças tomam conta dos passeios, principalmente na avenida Maceió. Quase em frente à Escola Pedro Suruagy, no supermercado Cesta de Alimentos (figura 16), as crianças colaboradoras deste trabalho, afirmaram ser um ponto perigoso de passar, porque os carros que são estacionados na calçada as obrigam a andar pelo meio da avenida Maceió.

Portanto, fica evidente que um dos principais problemas da Feirinha do Tabuleiro é o traçado viário irregular, descontínuo, as caixas das vias estreitas para os fluxos existentes (caminhão, ônibus, carro, moto e bicicleta), além das dimensões reduzidas e baixa qualidade dos passeios para pedestres. Essa observação reforça a urgência em reordenar o sistema de mobilidade e tráfego na área, com a priorização dos pedestres, já que independente do meio de transporte utilizado, em determinado momento, somos todos pedestres.



Figura 15. Trânsito na avenida Maceió. Fonte: a autora, 2018.



Figura 16. Trânsito na avenida Maceió. Fonte: a autora, 2018.

4.4. Saneamento Básico

Durante as oficinas, as crianças atribuíram o desconforto nos dias quentes à ausência de arborização. Isa, 8 anos, alegou “se tivesse mais árvore era melhor”. Já sobre os dias de chuva Del contou que “alaga tudo!” Ambas as informações destacam a escassez de solo permeável e a inexistência de um sistema de manejo das águas pluviais, que implicam na ausência de infraestrutura de drenagem na área de estudo.

Apesar da topografia relativamente plana, a área em estudo está situada entre duas das mais importantes bacias hidrográficas da capital alagoana, a bacia endorreica do tabuleiro e a bacia do Riacho do Silva. Contudo, fatores como a impermeabilização do solo, a carência de espaços livres públicos arborizados, o excesso de lixo nas ruas e a carência de infraestrutura de drenagem adequada provocam problemas a curto prazo, como o alagamento nos dias de chuva, mas também a longo prazo, como a baixa recarga dos aquíferos subterrâneos.

É expressivo o volume de lixo nas ruas. Este problema, no entanto, é uma via de mão dupla, por um lado, a Superintendência de Limpeza Urbana – SLUM não exerce a limpeza constante e adequadamente do espaço público, por outro lado, moradores, comerciantes e clientes, pela indiferença para com a esfera pública despejam lixo nas ruas frequentemente, visto que há feira de domingo a domingo.

Ademais, dados do IBGE (2010) revelam que apenas 40,5% dos domicílios dispõem de calçada, e que inexistente infraestrutura de acessibilidade. Dentre os moradores de domicílios particulares permanentes apenas 53,3% (IBGE, 2010) afirmou haver arborização nos passeios. Entretanto, o maior volume arbóreo encontra-se no miolo das quadras, o que contribui muito pouco com a melhoria do microclima, e indica uma tendência à redução da massa arbórea do recorte urbano, visto que, havendo adensamento construtivo dos lotes, tais árvores serão retiradas.

Dados de 2013 (PNUD, IPEA, FJP) expressam que 100% dos domicílios são abastecidos de energia elétrica e 99,2% recebe coleta de lixo, enquanto 97% dos domicílios recebe abastecimento de água da rede geral (IBGE, 2010). Entretanto, com relação ao esgotamento sanitário, os valores da área só reforçam o problema que é a inexistência de um sistema de saneamento básico na cidade. Mais da metade dos domicílios (54%) utiliza a fossa rudimentar para o esgotamento sanitário, e em 71,8% identificou-se esgoto a céu aberto.

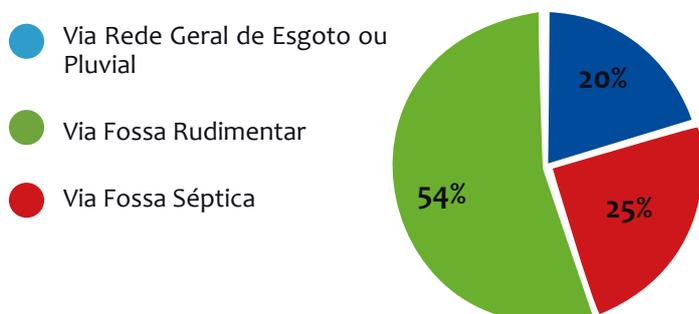


Gráfico 01. Esgotamento Sanitário dos Domicílios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2010

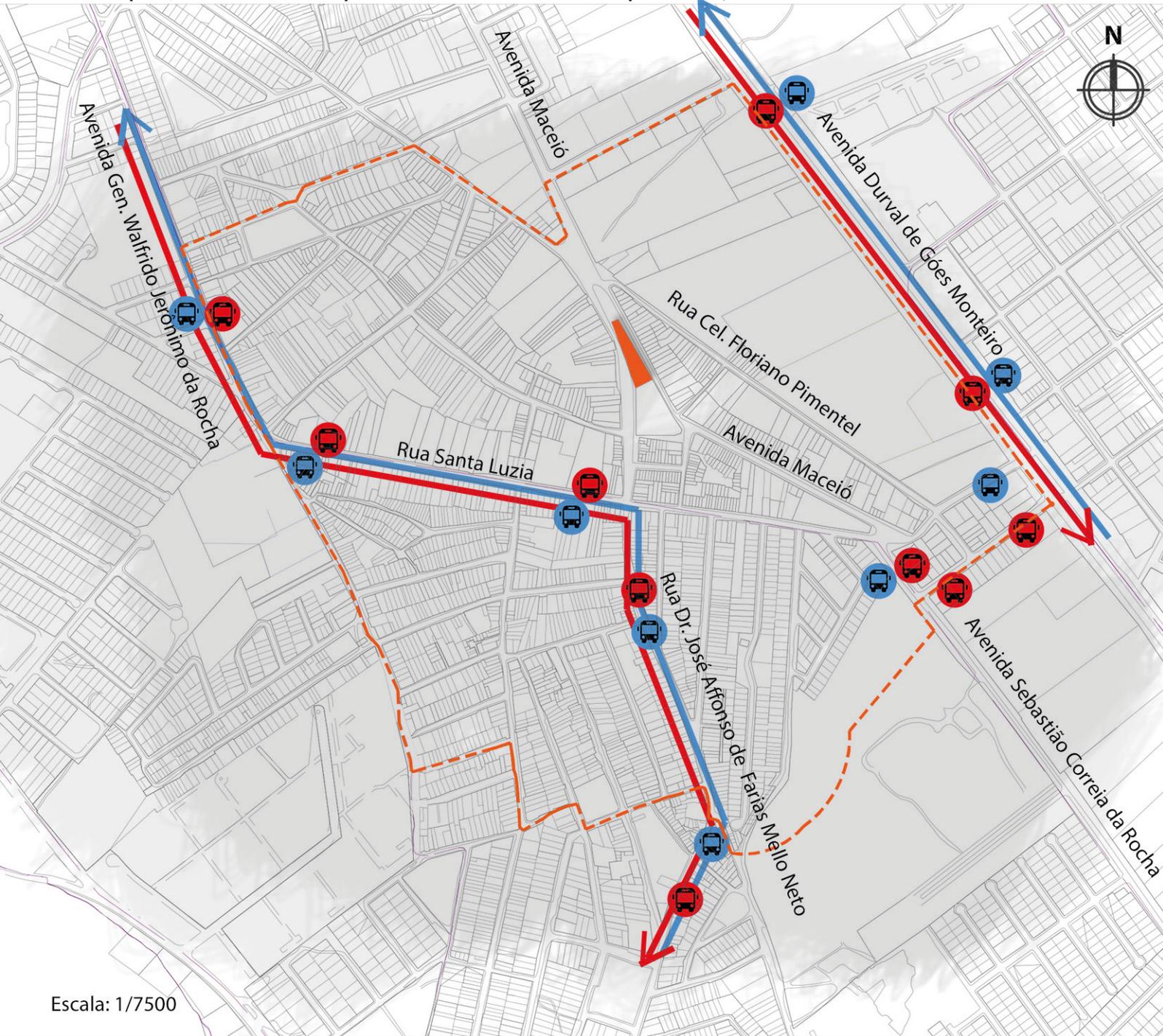
4.4. Atividade e Produção Socioeconômica

Inquestionável é a potencialidade econômica da área de estudo. Nesse sentido, o Mercado do Tabuleiro, a Feirinha permanente e a feira livre, realizada aos finais de semana, são os principais atrativos e geradores de tráfego da área. Contudo, cabe relacionar algumas localidades também importantes para as dinâmicas socioespaciais da capital alagoana, localizadas ao longo da avenida Durval de Góes Monteiro, a exemplo da agência dos Correios e do Banco do Brasil, a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito – SMTT e um posto de atendimento da Associação dos Transportadores de Passageiros do Estado de Alagoas – TRANSPAL, a Faculdade Raimundo Marinho e o Centro de Ensino Santa Juliana, além das lojas Carajás e Maxxi.

Devido à proximidade com o eixo, a população pode utilizar o sistema de transporte coletivo (ver mapa 04). São trinta linhas de ônibus, dentre as quais doze têm como destino o bairro do Centro, e seis são de transporte complementar metropolitano. Nos demais pontos da área, algumas quadras a dentro, a população dispõe de sete linhas de ônibus (todas pela empresa São Francisco). No entanto, durante as visitas observou-se que muitos moradores desloca-se até os pontos da avenida Durval de Góes Monteiro, sobrecarregando algumas linhas e subutilizando outras, o que denota ineficiência do Sistema Integrado Mobilidade Maceió - SIMM.

Ainda assim, ao longo dos corredores de ônibus da área de estudo observou-se um volume expressivo de comércio e de serviço. Logo, ao sobrepor o mapa de densidade (ver mapa 05) ao de uso e ocupação do solo (ver mapa 06), observa-se que o setor censitário contíguo à avenida Durval de Góes Monteiro, corresponde àquele com densidade mais baixa, e possui predominância de uso comercial e de serviço de médio e grande porte, em sua maioria, intercalados com extensos vazios.

Mapa 04. Itinerários do transporte coletivo. Fonte: elaborado pela autora, 2018



Escala: 1/7500



Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Suruagy



Ponto de ônibus

sentido norte-sul

sentido sul-norte

Por outro lado, nas quadras mais internas a densidade populacional é maior, sendo observada a predominância de uso residencial. Apesar de representar maioria, o uso da terra para fins de habitação, a população é bem servida de atividades econômicas.

Ainda com relação aos usos, foi identificar que no entorno imediato da Feirinha e do Mercado do Tabuleiro desdobram-se uma profusão de comércios e serviços de pequeno porte de especialidades diversas, tais como: mercadinhos, lojas de roupa, de aviamentos, papelarias, lanchonetes e serviços de manutenção e reparo de eletrodoméstico. Além dessas, um considerável número de escolas e creches privadas e igrejas protestantes. Essas últimas atividades citadas são as únicas identificadas nas quadras mais afastadas do Mercado e Feirinha.

Vale destacar que o potencial econômico por si só não garante o desenvolvimento de uma localidade, visto que essa é uma área bastante consolidada da cidade, dispõe de uma centralidade múltipla e diversa, e, no entanto, apresenta um número elevado de desemprego. Dados de 2013 (PNUD, IPEA, FJP) revelam que 15,9% da população economicamente ativa (entre 15 e 65 anos) encontrava-se desocupada (ver gráfico 02).

- População economicamente ativa ocupada
- População economicamente ativa desocupada
- População economicamente inativa

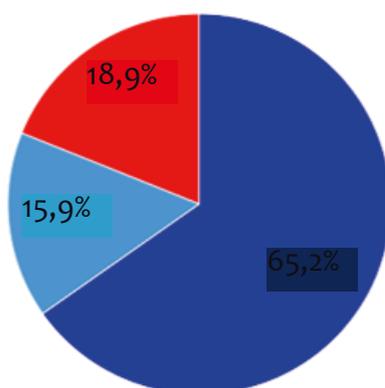
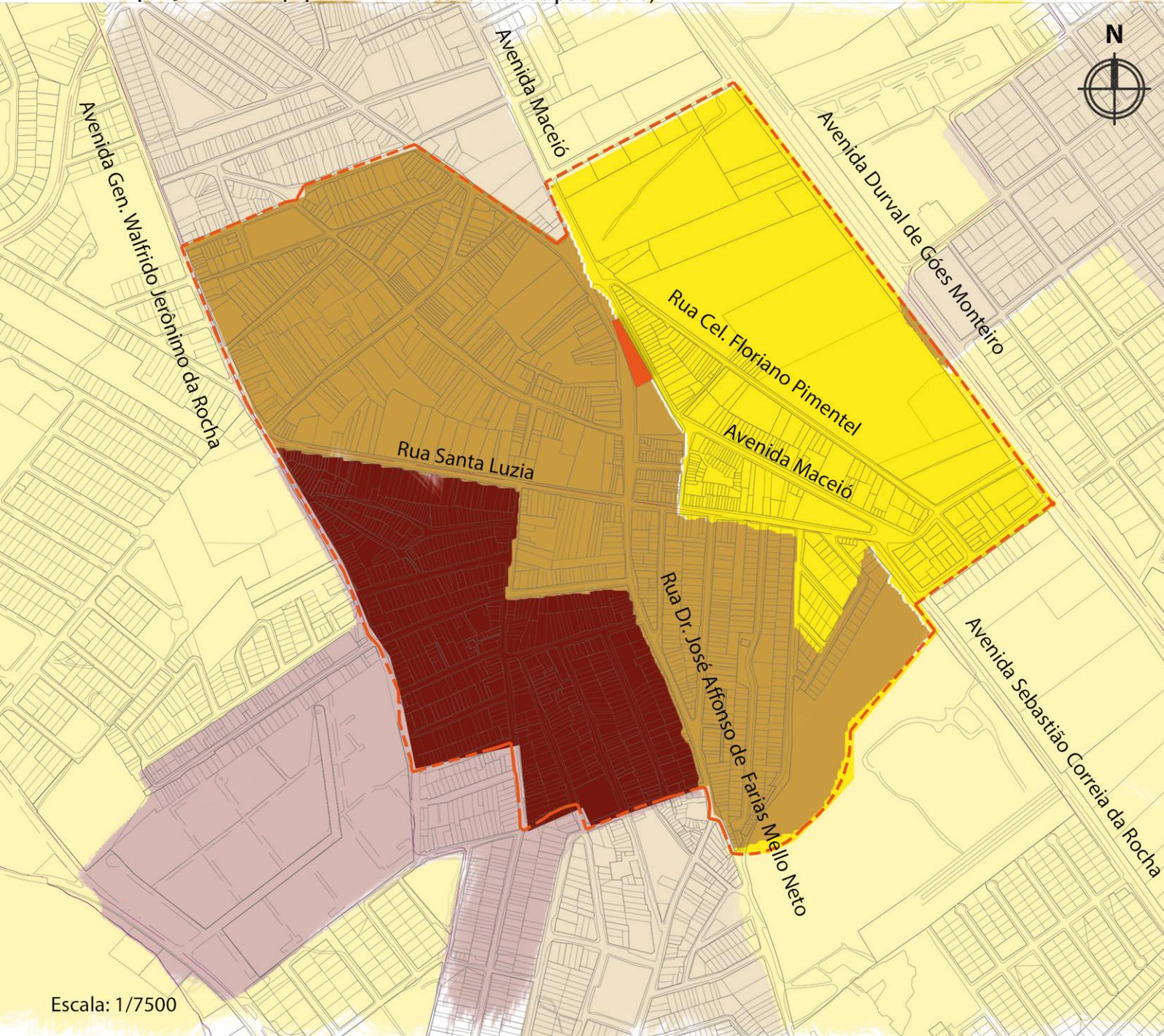


Gráfico 02. População economicamente ativa com ocupação da área de estudo. Fonte: PNUD, IPEA, FJP, 2013

Mapa 05. Densidade populacional. Fonte: elaborado pela autora, 2018



Escala: 1/7500



Escola Municipal
de Ensino Fundamental
Pedro Suruagy

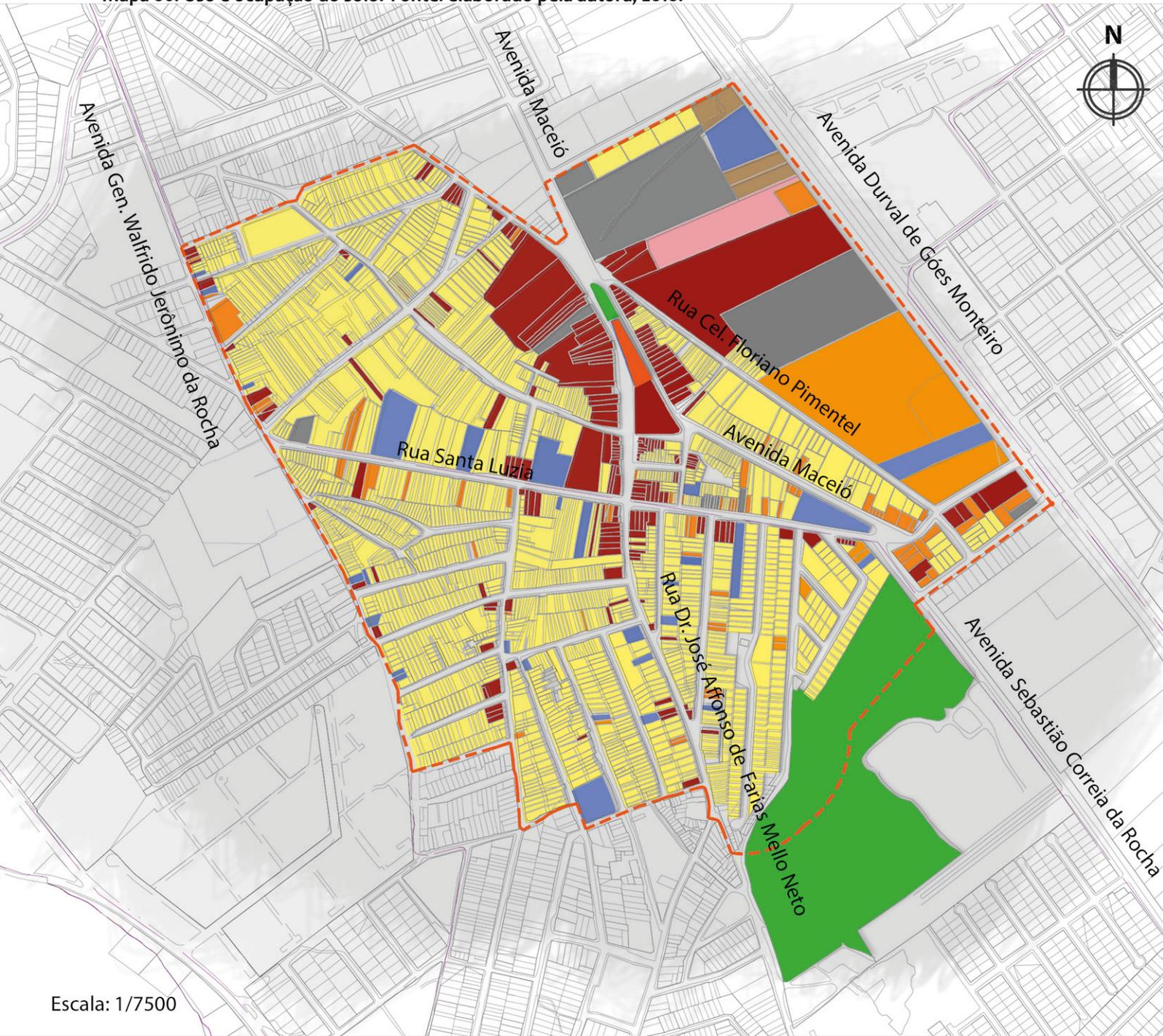
Habitantes/ Hectare

200 a 265

100 a 200

0 a 100

Mapa 06. Uso e ocupação do solo. Fonte: elaborado pela autora, 2018.



Escala: 1/7500

LEGENDA



Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Suruagy

Residencial

Comercial

Institucional

Serviço

Área verde

Vazio ou subutilizado

4.5. Retratos da População

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE) no recorte urbano em estudo residiam um total de 8624 moradores, dos quais 53,6% são mulheres e 46,4% são homens. Desse total, 16,6% (1.431 habitantes) compunham a população infantil, entre 0 e 10 anos de idade. É possível observar dinâmicas como o aumento da expectativa de vida, que passou de 64,5 em 2000 para 70,8 em 2010 (PNUD, IPEA, FJP, 2013), e a redução da taxa de natalidade, que passou de 2,9 para 2,4 em dez anos. Tais dinâmicas demonstram um processo de transição demográfica (gráfico 03), a partir do qual o crescimento populacional começa a estacionar, assim como vem modificando-se a demografia brasileira.

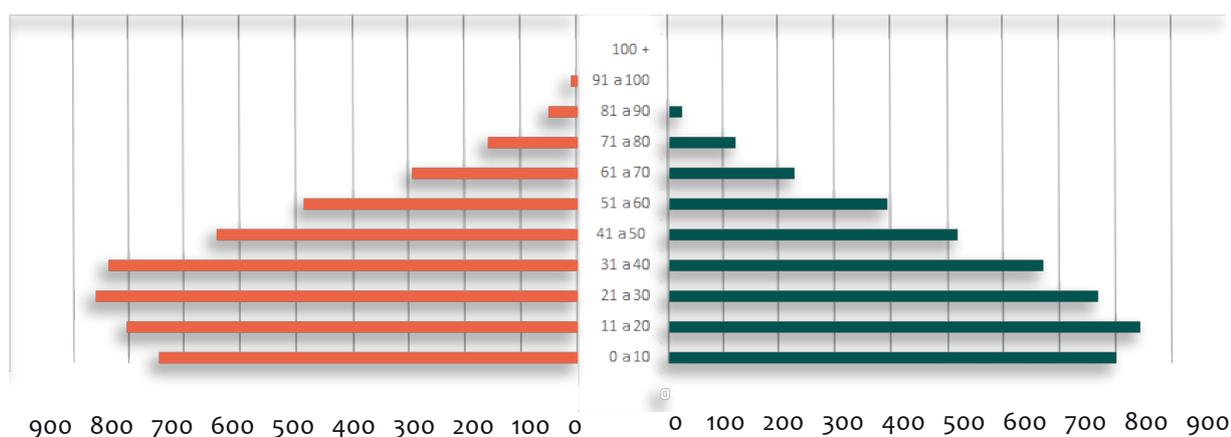


Gráfico 03. Distribuição etária da população por sexo da área de estudo. Fonte: IBGE, 2010

A área de estudo possui 2724 domicílios, somando-se os particulares e os coletivos, o que equivale a uma média de 3,1 moradores por domicílio. Dentre os domicílios identificados 33% são alugados (gráfico 04), o que pode expressar baixo poder aquisitivo pela população ou ainda um caráter de ocupação temporária. Ou seja, a população reside na localidade por conta do valor reduzido do solo e por interesse.

Dados (IBGE, 2010) acerca do rendimento nominal per capita revelam que expressiva maioria (56%) está na faixa entre 0 e 1 salários mínimos. Entretanto, registrou-se um valor considerável de ausência de renda, são 12% dos domicílios. Tais informações sugerem que uma parcela considerável de população encontra-se ociosa, ou ainda sem grandes expectativas para o futuro. Pois, além da dificuldade em acessar serviços de educação e formação profissionalizantes, a ausência de renda leva-os a ocupar-se com empregos informais ou até ilícitos, como o tráfico de drogas.

- Domicílios próprios
- Domicílios alugados
- Domicílios cedidos

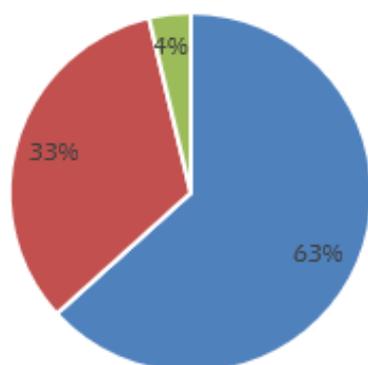


Gráfico 04. Domicílios permanentes particulares da área de estudo. Fonte: IBGE, 2010

Segundo informações da direção escolar (Escola Pedro Suruagy), apenas 40% dos pais e 20% das mães dos alunos colaboradores deste trabalho possuem o ensino médio completo. Observou-se que a área de estudo dispõe de seis escolas básicas, sendo duas públicas e quatro particulares. Ainda assim, de acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano para a área (PNUD, FIEA, FJP, 2013), o índice de escolaridade da população é muito baixo (gráfico 05).

Dados da área de estudo em 2010 (IBGE) revelam que 92,40% das crianças entre 5 e 6 anos estava frequentando a escola, enquanto as de 11 a 13 anos era de 83,29%. Já a proporção de jovens (15 a 17 anos) com ensino fundamental completo era de apenas 40,96%. Ainda maior que a de 18 a 20 anos, que caía para 35,72%. Tais informações demonstram uma taxa de evasão escolar bastante elevada.

Dentre os jovens adultos (18 a 24 anos) que estavam cursando o ensino superior era de apenas 11,81%. Os valores são ainda mais baixos quando se analisa a população maior de 25 anos (gráfico 05). Este dado, reforçado pela porcentagem da população economicamente ativa desocupada (ver gráfico 02) retrata uma população sujeita à informalidade, com qualificação profissional defasada e baixa perspectiva de desenvolvimento socioeconômico. Tais aspectos sinalizam a necessidade da inserção de atividades de cunho educacionais, profissionalizantes e culturais.

- Fundamental incompleto e analfabeto
- Fundamental incompleto e alfabetizado
- Fundamental completo e médio incompleto
- Médio completo e superior incompleto
- Superior completo

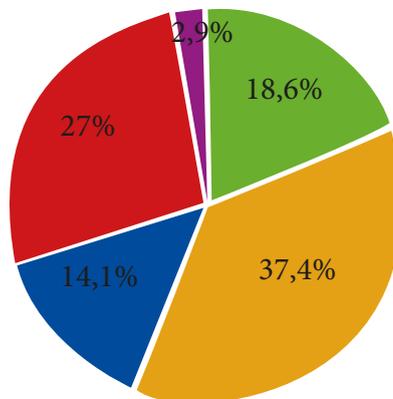


Gráfico 05. Escolaridade da população de 25 anos ou mais da área de estudo.

Fonte: PNUD, IPEA, FJP, 2013



Figura 17. Avenida Maceió em dia de feira livre. Fonte: a autora, 2018.

PROBLEMAS

- Número e extensão das glebas desocupadas
- Extensão das quadras
- Malha viária descontínua e fluxos mal canalizados
- Excesso de fluxo de veículos motorizados, principalmente transportes de carga e automóveis
- Ocupação das calçadas por automóveis
- Ineficiência do sistema de saneamento básico
- Esgoto a céu aberto
- Alagamento nos períodos chuvosos

CARÊNCIAS

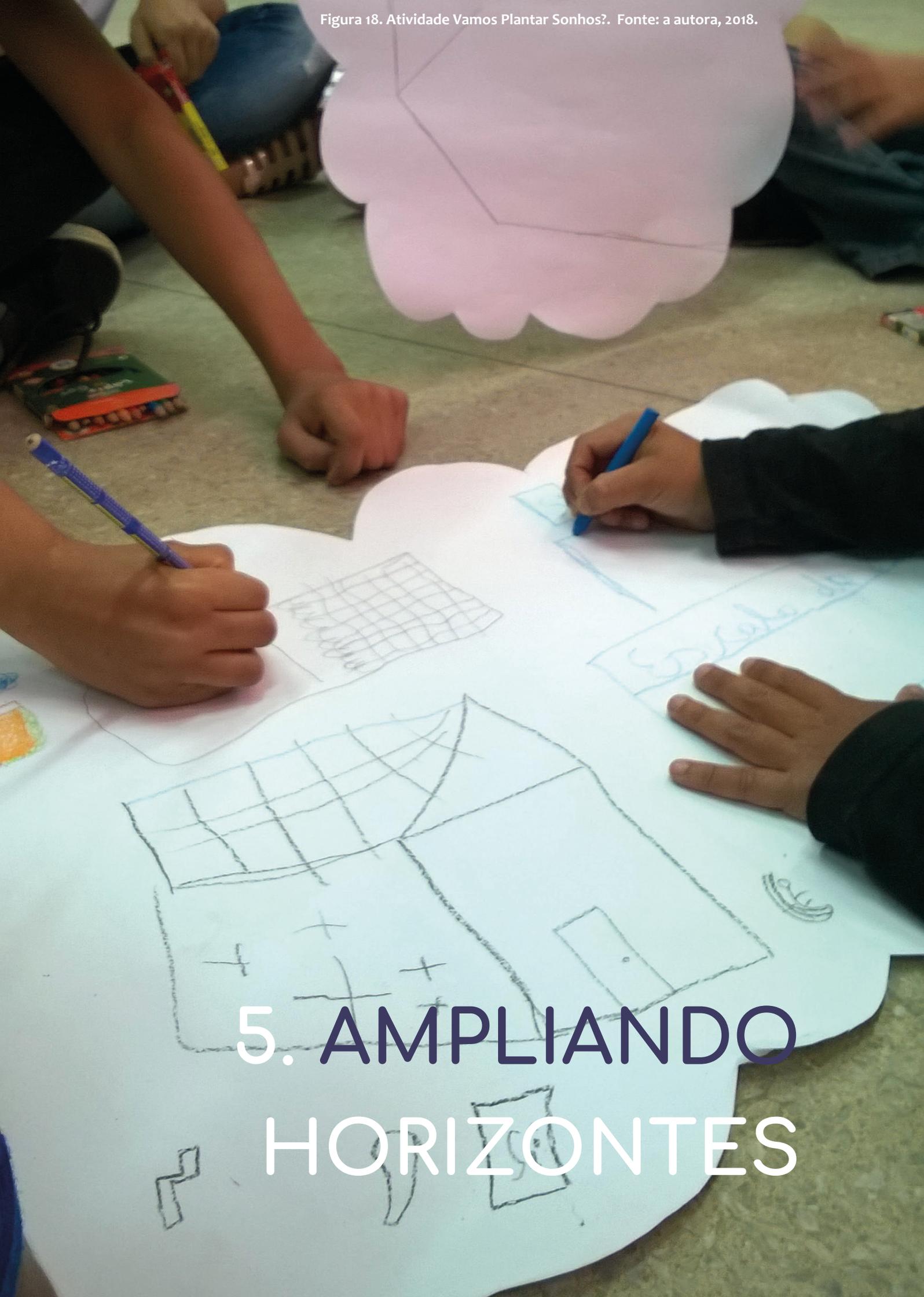
- Infraestrutura para o transporte ativo (pedestres e ciclistas)
- Espaços livres públicos permeáveis
- Áreas públicas de lazer e permanência
- Sistema de microdrenagem

POTENCIALIDADES

- Centralidade da Feirinha do Tabuleiro
- Proximidade com o eixo Durval de Góes Monteiro

TENDÊNCIAS

- Verticalização nas quadras contíguas ao eixo
- Redução da massa arbórea da área



5. AMPLIANDO HORIZONTES

Quando se sonha sozinho é apenas um sonho. Quando se sonha juntos é o começo da realidade (CERVANTES, s.d.)

Após percorrer o roteiro estabelecido ao início deste trabalho, aproxima-se a linha de chegada, que, apesar de não sugerir um ponto final permite entrever resultados, quais sejam as propostas aqui apresentadas. A partir destas, pretende-se ampliar horizontes no sentido de uma prática de planejamento e desenho urbano que promova, cada vez mais, convites ao caminhar e à apropriação dos espaços livres públicos pela população, sobretudo pelas crianças.

Para tanto, neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos a partir da metodologia de oficina desenvolvida neste trabalho, destacando-se: o diário de bordo de cada uma das quatro oficinas Recriando Caminhos, além de seus resultados e contribuições. Para uma melhor compreensão deste excerto, sugere-se a leitura prévia do item 3.5. (Passo a Passo), onde constam informações sobre as crianças colaboradoras deste trabalho e as fichas de atividades das oficinas realizadas. Será apresentado, ainda, um quadro de diretrizes e ações para a Feirinha do Tabuleiro, acompanhado de soluções pontuais de desenho urbano para a melhoria dos caminhos casa-escola, e uma análise dos principais passeios públicos utilizados pelas crianças, do ponto de vista das condicionantes existentes e daquelas previstas pela legislação, comparando-as com as propostas desenvolvidas neste trabalho

5.1. Diário de bordo

5.1.1. Tabuleiro Meu

Ao ouvir os nomes sendo chamados, muita expectativa. Olhinhos atentos, mãos entrelaçadas e um cochicho sem fim. Até que juntos, na sala, a tensão se desfez logo no primeiro contato. “Nós vamos conversar sobre a cidade! Aqui ninguém sabe mais do que ninguém. Juntos nós vamos brincar e criar, mas, principalmente, aprender. Eu vou trazer algumas informações que já aprendi e cada um também pode ficar à vontade para compartilhar sobre suas experiências na cidade. Vocês gostam de morar na cidade?” E assim começou a primeira Oficina - TABULEIRO MEU - desenvolvida no dia 11 de julho de 2018, das 8h20 às 9h30, com dez crianças do 3º ano A da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Suruagy.

Risos soltos ao descobrir a cidade onde cada colega tinha nascido e qual é o lugar favorito da cidade. “Eu gosto de Maceió por que aqui é o paraíso das águas!” disse Yan. Marechal Deodoro, Paripueira, Flexeiras, União dos Palmares e São Paulo foram os lugares citados como cidades-natal. Como lugares favoritos, Any e Ara citaram pracinhas próximas de casa, onde costumam brincar, Isa e Ane citaram o shopping, e Ila citou a casa do tio. Del falou sobre o condomínio da irmã, onde tem parquinho, já Yan afirmou preferir a cidade de Marechal Deodoro. Bel, Zas e Ito, ainda acanhados, não souberam responder à pergunta.

Assim como pra eles, pra mim tudo era novo também. Lápis e bloquinho em mãos, celular a postos para filmar, caixa de som ligada, roteiro em uma mão, caixa de materiais na outra, e a brincadeira começou. Eita, pera, falta fotografar! É... não deu, vai ter que ficar para a próxima, então o jeito é observar os detalhes e gravar na memória. E a magia do momento só meus olhos puderam registrar.

Com o objetivo de compreender a imagem da cidade sob a ótica das crianças, além de somar componentes histórico-culturais e o entendimento dos elementos estruturantes desta imagem, começamos pelo jogo “Imagem e Ação” da Cidade, no qual as crianças foram estimuladas a fazer uma mímica ou desenho dos seguintes elementos: rua, bairro, nó, limite e ponto. Mas devo confessar que o jogo não funcionou conforme o planejado, porque as bolas de soprar agitaram aqueles que fariam a mímica. Com exceção de Yan, que sempre atento, desenhou o bairro para os colegas adivinharem (ver figura 19).

Foi a deixa para conversarmos sobre os demais elementos, buscando exemplos de cada um. “Um bairro é o Tabuleiro, né” confirmou Yan. Quanto ao nó, ou cruzamento, “é essa rua aqui da escola mesmo!” disse Any. O limite citado foi a pista (referência à rua Santa Luzia) onde “não dá pra atravessar de olho fechado, segundo Del. Quanto à rua... “a pista” disse Ara, referindo-se novamente à rua Santa Luzia, “tem aquela bem grande que vai dar lá no centro” lembrou Yan, fazendo referência à Durval de Góes Monteiro. E os pontos de referência surgiram naturalmente, “eu moro atrás do Correio, disse Isa”, “eu atrás do

Cesta (de alimentos)” disse Del, “eu moro na travessa dos Artistas!” completou Yan, parecendo prever o tema da próxima oficina.

Conhecer um pouco da história do Tabuleiro do Martins prendeu a atenção de todos, que compartilham a alegria de cada descoberta sobre o seu bairro, e porque não dizer, sobre si próprios... Sem dúvidas foi a construção do mural a parte mais divertida, envolvendo a todos. Zas e João escolheram o farol, Bel, a lagoa, as meninas e Del representaram as casas do Tabuleiro e Yan, a pracinha ao lado da escola.

Antes de nos despedirmos, cada criança recebeu um diário de bordo, o Aqui Acolá, para personalizarem e registrarem observações sobre a cidade ao longo da oficina. Ainda no clima da história do Tabuleiro me perguntaram: tia, posso desenhar a minha casa na capa? Eu posso desenhar o farol de Jacutinga? Entre risos e abraços nos despedimos.

A partir das informações coletadas nesta oficina acerca do espaço urbano observado pelas crianças até então, por meio de registro oral, desenho do jogo Imagem e Ação da Cidade e mural coletivo, foi possível observar que o Tabuleiro consiste em um bairro fragmentado, no qual coexistem, hierarquicamente, as vias, os automóveis, as edificações, os espaços de uso coletivo e as relações sociais. A afirmação ganha força quando sobrepomos as informações compartilhadas pelas crianças àquelas abordadas no Capítulo 4.

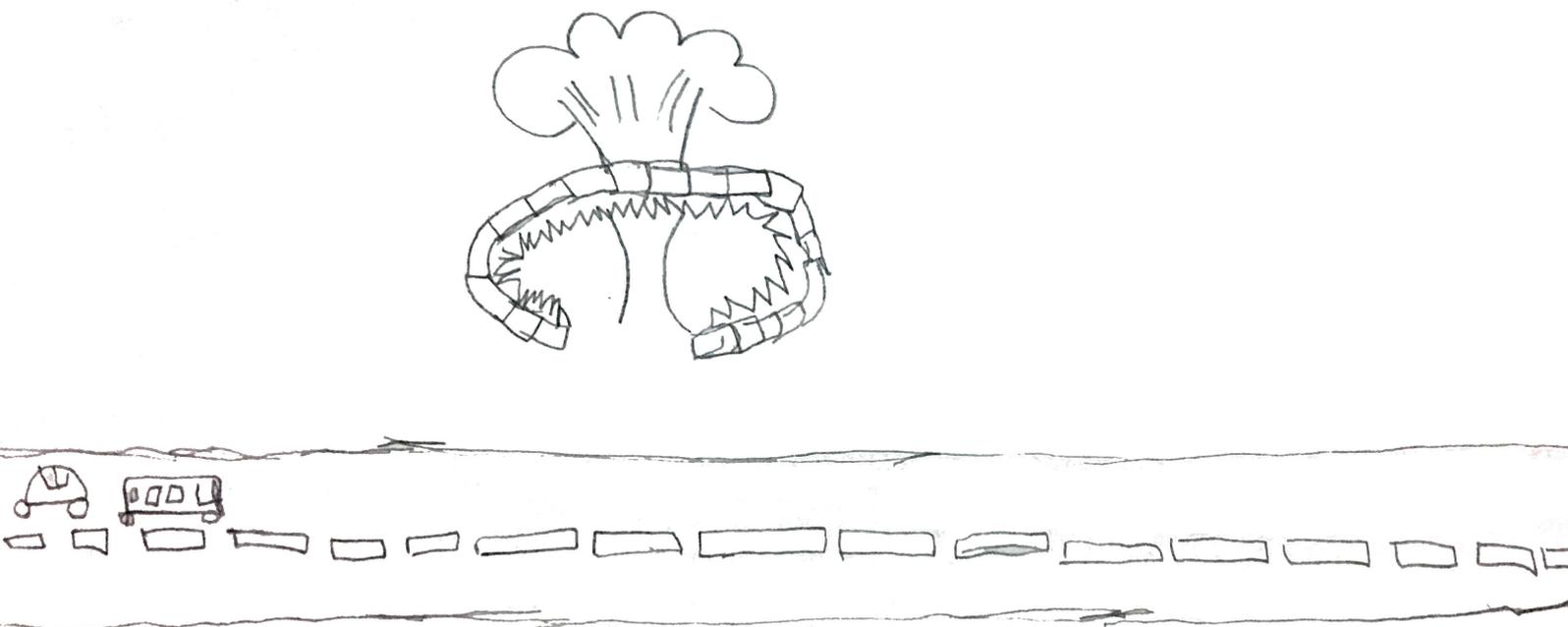


Figura 19. Desenho do “bairro” por Yan. Fonte: a autora, 2018

5.1.2. Na Rua!

Assim que me viram na porta já vieram com os caderninhos na mão, e iniciamos a oficina, desenvolvida no dia 18 de julho de 2018, das 8h05 às 9h10, da qual participaram Del, Bel, Any, Zas, Ito, Ane e Ara. “O que mais chamou atenção na história do tabuleiro? As casas - disse Any, o farol - disse Zas, aquela vila! - disse Ara.

Sob o objetivo de refletir sobre a importância, o papel e as funções do espaço públi-

co, introduzimos a temática da oficina com uma dinâmica de integração, na qual cada um deveria falar sua idade e o nome da rua onde vivem, provocação que apenas Ane e Ara souberam responder.

No segundo momento foi realizado um jogo de liga pontos humano, que acabou ficando disperso, porque quando menos esperava, os bambolês dispostos no chão já estavam na cintura! Ainda assim a discussão rendeu bastante e, conversando sobre as ruas de cada um Del soltou “a rua é do governo, quem manda nela é o prefeito” quando questionado se tratava, a rua, de uma propriedade do prefeito ele completou “eita não! ela é pública, né? então é da gente tudinho aqui”.

Para finalizar foram distribuídas várias revistas para que recortassem e colassem no papel aquilo que cada um costuma fazer em sua rua. “Na minha rua passa carro mas dá pra brincar” disse Zas. Bel afirmou que brincava na rua mas que era perigosa porque havia visto um cara com arma. Ito afirmou não brincar na rua pois morava em condomínio. Ane e Ara declararam brincar pouco na rua, mas às vezes ficavam conversando ou jogando fora de casa.

As informações coletadas nesta oficina, por meio da colagem, mas sobretudo pelos registros orais, permitiram observar que não há um sentimento de apropriação e interesse das crianças pela rua como espaço de lazer e permanência. Sobrepondo essas informações à análise das vias da região Feirinha do Tabuleiro, observa-se que a carência e baixa qualidade de espaços livres públicos, somadas a um sistema viário desconexo, pouco infraestruturado, com excesso de fluxo de automóveis e uso indevido das calçadas, têm contribuído para a falta de identificação dos indivíduos com o seu bairro e para uma negligência com a esfera pública, iniciando desde a fase infantil.



Figura 20. Jogo de Liga Pontos humano. Fonte: a autora, 2018

5.1.3. A Cidade dos Meus Pés

Depois de uma hora de atraso e debaixo de um temporal, finalmente consegui chegar. Enquanto lanchavam percebi que já era aguardada ao ouvir “Olha ela! Hoje já é quarta, é?”. E seguimos para a sala de leitura da escola, ou para nós, espaço de construção do conhecimento. Então iniciamos a oficina do dia 25 de julho de 2018, das 9h15 às 10h10, da qual participaram Del, Bel, Any, Zas, Ane, Yan, Isa e Ila.

Com o caminho do Tabuleiro Humano todo montado, conversamos rapidamente e logo passamos para o jogo. A cada passo dado, foram 18 no total, mais empolgação e curiosidade para desvendar a mensagem correspondente. A de número seis me chamou atenção, pois pedia para citar dois meios de transporte que eles poderiam usar para visitar um amigo que havia se mudado. Sete citaram o carro, três a moto, dois o ônibus e duas a bicicleta. Apesar de ser o meio de transporte cotidiano deles, os pés não foram citados como modal de locomoção. Em meio a risos, pulos e abraços, não tive dúvidas de que esse jogo foi a parte mais divertida e completa em conteúdo.

Ao final, conversamos sobre os percursos das crianças até a escola. O Del mora bem perto e vai sozinho para a escola, mas disse que há muitos obstáculos nas calçadas, além de muitos carros na rua. O Bel vai para a escola com o avô, disse que o caminho é fresquinho mas poderia ter mais árvores e não gosta quando vai atravessar a rua. A Any vai com a avó, falou que o caminho até a escola é perigoso porque tem ladrão e as calçadas são muito ruins, principalmente quando chove. Falou que seria bom se tivesse alguma praça ou parque no caminho. A Ane falou que as calçadas por onde ela vai para a escola são boas, o que não gosta é quando vai atravessar a rua. A Isa vai para a escola com o avô, disse que não gosta de passar pelo açougue e que o caminho é quente, se tivesse mais árvores seria melhor. A Ila vai com o irmão e disse que não gosta quando vai atravessar a rua.



Figura 21. Jogo de Tabuleiro humano.
Fonte: a autora, 2018



Figura 22. Desenho do caminho casa-escola por Zas. Fonte: a autora, 2018

O Yan vai com a mãe e o Zas com a tia e os primos, ambos falaram sobre o Cesta de Alimentos, que é a pior parte do caminho porque os carros ocupam a calçada e as crianças são obrigadas a andar pelo meio da rua.

Em seguida, cada um desenhou o trecho em seu caminho casa-escola que mais lhe chama atenção, nos quais foram reproduzidos: o cesta de alimentos, um parque de diversões, casas sem ornamentos, uma casa com varanda e flores.

O material coletado na terceira oficina, por meio do registro oral e dos desenhos elaborados, permitiu observar que as crianças que passam pela rua Santa Luzia (principal eixo viário da região) para ir à escola, reclamaram do momento de atravessar a rua. O cesta de alimentos foi citado duas vezes como um obstáculo que obriga as crianças a caminharem com insegurança. As calçadas foram citadas como obstáculos em três falas, e a carência de arborização em duas. As informações obtidas nesta oficina foram importantes para a concepção da última oficina, bem como para indicar pontos e aspectos problemáticos nos percursos realizados diariamente pelas crianças.

5.1.4. Vamos Plantar Sonhos?

Ufa! Dessa vez tive companhia, a Nathália (amiga e colega de curso) veio para participar e colaborar na oficina. Como de costume fui buscá-los na sala de aula e foi entre abraços carinhosos que chegamos até o espaço de construção do conhecimento para a nossa última oficina, no dia 08 de agosto de 2018, das 9h20 às 10h10, da qual participaram Del, Bel, Any, Zas, Ane, Yan, Isa e Ila.

Iniciamos pelo jogo Conte Aqui, no qual as crianças precisavam localizar no mapa (A3 impresso) da região da Feirinha do Tabuleiro os seguintes espaços: porta da escola, fundos da escola, calçada da escola, praça, feirinha, mercado, cesta de alimentos e semáforo. Para cada espaço localizado, era compartilhada alguma situação lembrada por eles naquele lugar. A aceitação e o entusiasmo pelo uso do mapa foi uma grata surpresa e o jogo foi instigante. Naturalmente, as histórias de assalto nos fundos da escola e próximo ao mercado Padre Cícero foram compartilhados por Yan, Isa e Any, que também falou sobre a feirinha, onde sua mãe trabalha. A calçada da escola fica cheia de lama e Del tem que pular como o flash para conseguir passar, e ainda por cima na porta da escola fica parado um monte de “velhinhos com carroças”, o que também atrapalha a passagem. Mais uma vez o passeio ocupado pelos carros em frente ao Cesta de Alimentos foi citado e a passagem pelo trecho do semáforo foi citado como um obstáculo ao percurso das crianças. Quanto à pracinha, Yan afirmou utilizar algumas vezes, no período da noite, para passear com o seu cachorro, além de frequentar alguns cultos evangélicos ali realizados no final de semana. Então as crianças foram questionadas sobre a importância da escola para elas e convidadas para pensar em como gostariam que fosse para além dos muros da escola, nesses espaços localizados no mapa, todos no entorno da escola.

Yan gostaria de um pátio grande, um espaço verde ao redor da escola e uma antena de sinal de internet para a diretoria trabalhar melhor. Zas gostaria de uma quadra de basquete, que ele joga quando vai no Medeiros (fazendo referência ao Conjunto Medeiros Neto, cuja área esportiva foi revitalizada no mês de fevereiro pela prefeitura municipal). Isa gostaria que tivesse chocolate e escorregador para brincar com seu irmãozinho Lucas, que nascerá em alguns meses. Ane disse que só vai para a escola e volta direto pra casa, afirmou que se tivessem espaços para brincar, passaria mais tempo perto da escola. Ila gostaria que tivesse uma cesta de basquete, enquanto Ane e Any gostaria de uma cama elástica. Del gostaria de uma quadra de futebol, que ele joga no quintal e às vezes na rua “mas só de noite, por que de dia passa carro” e completou “eu queria aqui tudo o que tem no shopping”, foi quando a lâmpada imaginária das boas ideias se acendeu sobre mim e pensei “e não é que a Feirinha do Tabuleiro é um shopping?! Mas ao invés das pessoas, circulam carros e mais carros, não há espaços seguros e confortáveis para caminhar, permanecer, interagir e brincar...

Falando em brincar.. Any disse que precisava ajudar a mãe no trabalho, na Feirinha, e que nunca sobrava tempo para brincar. Ane e Ila afirmaram brincar mais no quintal de casa do que na rua, Enquanto Isa prefere brincar dentro de casa, por ser mais seguro, e Del, apesar de brincar dentro de casa, também se diverte em uma casa abandonada, onde ele e seus amigos instalaram balanços.

Lápis de cor em mãos e as crianças se reuniram para sonhar juntas o que gostariam que tivesse no entorno da escola. Os meninos prontamente foram colocando seus desejos no papel, enquanto as meninas se organizaram para que cada uma colocasse seu sonho em um espaço do papel sem conflitar.

Depois do sonho, novamente nos sentamos em círculo para recapitular tudo o que foi conversado nas oficinas. “Lembro da pracinha que a gente viu na primeira oficina”, disse Yan. “Daquela brincadeira da rua, que a gente ligou os pontos” disse Ane. “De quando a gente estourou balão” disse Any. “A gente pintou de tinta a história do Tabuleiro” disse Ila. E quando questionados sobre o que aprenderam, logo falaram sobre manusear um mapa, sobre a história do Tabuleiro e sobre a cidade de Maceió. Perto de nos despedirmos e novamente Del soltou “A cidade é do prefeito, ela é construída com o dinheiro dele!”, “Não” disse Yan “A cidade é de nós”. E completaram “É mesmo, ela é minha, é sua, dele, dela, é até da formiga!”. Assim, inspirados pela responsabilidade que temos, todos nós, por nossa cidade, encerramos as oficinas Recriando Caminhos no Tabuleiro com a entrega dos bottons de cuidadores da cidade.

As informações coletadas na última oficina, a partir do registro oral e dos sonhos expressos coletivamente no papel, foi possível compreender de forma mais aproximada qual é a visão das crianças sobre cada um dos espaços que compõem o entorno da Escola Pedro Suruagy. Além disso identificou-se os espaços e situações mais problemáticos da área. Por fim, foi possível conhecer as brincadeiras e interesses individuais para entrelaçar sonhos.

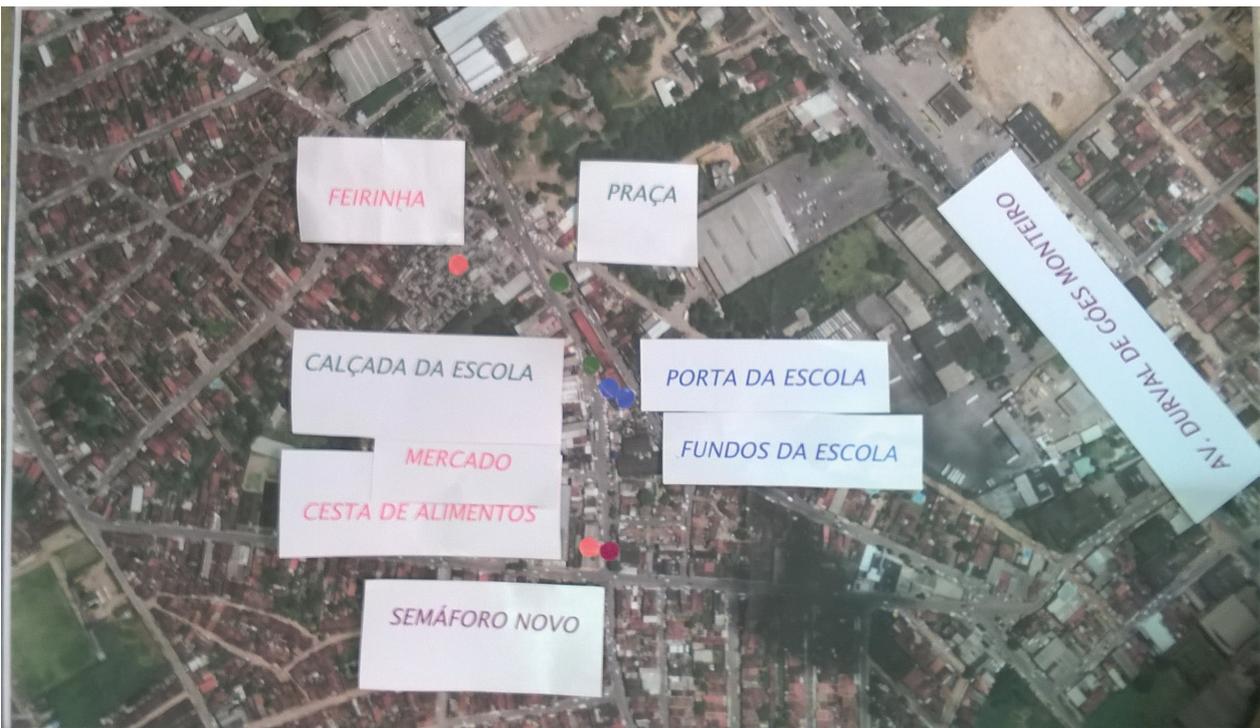


Figura 23. Mapa do Jogo Conte Aqui.
Fonte: a autora, 2018



Figura 24. Atividade Vamos Plantar Sonhos.
Fonte: a autora, 2018

Figura 25. Boton de Cuidador da Cidade.
Fonte: a autora, 2018

No material analisado desta oficina constam os espaços e elementos-chave para a construção da proposta aqui apresentada.

5.2. Resultados e Contribuições

Por meio dos comentários, das discussões e dos materiais gráficos elaborados nas oficinas 1 (Tabuleiro Meu) e 2 (Na Rua!), observou-se que estas atenderam ao objetivo de estabelecer abordagem introdutória de conceitos relativos à cidade com as crianças, a exemplo do bairro, do espaço público e da rua. Além desses conceitos, o breve resgate à memória do lugar, por meio de história ilustrada, estimulou as crianças a pesquisarem mais sobre o bairro, que trouxeram informações nas oficinas seguintes.

Tais oficinas podem ser adotadas em debates e audiências públicas, previstas pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), sendo proporcionados espaços específicos com as crianças. Além desses, também pode ser utilizadas em situações reurbanização de áreas precárias, ou ainda na revitalização de zonas especiais de preservação histórico-cultural, com as crianças residentes.

Já as oficinas 3 (A Cidade dos Meus Pés) e 4 (Vamos Plantar Sonhos?) proporcionaram a identificação de problemas e potencialidades da área em estudo, visto que nos jogos O Tabuleiro dos meus pés e Conte Aqui, as crianças foram convidadas a recordar e compartilhar experiências e observações individuais para a construção de retratos coletivos do espaço onde residem. Estas podem ser utilizadas para integrar processos de caracterização, diagnóstico, além de estudos de viabilidade e impacto de vizinhança, realizados pela academia e pelo poder público.

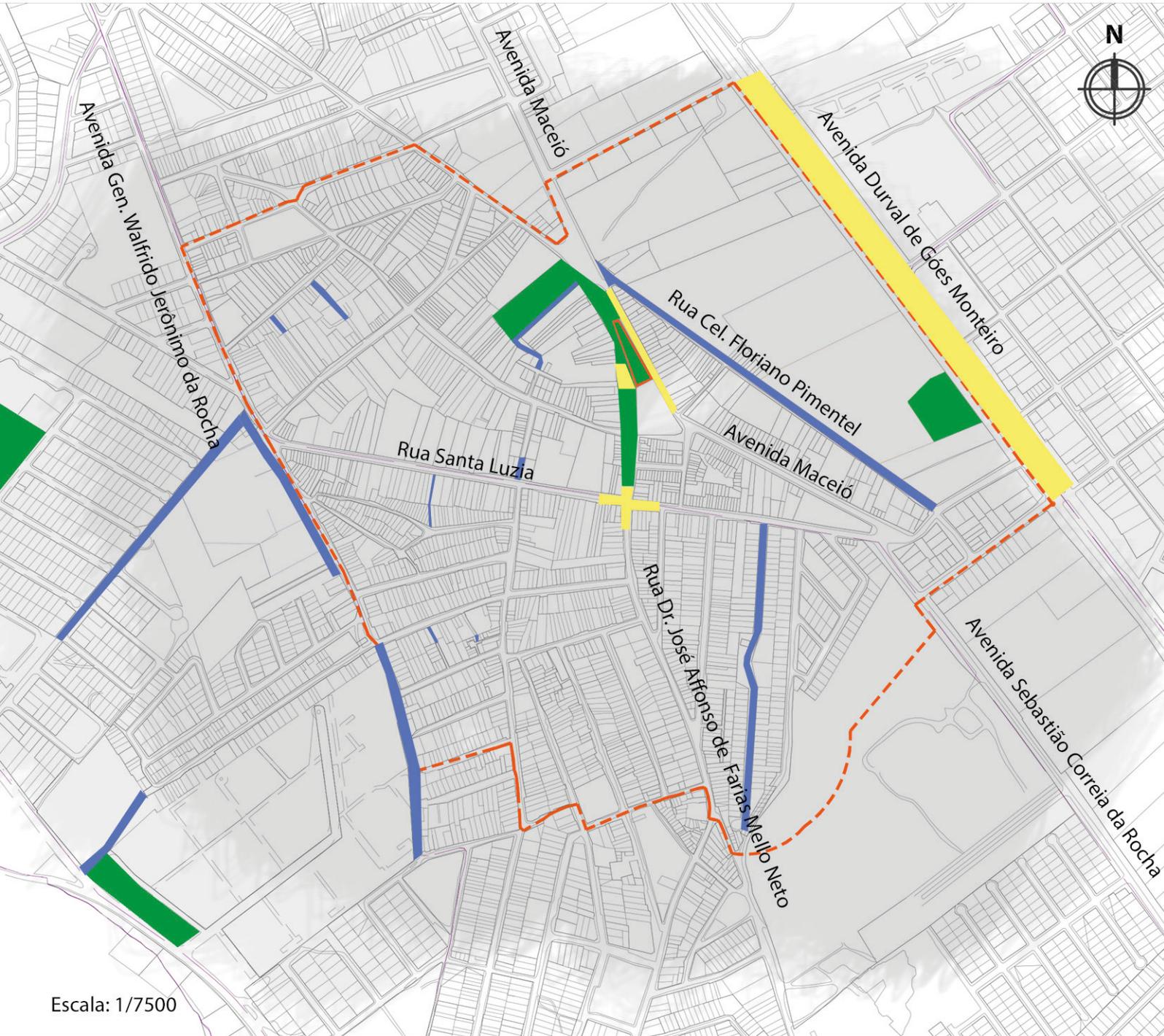
Ademais, atividades como Meu Caminho (oficina 3) e Plantar sonhos no Tabuleiro (oficina 4), podem facilitar a coleta de demandas da população e enriquecer programas urbanísticos, sendo aproveitáveis em processos de consulta pública (também previstos pelo Estatuto da Cidade), experiências de projeto urbano participativo.

Nesta experiência, cujo escopo prevê a elaboração de um programa urbanístico, complementado pela proposição de soluções de desenho urbano para pontos de conflito nos caminhos casa-escola das crianças da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Suruagy, a partir das oficinas mapeou-se (ver mapa 08) áreas estratégicas para intervenção urbanística, além de pontos de conflito e entraves ao caminhar.

As áreas estratégicas foram nomeadas de ímãs, por conta da sua vocação magnética, enquanto os pontos de conflito foram nomeados de perigos, por oferecerem risco aos cidadãos e sobretudo às crianças, já os entraves foram nomeados de obstáculos, por impossibilitarem ou dificultarem os caminhos.

Para o mapeamento destes, foram reunidos espaços citados e identificados pelas crianças durante as oficinas ou nos cadernos Aqui Acolá, com espaços observados durante as visitas e o processo de caracterização da área de estudo. Dentre estes estão:

Mapa 07. Registro sensitivo colaborativo. Fonte: elaborado pela autora, 2018.



Escala: 1/7500

LEGENDA



Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Suruagy



Perigo



Obstáculo



Ímã

5.2.1. Ímã

A praça Edivaldo Alves de Santa Rosa, do conjunto Colina dos Eucaliptos e a área de lazer do conjunto Medeiros Neto, ambas além do recorte urbano em estudo, mas sugeridas pelas crianças como espaços para brincar. Cabe destacar que ambas sofreram intervenções da gestão pública nos últimos três anos. A avenida Maceió, abrangendo a Escola Pedro Suruagy e a Feirinha do Tabuleiro, tendo em vista que tais espaços, um institucional e outro comercial, são estratégicos por atraírem muita gentes. O posto Eucalipto, por abranger o ponto de ônibus da avenida Durval de Góes Monteiro que atende à população local, e possui movimentação durante todo o dia.

5.2.2. Perigo

A avenida Durval de Góes Monteiro foi identificada como perigo devido à ausência de infraestrutura adequada para os pedestres e ciclistas, como calçadas contínuas, ciclovias, faixas de pedestre e sinalizadores de trânsito. O mercadinho Padre Cícero, situado no cruzamento da rua Santa Luzia com a avenida Maceió, foi citado como um ponto onde a travessia é perigosa, fator pelo qual foi inserido um semáforo recentemente. A calçada do supermercado Cesta de Alimentos, em frente à Escola Pedro Suruagy, porque o número de carros estacionados na calçada obriga as crianças a andarem pelo meio da rua. Por fim, o último espaço identificado como perigoso foi a calçada dos fundos da escola, que, cercada por um muro alto, apresenta aproximadamente 100 metros sem aberturas. Quando questionadas acerca da dimensão dos muros da escola, as crianças não esboçaram qualquer objeção aos muros de 3 metros de altura que os “protegem”. É até compreensível do ponto de vista do conforto acústico (dentro da escola os ruídos do comércio são imperceptíveis), e da segurança física das crianças. No entanto, uma escola aberta à cidade, a longo prazo, é capaz de promover transformações no entendimento de educação, ampliando-se uma perspectiva situacionista, mas também de uma cidade aberta às pessoas, mais permeável e transparente. Além de seguro e agradável ao caminhar, a partir deste projeto intenta-se que a Feirinha do Tabuleiro configure-se como território de aprendizagem. Com ou sem muros físicos, a escola deve livrar-se, progressivamente, das barreiras culturais que a impedem de integrar-se à cidade, aproveitando-a como espaço de ensino e aprendizagem.

5.2.3. Obstáculo

Já os espaços citados como obstáculos são vias cuja passagem é obstruída, resultando em quadras longas, como é o caso das vielas que dão acesso apenas ao miolo de quadra; vias cujo acesso é restrito, como é o caso do loteamento fechado Morada Nova; e o agrupamento de lotes (vazios ou ocupados) muito extensos e cercados por muro alto, conformando quadras excessivamente extensas, por onde a passagem é impedida.

5.3. Diretrizes de ordenamento e ações urbanísticas

Diante de todas as informações norteadoras da proposta, oriundas da caracterização como também das oficinas, somadas ao estudo de repertório para o projeto, foram estabelecidas diretrizes de ordenamento urbano, viabilizado por meio de algumas ações. Logo, são diretrizes para o entorno da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Suruagy:

1. Fortalecer a centralidade Feirinha do Tabuleiro, melhorando a infraestrutura para o sistema de mobilidade e a feira livre, de modo a valorizar o papel da área para a cidade;
2. Proporcionar deslocamentos seguros, acessíveis e atrativos para as crianças residentes na área de estudo, bem como para os demais pedestres, ciclistas e usuários do transporte coletivo (compondo um sistema de mobilidade articulado);
3. Inserir espaços para práticas socioculturais e de lazer nos vazios urbanos para garantir a permeabilidade física e visual da área, além de dinamizar as atividades por períodos do dia;
4. Ampliar a área de solo permeável e vegetado, associado a um sistema de microdrenagem.

Nesse sentido, tendo em vista permitir a viabilidade destas, foram elencadas ações urbanísticas, em um quadro de metas e prazos, delineadas para um horizonte de doze anos. As ações relativas ao desenho urbano serão detalhadas em seguida (ver item 5.4.).

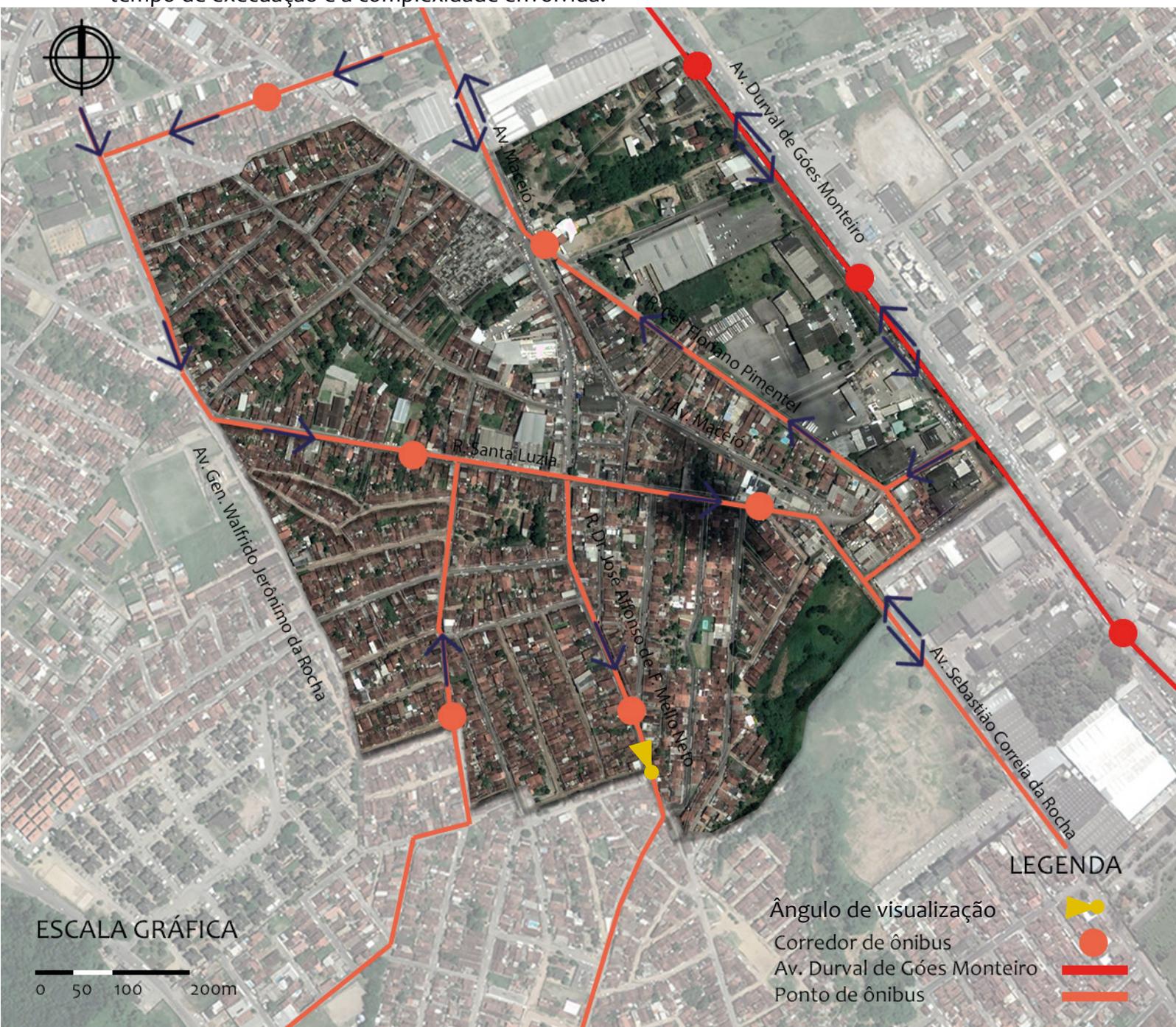
	METAS	AGENTES	APLICAÇÃO
4 ANOS	1. Adequação das calçadas, com implantação de infraestrutura urbana subterrânea nos corredores de transporte coletivo (ver detalhe 01);	Secretarias de Planejamento Urbano e de Infraestrutura	x
	2. Inserção de mobiliários de permanência e abrigos de ônibus, elementos de sinalização e acessibilidade nos corredores de transporte coletivo e ciclorrotas;	Secretarias de Planejamento Urbano e de Transporte e Mobilidade	x
	3. Inserção de infraestrutura de microdrenagem: arborização de pequeno porte e inserção de jardins filtrantes nas faixas permeáveis dos passeios;	Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura	x
	4. Readequação do itinerário do transporte coletivo;	Secretaria de Transporte e Mobilidade	x
	5. Implantação de um Passeio Público livre de veículos, na avenida Maceió (ver detalhe 02);	Secretarias de Planejamento Urbano e de Infraestrutura	x
8 ANOS	6. Implantação de travessias elevadas no cruzamentos da Avenida Maceió com a Rua Santa Luzia e com a Rua Cel. Floriano Pimentel (ver detalhe 03);	Secretaria de Transporte e Mobilidade e de Infraestrutura	x
	7. Inserção de mobiliários urbanos para lazer e permanência nos espaços livres públicos;	Multirão popular, Parcerias público-privado	x
	8. Inserção de elementos de sinalização e informação sobre o bairro em pontos estratégicos;	Multirão popular, Parcerias público-privado	x
	9. Implantação de ciclovias, ciclorrotas e ciclopontões;	Secretaria de Transporte e Mobilidade e de Infraestrutura	x
12 ANOS	10. Implantação de sistema compartilhado de bicicletas e patinetes;	Parcerias público-privado	PPP
	11. Redução extensão das quadras com a abertura de vias compartilhadas (ver detalhe 04);	Secretarias de Planejamento Urbano e de Infraestrutura	Despropriação
	12. Ocupação dos vazios urbanos em lotes extensos desocupados para a implantação de equipamentos comunitários de esporte, cultura e lazer, a exemplo da praça CEU.	Secretarias de Planejamento Urbano e de Infraestrutura	IPTU Progressivo no tempo

5.4. Ações

A seguir serão apresentados detalhamentos de quatro dentre as doze ações propostas, por meio de representações cartográficas, cortes esquemáticos e estudos de composição da paisagem.

5.4.1. Detalhe 01

A requalificação dos corredores de transporte coletivo é a primeira ação a ser implantada, inicialmente por que há outras ações sujeitas a esta, mas também devido ao seu tempo de execução e à complexidade envolvida.



84 Figura 26. Esquema cartográfico indicando os corredores de transporte coletivo e pontos de embarque e desembarque propostos. Fonte: elaborado pela autora, 2018.



Figura 27. Estudo de composição da paisagem da Rua Affonso Mello Neto.
Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Esta medida é fundamental para a consolidação das propostas levantadas pelas crianças, como ampliação das calçadas, melhoria do conforto térmico e aparatos de segurança viária, além de favorecer o uso do transporte público coletivo e da bicicleta.

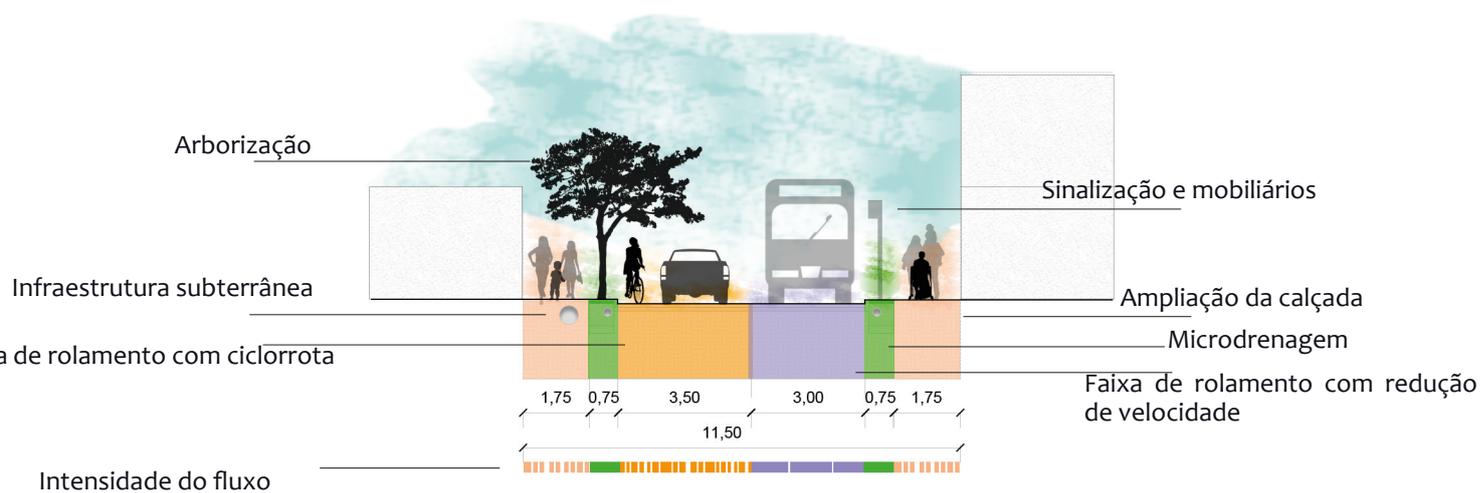


Figura 28. Corte esquemático da rua Affonso Mello Neto.
Fonte: elaborado pela autora, 2018.

5.4.2. Detalhe 02

Tendo em vista o impacto que esta ação (transformação da avenida Maceió em zona exclusiva de pedestres) deve exercer nas dinâmicas da área, propõe-se que sua implantação tenha início com intervenções temporárias, como o fechamento temporário da avenida Maceió (aos sábados) associado à promoção de atividades socioculturais.

O Passeio Público contém quatro faixas, para permitir fluxos diversos garantindo a harmonia entre os usos previstos para cada uma delas. São elas: passeio livre (sem mobiliários, com acessibilidade, acesso às lojas), passeio lúdico (com mobiliários, equipamentos para lazer e permanência), faixa permeável (arborização e permeabilidade do solo), e faixa dinâmica (atividades culturais e feira livre).



Figura 29. Esquema cartográfico indicando o Passeio Público livre de veículos.

Fonte: elaborado pela autora, 2018.



Figura 30. Estudo de composição da paisagem no Passeio Público com interseção elevada no cruzamento. Fonte: elaborado pela autora, 2018.



Figura 31. Estudo de composição da paisagem no Passeio Público com possibilidade de uso na faixa dinâmica. Fonte: elaborado pela autora, 2018.

5.4.3. Detalhe 03

Assim como o Passeio Público, a criação de ciclovias e ciclorrotas demandam um tempo de adaptação da população associada a medidas de educação do trânsito e fiscalização. Portanto, propõe-se que sua implantação também inicie com intervenções temporárias, como o fechamento temporário dos percursos ciclísticos, como uma atividade cultural (aos sábados). Cabe ressaltar que os caminhos desenhados partiram, principalmente, da observação de rotas já realizadas pela população, das densidades e conectividades.



Figura 32. Esquema cartográfico indicando as ciclovias, ciclorrotas e ciclopontos propostos.



Figura 33. Estudo de composição da paisagem da Rua Santa Luzia.

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

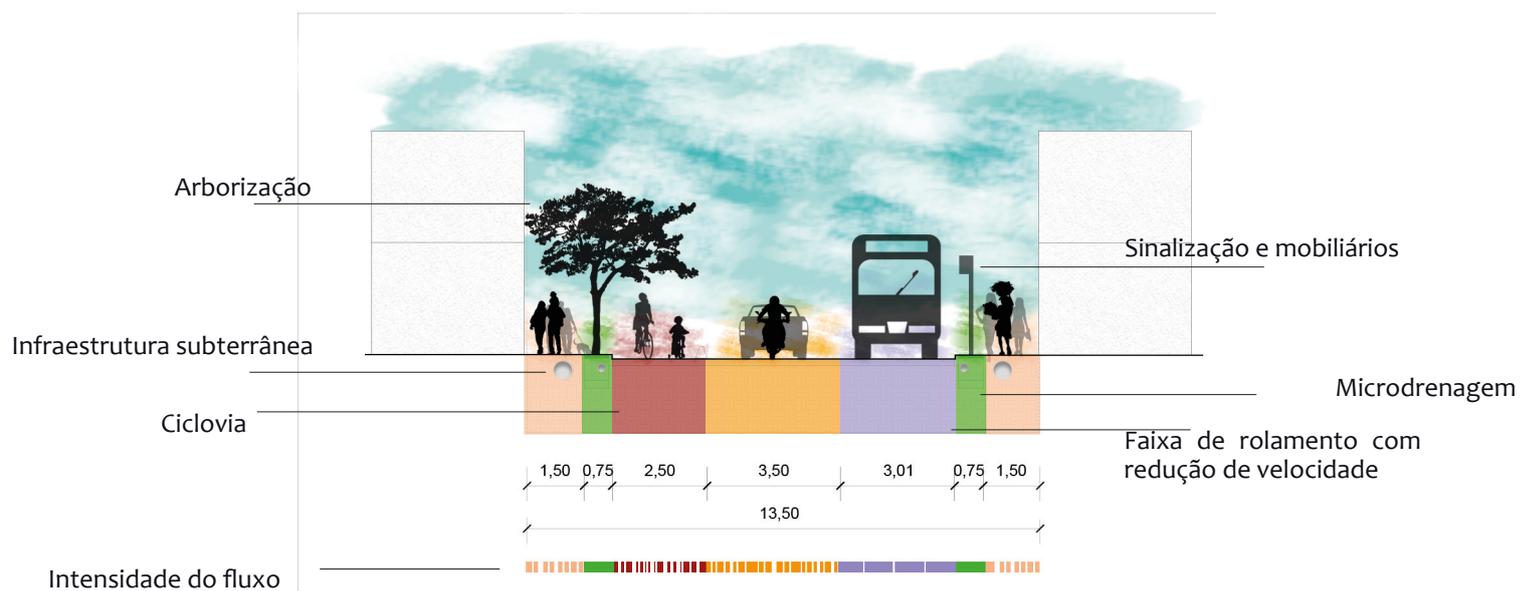


Figura 34. Corte esquemático da Rua Santa Luzia, com infraestrutura para ciclistas.

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

5.4.4. Detalhe 04

Já a redução de quadra com a abertura de novas vias é fundamental para propiciar uma mudança de paradigmas acerca do deslocar-se, inserindo o caminhar como uma modalidade agradável e segura. Nesse sentido, foram propostas novas possibilidades de conexão (vias coletoras) e a requalificação de caminhos (alguns) já existentes dando acesso aos miolos de quadra (vias compartilhadas).

Além disso, as vias compartilhadas podem ser utilizadas pelas crianças para brincar na rua durante o dia, com conforto e em segurança, já que durante as oficinas foi relatado

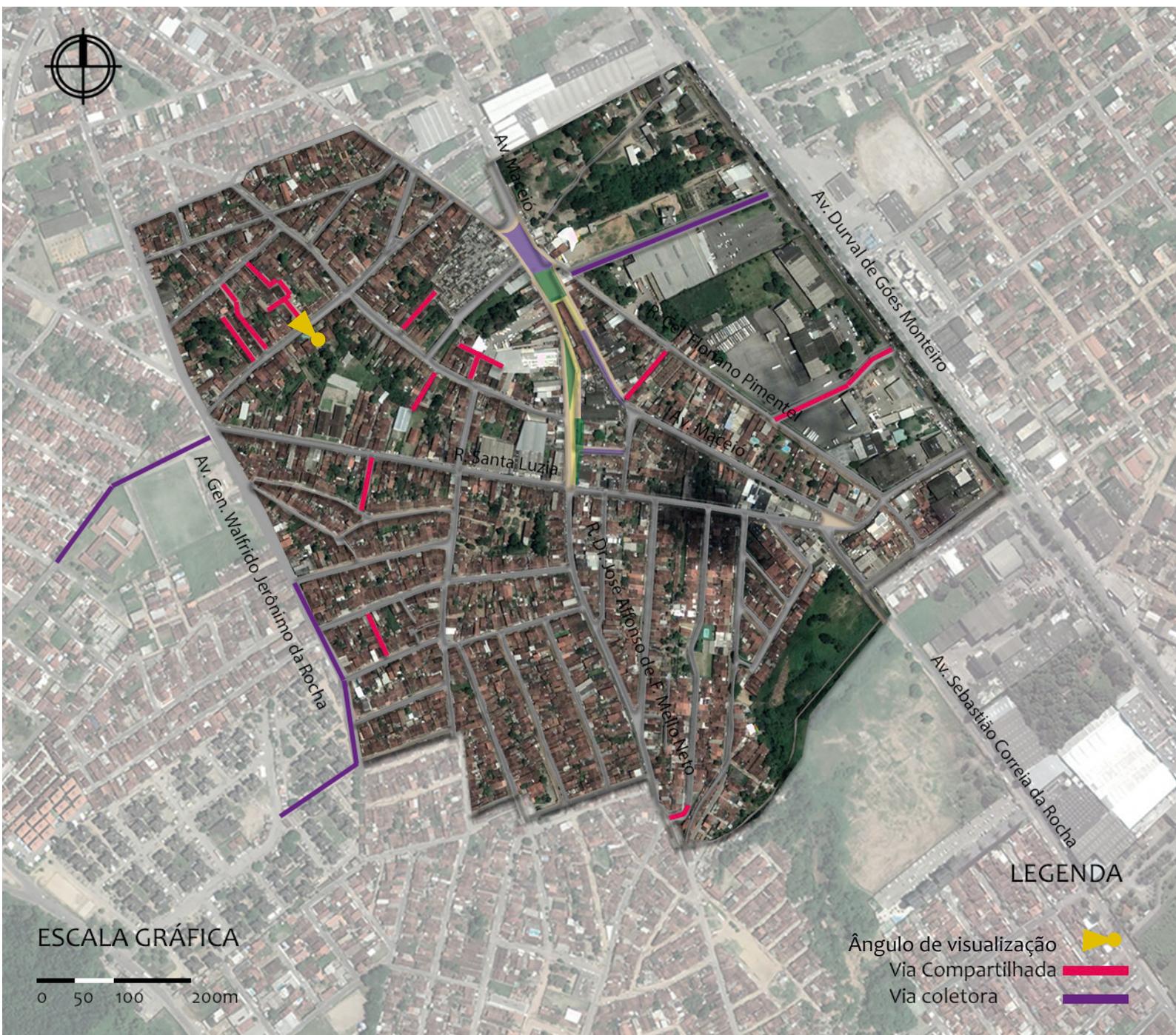


Figura 35. Esquema cartográfico indicando as aberturas de vias propostas.

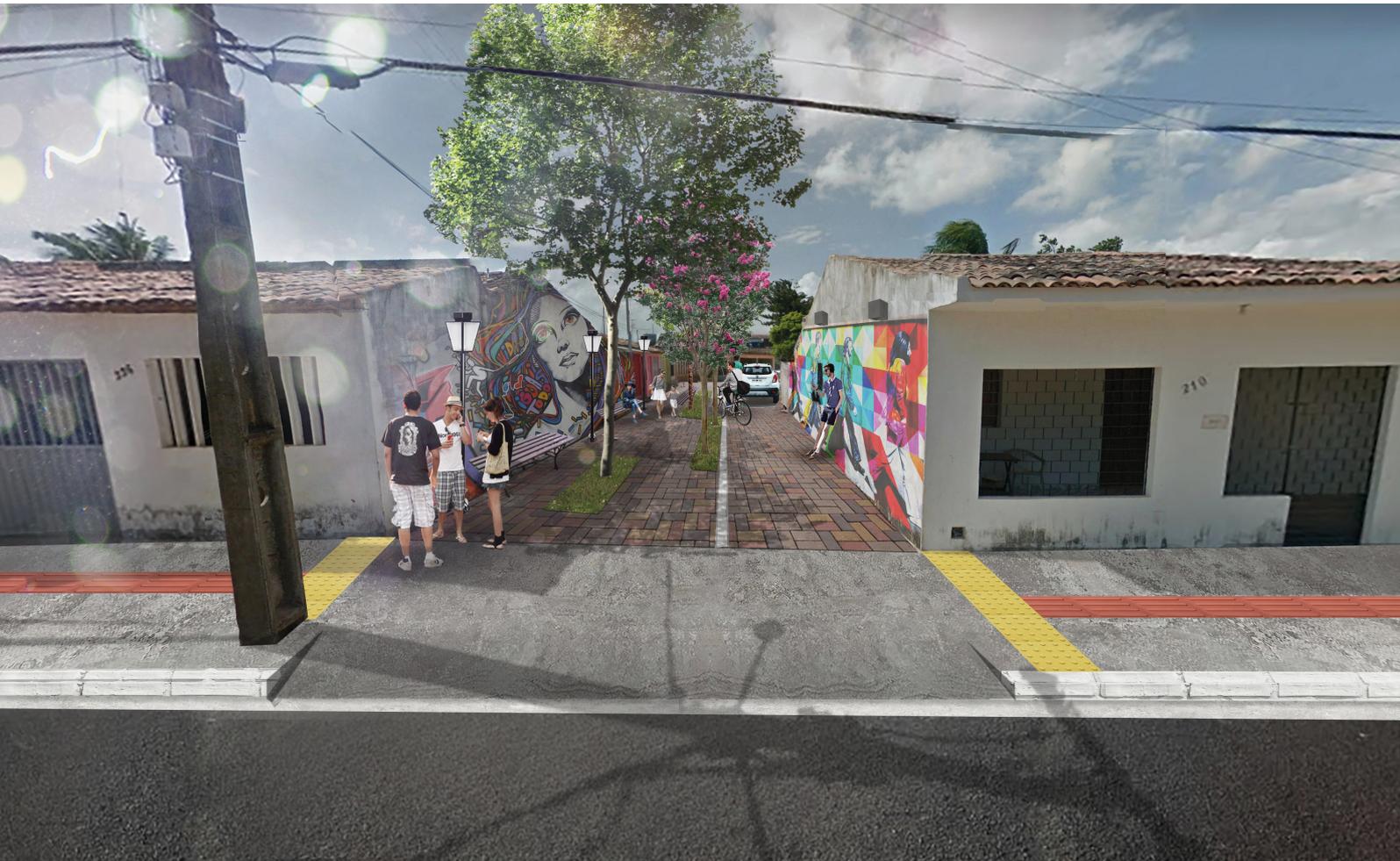


Figura 36. Estudo de composição da paisagem em Via Compartilhada da Rua da Paz. Fonte: elaborado pela autora, 2018.

que atualmente elas só conseguem brincar dentro de casa, no quintal ou na rua apenas no período noturno.

Também devido à carência de praças e à dimensão reduzida das vias (o que impede um alargamento de um número maior de calçadas), tais espaços devem comportar atividades de lazer e permanência nas ruas.

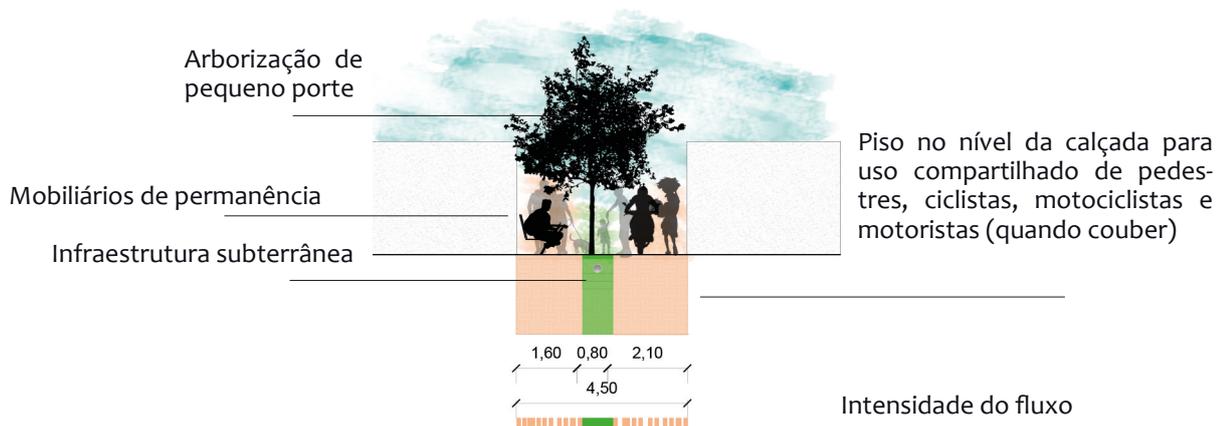


Figura 37. Corte esquemático de uma via compartilhada na Rua da Paz. Fonte: elaborado pela autora, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

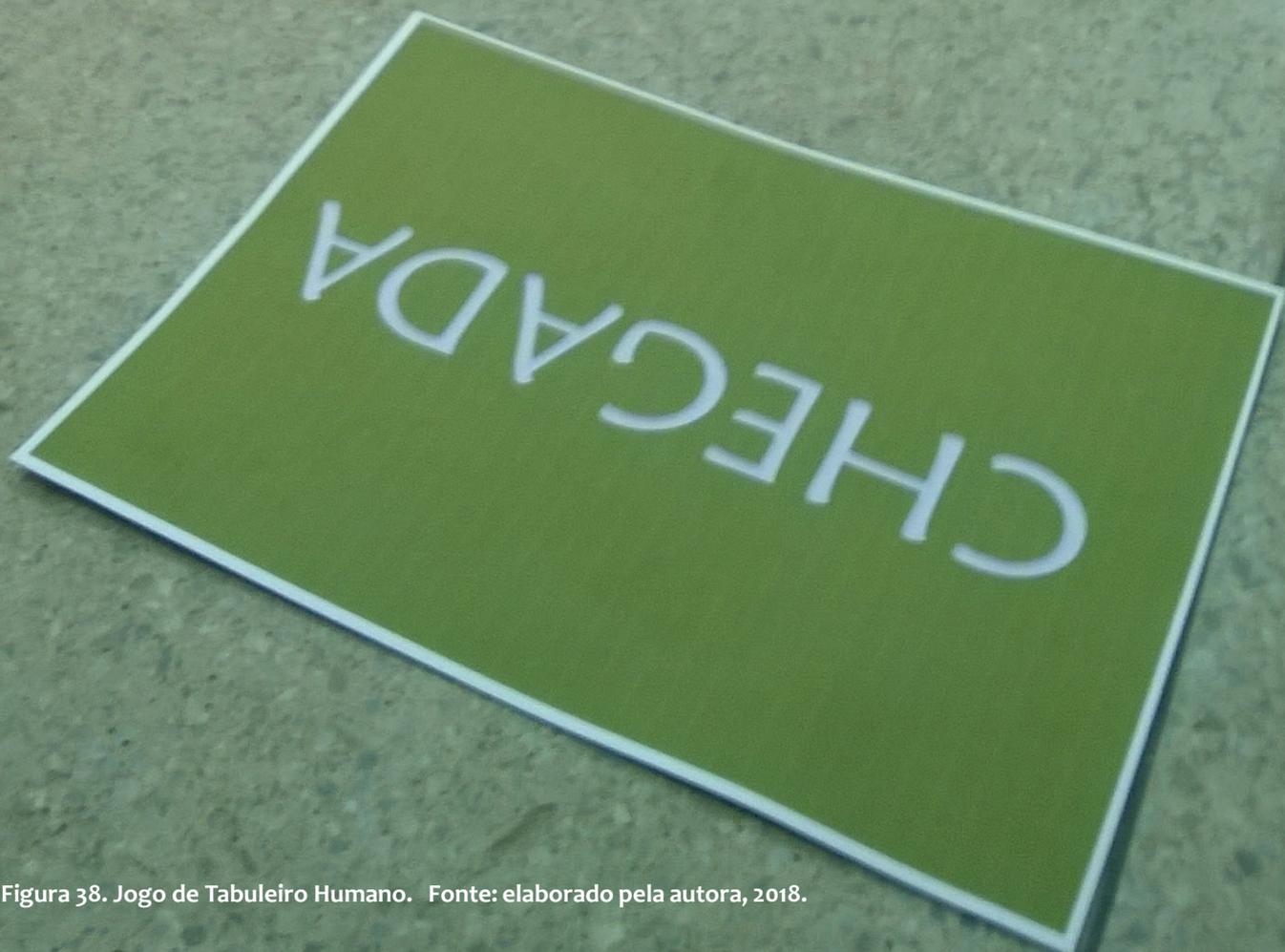


Figura 38. Jogo de Tabuleiro Humano. Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Concluída a caminhada, é possível refletir acerca dos desafios enfrentados, da experiência adquirida e das contribuições legadas. Para começar, cabe avaliar o trabalho desenvolvido em conjunto com as crianças da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Suruagy, qual foi o de oferecer elementos técnicos e teóricos do planejamento urbano para estabelecer um ambiente e momento propícios à análise do espaço urbano, tendo em vista promover um diálogo (quase) horizontal, de modo a compreender suas vivências e seus olhares para o Tabuleiro do Martins.

A partir desta experiência, constatou o quanto a criança enfrenta obstáculos para deslocar-se diariamente e quão carente é, a cidade, e, especialmente uma centralidade comercial como a Feirinha do Tabuleiro, de espaços seguros e confortáveis para a apropriação pelas crianças. Nesse sentido, a visão e os anseios das crianças permitiram entrever como a gestão da cidade precisa aproximar-se da população, especialmente aquela com menor poder de voz. E, mais ainda, o quanto as crianças têm a contribuir, se orientadas às questões urbanas e à cidadania.

Um dos maiores desafios neste processo foi, justamente, ouvir e tentar entender demandas tão básicas, e ao mesmo tempo tão fabulosas, conduzindo-as, sem reprimir, aos conhecimentos adquiridos na graduação em Arquitetura e Urbanismo, sobretudo no que se refere às teorias do urbanismo e ao planejamento e desenho urbanos. Tais conhecimentos, agora vistos sob uma ótica diferente ganharam vida, cor e significado.

Portanto, a proposta deste trabalho ultrapassa as esferas sociais, econômicas e ambientais que permeiam intervenções físicas sobre o território, representando, para além destas, uma proposta em prol da cultura cidadã, tendo em vista que ofertar caminhos com melhores condições ao caminhar favorece o resgate da relação entre os indivíduos e a esfera pública, atualmente tão desgastada.

Cabe destacar que, a ausência do poder público no processo de produção efetiva do espaço público, além do fomento à indústria automobilística, possibilitou a consolidação de uma malha viária ineficiente, sobretudo no que se refere à mobilidade ativa (pedestres e ciclistas). Contudo, iniciativas recentes (últimos dez anos) têm empregado esforços em adequar os caminhos da cidade ao cidadão que caminha, especialmente por meio de soluções de desenho urbano.

Nesse sentido, instrumentos como a cartilha das calçadas (MACEIÓ, 2017), que adequa padrões de calçada às singularidades identificadas na cidade, possuem elevado potencial de transformação (se apropriados pela população) em áreas como a Feirinha do Tabuleiro, por exemplo, onde há muitas vias com calçadas estreitas ou até inexistentes. Somado a essa, há o manual O Desenho das Cidades Seguras (WRI, 2017), que propõe soluções de desenho para devolver as ruas aos pedestres e ciclistas, otimizando espaços livres públicos e restabelecendo o sistema de mobilidade urbana na escala local.

Além desses, o conceito de Desenho Universal (nota de rodapé), aplicado à escala urbana, também pode contribuir com a mudança de perspectiva da produção do espaço, re-

forçando a garantia de uma cidade para todos a começar pelos menores (TONUCCI, 2009) e por aqueles que caminham (GEHL, 2013).

Contudo, dois aspectos outros são importantes para que tais esforços se concretizem: o primeiro é a necessidade de superar o entendimento de rua como espaço de passagem, o que demanda, para além da adequação dos passeios, um esquema de desenho urbano propício também ao permanecer, além de um programa de atividades capaz de fomentá-lo; e ainda instrumentos que oportunizem a apropriação do espaço urbano pelas pessoas, e a recíproca sensação de pertencimento, quais são os métodos participativos e a tradução das políticas urbanas para uma linguagem “clara e acessível”.

A combinação entre os referidos aspectos simboliza a maior contribuição deste trabalho, que pode ter seguimento de duas formas: uma delas é o detalhamento das soluções propostas como projeto de intervenção local para a Feirinha do Tabuleiro, e outro é a experimentação (replicar) e análise mais aprofundadas do método proposto, tendo em vista instaurá-lo como um método colaborativo de planejamento urbano.

Nesta experiência, as oficinas contribuíram diretamente para o desenvolvimento das soluções de desenho urbano, visto que o compartilhamento e as reflexões sobre os percursos cotidianos das crianças revelaram aspectos problemáticos e potenciais do cotidiano, que frequentemente passam despercebidos pelos olhares distantes que intervêm no espaço. Como resultado, é possível afirmar que foram propostos percursos, formas e elementos urbanos muito próximos daquilo que a população está habituada (com adequações), como as vias compartilhadas, as ciclorrotas e o passeio público.

Portanto, no intento de que o ofício da Arquitetura e Urbanismo apresente, cada vez mais, contribuições significativas à população, cabe reafirmar o intento de que o desenvolvimento deste trabalho represente apenas uma trilha nova que se abre nesse caminho, de luta por cidades mais justas, seguras e saudáveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. O Desejo de Ensinar e a Arte de Aprender. Campinas: Fundação EDUCAR DPaschoal, 2004.

BELO HORIZONTE. Comunidade Integrada: a cidade para as crianças aprenderem. São Paulo: In Totum SP Produções Gráficas, 2008.

BIASE, A de. Ressituar o olhar, criar distâncias. In: _____ Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e métodos, da arquitetura à antropologia. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 163-174.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001. BRASIL. Lei Federal n. 6766/79 de 19 de dezembro de 1979.

BRASIL. Lei 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasil, Câmara dos Deputados, 1990. BRASIL. Lei Federal n. 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei 10.089/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasil, Câmara dos Deputados, 2000. BRASIL. Lei Federal n. 10.089 de 19 de dezembro de 2000.

CALDEIRA, T. P. do Rio. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CALVINO, I. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARERI, F. Walkscapes: o caminhar como prática estética (2002). Tradução: Frederico Bonaldo. 1 ed. São Paulo: Editora G. Gili, 2013

CAVALCANTI, V. R. et al. Empreendimentos e ações públicas e privadas em Maceió/AL no início do milênio. Paisagem e Ambiente, n. 36, p. 11-33, 2015.

CENTRO de Criação de Imagem Popular. Infância e Trânsito em Manguinhos. Relatório Final. Rio de Janeiro, 2015.

CERATTI, M. K. Em meio à estagnação econômica, Brasil enfrenta o desafio de continuar combatendo a pobreza. Reportagem, The World Bank, abr. 2015. Disponível em: < <http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2015/04/20/brazil-low-economic-growth-versus-poverty-reduction>>. Acesso em: 24 set. 2018.

DIAS, M. S., JÚNIOR, M. E. O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba. Cadernos Metropolitanos, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 635-663, mai-ago 2017.

DIAS, M. S., FERREIRA, B. R. Espaços públicos e infâncias urbanas. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, n. 3, vol. 17, p. 118-133, 2015.

DEL RIO, V. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo, Ed. PINI, 1990.

DUARTE, C. R. Moldagem do lugar; remoldagem do olhar. In: _____ Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e métodos, da arquitetura à antropologia. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 27-46.

FARIA, G. M. G., CAVALCANTI, V. R. Sistema de Espaços Livres da Cidade de Maceió. Paisagem e Ambiente, São Paulo, n. 26, p. 7-27, 2009.

FARIA, G. M. G., COSTA, V. R. Conjunto habitacional popular, tecido urbano e esfera pública – Maceió, Alagoas, Brasil: 1950-2000. Paisagem e Ambiente: ensaios, São Paulo, n. 33, p. 181-204, 2014.

FERRARA, L. D. Leitura sem palavras. São Paulo: Ática, 1993.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GEHL, J. Cidades para pessoas. Tradução: Anita Di Marco. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GIERMANN, H. Como a arquitetura defensiva está criando cidades inabitáveis. Notícias, Archdaily, mar. 2015. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/762902/como-a-arquitetura-defensiva-esta-criando-cidades-inabitaveis>. Acesso em: 20 set. 2017.

HALL, E. A dimensão oculta. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

INSTITUTO BRASIELIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

IVIC, I. Lev Semionovich Vygotsky. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades (1961). Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. 3 ed. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011. (Coleção cidades)

JUNQUEIRA, E., LOPES, C. A. Habitação de Interesse Social em Maceió. Rio de Janeiro:

IBAM, DUMA, 2005.

LEFEBVRE, H. Da cidade à sociedade urbana. In: _____. A revolução urbana (1970). Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002. Capítulo 1, p. 15-32.

LERNER, Jaime. Acupuntura urbana. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

LIMA, M. S. A cidade e a criança. São Paulo: Nobel, 1989.

LYNCH, K. A imagem da cidade (1960). Tradução Jefferson Luiz Camargo. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011 (Coleção Cidades)

MACEIÓ. Cartilha Orientadora de Aplicação das Normas NBR 9050/15 e NBR 16537/16 em Passeios Públicos. Maceió: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, 2017.

MACEIÓ. Guia de Arborização. Maceió: Secretaria Municipal de Proteção ao meio ambiente, 2008.

MACEIÓ. Lei Municipal no 5.486 de 30 de dezembro de 2005. Institui o Plano Diretor do Município de Maceió/AL. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/sempla/plano-diretor>> Maceió, 88 p., 2005.

MACEIÓ. Plano Diretor de Maceió AL: Documento de Informações Básicas. Produto 5. Vol. 2. Maceió, AL, 2005.

MASCARÓ, J. L. Manual de Loteamentos e Urbanizações. Porto Alegre: SAGRA-DC LUZZATTO, 1994.

MELLO, M. A. da S., SIMÕES, S. S. “Onde você mora?” propósitos e implicações do endereço. In: _____. Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e métodos, da arquitetura à antropologia. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 65-80.

OAM. Maceió 200 anos. Maceió: OAM, 2016.

OLIVEIRA, C. O Ambiente Urbano e a Formação da Criança. São Paulo: Editora Aleph, 2004.

ONU. Nova Agenda Urbana. Habitat III. Quito: 2016. Disponível em: <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>>. Acesso em: 09 fev.2018.

PIAGET, J. Psicologia e pedagogia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

PINHEIRO, E., UGLIONE, P. A memória do futuro e a busca por uma nova sensibilidade cidadina. In: _____. Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e métodos, da arquitetura à antropologia. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 129-144.

PNUD, IPEA, FJP. ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maceio_al>. Acesso em: 18 set. 2018.

ROLNIK, R. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTIAGO, J. P. Olhares antropológicos sobre espaços, bairros e habitats “sensíveis”. In: _____ Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e métodos, da arquitetura à antropologia. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 47-63.

SANTOS, C. N. F., VOGEL, A. Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3 ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SILVA, E. Inclusión de habitantes en la ciudadanía plena. Caracas: Panamericana Formas e Impresos, 2013.

SPECK, J. Cidade Caminhável. São Paulo: Perspectiva, 2016.

TONUCCI, F. Ciudades a escala humana: la ciudad de los niños. Revista de Educación, Madrid, n. extraordinário, 2009.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

UNICEF. Guia de participação social nas políticas públicas nos territórios intramunicipais. São Paulo, 2014.

UNICEF. Construir cidade amigas das crianças um quadro para a acção. Lisboa, 2015.

UNICEF. Entendiendo la participación infantil.

VACARO, B., ALMEIDA, D., TRENTINI, R. A Cidadela: O Sesc Pompeia de Lina Bo Bardi. São Paulo: Editora C4, 2015.

VILLANOVA, R. de. Olhar compartilhado sobre o projeto urbano: uma relação produtiva. In: _____ Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e métodos, da arquitetura à antropologia. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 207-227.

WRI. DOTS CIDADES: Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável. 2 ed. Porto Alegre: WRI, 2015.

WRI. O Desenho das Cidades Seguras: Diretrizes e Exemplos para Promover a Segurança Viária a partir do Desenho Urbano. Porto Alegre: WRI, 2017.



Esta é a casa de todos nós!



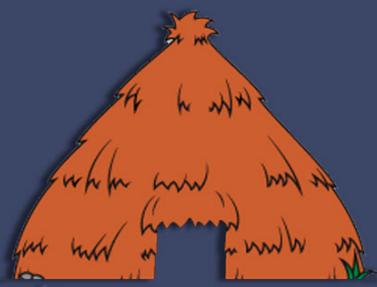
Apesar de alguns viverem no mundo da lua!

2

Nela há milhões e milhões de outras casas, de todos os tipos e tamanhos. Todos esses espaços que construímos, todo ambiente criado pelos seres humanos, tudo isso é arquitetura. Tudo mesmo!



Das ocas que os índios construíram no Brasil até os casarões, palácios, igrejas, levantados aqui depois que os europeus chegaram para tirar o sossego dos índios.



Sem a arquitetura as cidades não existem!
Maceió, por exemplo,
se tornou a capital das Alagoas
por causa de um porto.

Nem era das mais bonitas,
era até feiosinha,
mas pense num comércio bom
que tinha essa cidade!



Foi por causa do desenvolvimento no comércio
e das melhorias no porto de Jaraguá
que a vila de Maceió cresceu e se transformou em cidade.

4



Para iluminar o caminho dos navegantes,
até o porto do Jaraguá, em 1856,
foi construído um farol,
no Alto da Jacutinga

- É um verdadeiro marco,
o Farol de Jacutinga!
- Andam dizendo que é
uma das primeiras construções
a receber luz elétrica no país!
conversavam exaltados dois amigos,
enquanto esperavam o bonde.

- Jacutinga? perguntava curiosa,
a pequena Maria, ao ouvir a conversa alheia.
- É menina, Jacutinga, ali na cidade alta...
um dia ainda vão chamar
esse bairro é de Farol!
profetizava a avó impaciente

Ainda recém nascida, Maceió era o caminho preferido dos comerciantes vindos de carro de boi. Era açúcar, algodão coco, cereais, farinha de mandioca, couro e até madeira.



Do interior até Bebedouro, de Bebedouro até o Centro, do Centro ao Jaraguá. E de tanto ir e vir as pessoas foram ficando. As margens da lagoa Mundaú foi um dos primeiros espaços a ser ocupado.

6

A parada onde os viajantes bebiam água era no encontro do riacho do silva com a lagoa.



Nesse tal de bebedouro também havia venda de comida. E não é que deu certo? Não tardou para que se tornasse um dos bairros mais belos e movimentados.

Um pouco antes dali havia uma pequena vila operária...
Criada a partir da Sociedade Anônima Companhia União Mercantil, Fernão Velho possuiu uma das primeiras fábricas brasileiras de fiar e tecer algodão para fazer roupas.



A Fábrica de Fernão Velho atraiu trabalhadores de todos os cantos.
Entre eles, João Martins de Oliveira, nascido em Rio Largo.

8

Alguns anos depois, em busca de moradia, João Martins e sua família subiam a ladeira de Frechal, que ligava Fernão Velho ao Tabuleiro, a parte alta. Aqui, a essa época, nenhuma casa se via, O sítio construído por seu João Martins e dona Stella, sua esposa, foi um dos primeiros. Tão bom acharam morar no Tabuleiro que os Martins não paravam de convidar mais e mais gente para viver por aqui.



Quem poderia imaginar?
Que lá pelos anos 20 começaria
o Tabuleiro a tanto se transformar!

Primeiro foi a longa avenida
que ligava a Praça Centenário
à cidade de Rio Largo.
Durval de Góes Monteiro
era o nome dela.



Aos poucos, por volta dos anos 60
novas e mais mudanças aconteciam
Os sítios deram lugar a indústrias,
universidade, e casas a perder de vista!

10

Seu Gonzaga, que não era bobo nem nada
aproveitou a construção da avenida
e resolveu abrir uma bomba de gasolina
Fez sucesso! A bomba era parada certa
para quem descia para o centro,
ou para a Feirinha do Tabuleiro.

Que figura o Seu Gonzaga!
Conhecido por abastecer os automóveis,
de quem quer que passasse
pelo Tabuleiro de Maceió,
até hoje sua bomba é referência!
E não há quem não saiba chegar!
“É logo ali, na bomba do Gonzaga!”



Sem que a família Martins pudesse prever, seriam os primeiros moradores de um bairro de alegria, de gente trabalhadora. Cada família que aqui viveu, cada criança que aqui cresceu, cada mercadoria que foi vendida, rua que foi aberta e calçada que foi cuidada, contribuiu para a construção de um grande bairro. E para que o Tabuleiro continue a crescer, cada um daqueles que aqui vive deve saber: O Tabuleiro do Martins também é seu!

